

PROJETO FINAL DE ARQUITETURA

2017-2018

ISCTE-IUL

Escola de Tecnologias e Arquitetura

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho de Projeto submetido como requisito parcial para a obtenção
do grau de Mestre em Arquitetura

Discente

Teresa Maria Carrilho Mateus

Vertente Teórica **Obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo**

Orientador Doutor Arq. Paulo Tormenta Pinto | Professor Associado com agregação
ISCTE-IUL

Vertente Prática **Clube Náutico da Vala do Carregado**

Tutor Arq. Pedro Viana Botelho | Professor Catedrático Convidado
ISCTE-IUL

Ao tio Toneca e ao avô Manuel,
a quem a vida levou demasiado cedo. Obrigada por olharem por mim.

À minha mãe, ao meu pai e à minha irmã,
a quem devo mais do que algum dia poderei agradecer.

Às Cachicas,
o melhor presente que a universidade me deu.

“Sempre *chegamos ao sítio aonde nos esperam.*”

José Saramago

ÍNDICE GERAL

Introdução Geral	I
PARTE I	III
Vertente Teórica Obsolescência e Abstração: os edifícios industriais no Baixo Tejo	
01 Obsolescência e Abstração	13
02 O Tejo e a Indústria	55
03 Casos de Estudo	101
PARTE II	147
Vertente Prática Clube Náutico da Vala do Carregado	
Proposta de Grupo	
Uma paisagem perdida: manifesto do Tejo.	
Proposta Individual	
Considerações Finais	177

INTRODUÇÃO GERAL

O presente caderno compila o trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo 2017/2018, no âmbito do Projeto Final do último ano do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL. A materialização deste Projeto Final divide-se em duas vertentes: a vertente teórica e a vertente prática.

A vertente teórica, constituindo-se como uma ferramenta de utilização complementar, procurou partilhar dos mesmos temas da vertente prática, de modo a que se informassem mutuamente. É a partir deste princípio que surge a necessidade de elaborar uma base de conhecimento exploratória das temáticas que envolvem a ideia de obsolescência, experienciada nos edifícios industriais do Baixo Tejo. O objetivo da investigação passa por encontrar um mecanismo de linguagem que permita ao arquiteto dialogar com estes espaços oferecidos ao abandono, sendo que este diálogo implica, necessariamente, pensar a forma de representar a obsolescência.

A vertente prática tem em Alenquer o território eleito para o desenvolvimento do exercício projetual. Concelho integrado na Área Metropolitana de Lisboa, caracteriza-se pelo “*contraste entre uma rede de infraestruturas de mobilidade (...) e um sistema de produção industrial e agrícola*” (*Enunciado de PFA*). A delimitação do concelho a nascente pelo rio Tejo despertou interesse para a compreensão e exploração de uma relação de proximidade entre a vila histórica de Alenquer e a zona ribeirinha do concelho, cujo potencial não está a ser devida-

mente aproveitado para usufruto da população. Esta ligação transversal começou por motivar o estudo dos 2,5 km que constituem esta zona junto ao rio.

Por sua vez, esta investigação permitiu identificar esta pequena área da lezíria ribatejana enquanto parte integrante de um grande eixo longitudinal ribeirinho que, no seu limite, se inicia na zona oriental da cidade de Lisboa e termina na cidade de Santarém.

Os temas e potencialidades de intervenção existentes ao longo desta linha são explorados, em grupo, na vertente prática de projeto, culminando numa estratégia conjunta onde se integra o local alvo de intervenção: os armazéns da antiga Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, na Vala do Carregado.

PARTE I

VERTENTE TEÓRICA

OBSOLESCÊNCIA E ABSTRAÇÃO: OS EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS NO BAIXO TEJO

RESUMO

A obsolescência é uma condição adquirida por inúmeros edifícios devido à caducidade dos seus usos. Esta característica é refém da inevitável transitoriedade do tempo e dos contínuos processos evolutivos da sociedade. A obsolescência congrega assim inúmeras temáticas reveladoras do fascínio pela precariedade de um tempo em decadência, como o elogio à ruína, a projeção sentimental e a memória e melancolia dos lugares.

Os fragmentos industriais são um campo distinto para a exploração empírica das potencialidades espaciais e alegóricas desta condição obsoleta. Ao arquiteto interessa encontrar ferramentas capazes de descortinar a sua beleza implícita e estabelecer uma metodologia que lhe per-

mita dialogar com estes espaços oferecidos ao abandono.

Este trabalho propõe um olhar sobre o território ribeirinho da margem norte do rio Tejo, compreendido entre o rio Trancão e a Vala do Carregado, repleto de resquícios de edifícios que, outrora parte integrante de grandes polos industriais, traduzem hoje a condição descontínua e fragmentária de uma periferia urbana atingida pelo tempo da pós-industrialização.

A Real Fábrica de Atanados de Vila de Povos (1729), a Fábrica dos Moinhos de Santa Iria (1890) e os Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do Carregado (1940) são casos de estudo inseridos na área de investigação que refletem esta realidade. O último corresponde ao local de desenvolvimento da proposta projetual da vertente prática.

Usando a abstração espacial como principal recurso para a sua exploração, traçou-se um percurso metodológico que culminou na criação de maquetes conceptuais capazes de isolar as características singulares destes locais.

Palavras – Chave

obsolescência, abstração, ruína, indústria, rio Tejo

ABSTRACT

Obsolescence is a condition acquired by many buildings, due to the lapse of their uses. This feature is hostage of the transience of time and society's continuous evolutionary processes. Obsolescence gathers many thematics related with the precariousness of a time in decadence, such as praise to ruin, sentimental projection and the memory and melancholy of places.

Industrial fragments are a distinct field to an empirical exploration of both spatial and allegorical potentialities of this obsolete condition. To the architect, it is of interest to find tools capable of revealing their implicit beauty and establish a methodology that allows him to dialogue with these spaces offered to abandonment.

This work proposes a look over the riparian Tagus's north bank territory, between Trancão River and Carregado Ditch, full of these building remnants, which have already been an integral part of big productive poles, but today contribute to the

discontinuous and fragmentary condition of an urban periphery caught by post-industrial times.

Povos Village Royal Tanneries' Factory (1729) Santa Iria Mills' Factory (1890) and Lusitânia Ceramics Factory warehouses' in Carregado's Ditch Village (1940) are study-cases within the research area which reflect this reality. The last one corresponds to the place where the project proposal for the practical section was developed.

Using spatial abstraction as the main resource to their exploration, a methodological route was traced, which culminated in the creation of conceptual models capable of isolating the singular features of these places.

Keywords

obsolescence, abstraction, ruin, industry, Tagus river

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	02
II.	ESTADO DA ARTE	05
III.	METODOLOGIA	10
01	OBSOLESCÊNCIA E ABSTRAÇÃO	13
1.1	Ontologia da obsolescência	15
1.1.1	The Seven Lamps of Architecture - John Ruskin	19
1.1.2	Abstraction and Empathy - Wilhelm Worringer	26
1.1.3	Melancolia e Arquitectura em Aldo Rossi - Diogo Seixas Lopes	35
1.2	A abstração espacial como método de exploração da obsolescência em Arquitectura.	48
02	O TEJO E A INDÚSTRIA	55
2.1.	O rio Tejo	58
2.1.1.	Enquadramento Histórico	58
2.1.2.	Enquadramento Geográfico e Morfológico.	63
2.1.2.1.	O Baixo Tejo.	66
2.2	Os processos de Industrialização e Pós – Industrialização em Portugal.	69
2.2.1.	O caso de Lisboa e suas periferias.	71
2.3	Relação de causalidade entre edificado fabril e rio.	74
2.4	Leitura do território industrial compreendido entre o Rio Trancão e a Vala do Carregado.	77

2.4.1 Inventário dos edifícios industriais obsoletos.	86
03 CASOS DE ESTUDO	101
3.1 Real Fábrica de Atanados de Vila de Povos	105
3.2 Fábrica dos Moinhos da Póvoa de Santa Iria	118
3.3 Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do Carregado	126

“A arquitectura era um dos modos para sobreviver que a humanidade havia procurado; era um modo para exprimir a sua fundamental procura de felicidade.

Esta procura comove-me também nos achados arqueológicos, no material cerâmico, nos utensílios, nos fragmentos onde a pedra antiga se confunde com um osso e onde no osso se perdeu o desenho do esqueleto. É por isso que gosto dos museus de paleontologia e das reconstruções pacientes dos pedaços sem significado no significado da forma; um amor pelo fragmento e pela coisa que nos liga a objectos aparentemente insignificantes a que atribuímos a mesma importância que habitualmente se atribui à arte.

Tinha indubitavelmente um interesse pelos objectos, os instrumentos, os aparelhos, os utensílios. Estava na grande cozinha em S., a sul do lago do Como, e desenhava durante horas cafeteiras, panelas, garrafas. Em especial, gostava de cafeteiras esmaltadas, azuis, verdes, vermelhas, pelo seu volume bizarro; era uma transposição de arquitecturas fantásticas que haveria de encontrar mais tarde. Ainda hoje adoro desenhar estas grandes cafeteiras, que comparo a secções de tijolos e penso serem percorriéis n seu interior.”

(Rossi, 2013, p. 23)

Imagem 1 – Conjunto de Fotografias de Autor.



I. INTRODUÇÃO

Uma exploração primária da área ribeirinha do concelho de Alenquer permitiu compreender que, ao longo da margem norte do rio Tejo, existem uma série de edifícios de carácter industrial em estado obsoleto.

Atualmente encontramos-nos num momento de transição para estes “fósseis estranhos” (Domingues, 2011, p. 52) integrados num dos braços industriais da cidade de Lisboa. Trata-se do território compreendido entre o rio Trancão e a Vala do Carregado, onde o processo de pós-industrialização iniciado em Lisboa com a entrada de Portugal para a União Europeia (1989), ainda se encontra em curso.

Perante esta situação, e conscientes de que com as novas conjunturas de recuperação da crise financeira e económica se voltam agora a afirmar fenómenos decorrentes de uma sociedade de consumo, surgem, no âmbito disciplinar da Arquitetura, novos círculos de discussão. Estes círculos de discussão envolvem sobretudo questões relacionadas com o modo de operar sobre estes edifícios abandonados e suas áreas envolventes, com os modelos de intervenção de possível aplicação e com o potencial dos seus novos usos.

Todavia, a discussão sobre estas realidades não se extingue aqui. A atual conjuntura encerra ainda um campo exploratório observável em diversas temáticas abordadas ao longo da História da Teoria da Arquitetura. Falamos do fascínio pela precariedade de um tempo em decadência; Do potencial das particularidades espaciais e metafóricas adquiridas pelos fragmentos urbanos, devido ao seu estado de obsolescência.

Encontrar ferramentas capazes de descortinar a beleza implícita nas ruínas industriais, localizadas ao longo do território de estudo, constituiu-se como o objetivo a atingir.

A presente vertente teórica organizou-se, assim, em três capítulos.

No primeiro capítulo procura-se uma exploração mais conceptual da ideia de obsolescência e de como as improbabilidades espaciais derivadas desta condição podem ser alvo de uma experimentação mais abstrata, enquanto metodologia de projeto.

O segundo capítulo traduz e relaciona a dimensão temporal e territorial da vertente teórica. Através de uma análise do rio Tejo enquanto eixo delineador da história e paisagem portuguesas, e dos processos de industrialização e pós-industrialização em Portugal, criou-se um contexto sólido de aproximação à caracterização de maior escala do território de investigação.

Por fim, o terceiro capítulo é composto pela análise a três casos de estudo inseridos neste território. Tratam-se de três edifícios industriais de períodos distintos, onde se procurou que os conhecimentos desenvolvidos ao longo da investigação conceptual se traduzissem na abordagem utilizada para a sua compreensão.

O último caso de estudo, os armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do Carregado, corresponde ao local de intervenção da vertente prática deste projeto final, sendo que muitas das questões abordadas foram desencadeadas duran-

- te a sua produção. A proposta para um Clube Náutico da Vala do Carregado é o culminar de todo este trabalho.

ESTADO DA ARTE II.

Portugal regista na contemporaneidade vários exemplares de arquitetura industrial em condições ocupacionais e arquitetónicas distintas. Esta multiplicidade de condições coexistentes no nosso território surge como o resultado de diferentes ciclos de desenvolvimento e retração, ocorridos ao longo da História. Estes ciclos instigaram a formação de realidades urbanas e periurbanas descontínuas e fragmentadas. O reconhecimento destas realidades, aliado à peculiaridade das características espaciais, da escala do desenho e da implantação territorial privilegiada das estruturas industriais, fazem desta tipologia de edifícios objetos de estudo atuais e de revelante interesse, no âmbito disciplinar da Arquitetura.

O modo como as estruturas industriais são estudadas na contemporaneidade tende maioritariamente para uma abordagem de vertente patrimonial. Encaradas como património de importante salvaguarda por serem não só a materialização do progresso e da inovação tecnológica, mas também por refletirem as mutações ocorridas nos sistemas relacionais da sociedade a nível económico, social, político e até educacional, procura-se aproveitar o seu potencial para a implementação de novos usos públicos, aproximando-as de uma valorização cultural e tentando libertá-las de uma vertente exclusivamente económica. (Cf. Folgado, 2001, p.181)

Contudo, os fragmentos industriais encerram em si o potencial para todo um outro campo exploratório, associado a temáticas que decorrem do seu frequente estado de obsolescência.

A presente vertente teórica centrou-se sobretudo neste último campo de exploração. A abstração espacial como princípio metodológico de trabalho das características intrínsecas destes lugares obsoletos é a nova variável da equação que se tenta implementar. De modo a delimitar o seu campo de aplicação, foi eleito o já mencionado território de estudo da margem norte do rio Tejo.

Para fundamentar esta investigação foi assim essencial reunir um conjunto de obras que suportassem tanto o carácter mais conceptual do primeiro capítulo, como o enquadramento temporal e territorial do segundo.

Devido à lógica utilizada na estruturação desta vertente teórica, optou-se por abordar neste Estado da Arte somente a dimensão ligada ao segundo capítulo, deixando o estado dos conhecimentos da dimensão mais conceptual para a introdução ao primeiro.

Capítulo 02 – O TEJO E A INDÚSTRIA

Para a elaboração do capítulo de enquadramento temporal e territorial foram importantes obras que refletem, a diversas escalas, sobre os períodos de industrialização e pós-industrialização e sobre o rio Tejo e seu território de influência.

Constituem-se assim como fonte documental de destaque ***A Arquitetura da Indústria: 1925-1965 – registo Docomomo Ibérico; A Industrialização em Portugal***, de Ferreira do Amaral; ***Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, de Jorge Custódio e Deolinda Folgado – dois autores nacionais com um vasto trabalho sobre a temática industrial -; O Homem, o Trabalho***

e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira; Memórias de Pedra e Cal e Navegando no Tejo, da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A primeira obra mencionada, ***A Arquitetura da Indústria, 1925-1965 – registo Docomomo Ibérico***, permite compreender a temática industrial à escala da Península Ibérica. Resultado de um projeto de parceria entre a Ordem dos Arquitectos portuguesa e o IPPAR, debruça-se sobre a arquitetura industrial moderna criada neste território, entre 1925 e 1965. A obra divide-se em duas partes. A primeira parte é a compilação de uma série de textos críticos e reflexivos de diversos autores, que funcionam como enquadramento da temática. A segunda parte é formada por um inventário do património industrial moderno, representativo da produção arquitetónica portuguesa e espanhola desta tipologia. Aqui, cada um dos edifícios ou conjuntos é analisado individualmente, segundo uma perspetiva crítica.

Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial, apresenta uma leitura muito completa do desenvolvimento industrial da área de Lisboa Oriental, decorrido entre os finais do séc. XVIII e o séc. XX.

Esta leitura inclui um inventário e mapeamento do património localizado entre as Alfândegas e o rio Trancão. A sua importância reside, não só na capacidade dos autores em identificar a Lisboa Industrial enquanto núcleo aglutinador de um desenvolvimento favorável à implantação da indústria, em áreas que extravasam os seus limites, mas também na sua delimitação territorial, a qual permitiu, em parte, fixar a própria delimitação territorial da presente vertente teórica. O elemento geográfico

natural que marca o fim da área tratada no livro é, simultaneamente, aquele que assinala o início da área aqui abordada: o rio Trancão.

Por sua vez, à escala do território de investigação eleito encontram-se as obras ***O Homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira, Memórias de Pedra e Cal e Navegando no Tejo.***

O Homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira resulta de uma exposição organizada pelo Museu Municipal e pela Câmara Municipal de Vila Franca. Aqui, para além de uma leitura geral do território, encontra-se publicado o inventário das fábricas implantadas no concelho entre o séc. XVIII e o séc. XX. Realizado entre 1993 e 1996 por uma equipa do município, em parceria com entidades como a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e a Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, constituiu-se como uma base de trabalho indispensável.

Memórias de Pedra e Cal é, por sua vez, o catálogo homónimo de uma exposição onde é possível entender, de forma mais aprofundada, o contexto histórico, geográfico, social e patrimonial do Concelho de Vila Franca de Xira.

Uma das constatações importantes aquando da leitura destas e outras obras complementares foi a inexistência de um inventário que se focasse somente nos edifícios industriais obsoletos. Todas as inventariações encontradas são inventariações cujos critérios para a sua elaboração variam sempre entre a localiza-

ção, a época de construção e o valor patrimonial dos edifícios, mas nunca no seu estado ocupacional atual.

Neste contexto, teve-se conhecimento de que a câmara municipal de Vila Franca de Xira - concelho que abrange a maioria do território em estudo - propôs-se, no ano de 2016, a realizar um inventário dos edifícios industriais obsoletos do concelho. Contudo, até à data, não foi tornado público o resultado deste trabalho. Esta inventariação é, por isso, um dos elementos produzidos nesta vertente teórica.

Por último, ***Navegando no Tejo*** é a obra que realiza um estudo aprofundado sobre este rio português, através da compilação de uma série de textos de diversos autores. Abordando as mais variadas áreas, desde da Geografia e História à Literatura e ao Turismo, monta um roteiro essencial à compreensão da influência deste elemento natural do nosso território no desenvolvimento do país.

I. METODOLOGIA

A metodologia de investigação aplicada na elaboração da presente vertente teórica altera-se na passagem da sua dimensão conceptual para sua dimensão prática.

A investigação conceptual do primeiro capítulo foi realizada através da revisão de algumas bases teóricas fundamentais.

A partir daqui a metodologia utilizada para a leitura do território de estudo eleito passou por uma abordagem científica e empírica.

Esta abordagem começou com a elaboração de um inventário dos seus edifícios de carácter industrial em estado obsoleto. Esta inventariação é o resultado de um processo que se inicia com a constatação da existência do inventário publicado na obra *O Homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira*. Tendo este inventário como referência, procedeu-se à tentativa de localização, no território, da totalidade dos edifícios presentes nesta listagem, para que, de seguida, fosse levada a cabo a verificação presencial do estado operativo e ocupacional destes edifícios. Muitos foram os que já tinham sido demolidos ou reconvertidos, mas aqueles que se verificaram obsoletos foram fotografados.

O resultado deste processo, juntamente com algumas informações necessárias à adequada caracterização dos edifícios, foi compilado em tabe-

las organizadas por freguesias. Estas tabelas reúnem o seguinte conjunto de informação: uma fotografia de autor atual do edifício; o seu período de atividade; a sua denominação original e a sua última denominação conhecida – no caso de edifícios que passaram por mudanças de proprietário e atividade ao longo da sua história; o setor de atividade industrial em que se inserem e, finalmente, o seu atual estado operativo e arquitetónico mais detalhado.

Após esta inventariação procedeu-se então ao mapeamento dos edifícios identificados, segundo a mesma estrutura: por freguesias. Porém, nesta fase do processo, optou-se por assinalar não só estes edifícios, mas também aqueles que se encontram atualmente em atividade, de modo a obter um enquadramento e leitura mais completos do território.

De entre esta inventariação e mapeamento foram selecionados três casos de estudo representativos dos diferentes períodos de industrialização do território: um do século XVIII, um do séc. XIX e outro do séc. XX. São eles, respetivamente, a Real Fábrica de Atanados de Vila de Povos – também denominada por Quinta da Fábrica –, a Fábricas dos Moinhos de Santa Iria e os Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do Carregado.

Para a análise destes casos de estudo foram, primeiramente, elaboradas fichas aplicáveis a cada um dos edifícios. Estas fichas são compostas pelos seguintes elementos: um ortofotomapa; a sua localização; o seu período de atividade; os seus

fundadores; o seu setor de atividade e o tipo de classificação do edifício. A estes elementos base juntam-se uma breve nota histórica e uma breve análise da sua linguagem arquitetónica. Esta análise é auxiliada por desenhos técnicos e registos fotográficos, tanto históricos como resultantes da visita presencial aos edifícios.

Posteriormente, numa vertente mais experimental, procuram-se aplicar alguns dos conhecimentos explorados no primeiro capítulo.

Esta exploração é, numa primeira fase, feita através de um registo fotográfico direcionado para a captação das características espaciais observadas *in situ*, devido ao estado de decadência em que estes edifícios se encontram. Estas fotografias servem de base para a elaboração de algumas considerações acerca destes lugares.

Depois, numa segunda fase, com o intuito de enfatizar estes elementos espaciais singulares, procurou-se isolá-los. Este isolamento é feito primeiro com recurso a técnicas elementares de manipulação de imagem e depois, numa transposição para a tridimensionalidade em que o arquiteto trabalha, através da elaboração de pequenas maquetes conceptuais. Com a manipulação da escala, dos jogos de sombra/luz e da materialidade, procurou-se atingir uma abstração espacial que permitisse compreender as potencialidades intrínsecas à sua condição obsoleta.

01

OBSOLESCÊNCIA E ABSTRAÇÃO

“Tudo gradualmente se desmorona e desaparece, apenas o mundo fica, apenas o tempo dura”
(Diderot, 1963, p. 228 apud Lopes, 2016, p.59)

1.1 ONTOLOGIA DA OBSOLESCÊNCIA

Obsolescência – do lat. Obsolences, - centis, (part. pres.de obsolescere ‘passar de moda’ + suf. – ia).

1. Facto ou processo de cair em desuso, de se tornar arcaico ou antiquado. 2. Depreciação do equipamento industrial, que se torna arcaico ou antiquado relativamente a material recentemente inventado, de qualidade ou rendimento superior. 3. Pat. Atrofia dos tecidos por esclerose.

(Academia das Ciências de Lisboa, Ministério da Educação and Instituto Camões, 2001)

Obsolescencia – n.f.

Calidad o condición de obsolescente. Depreciación de un activo inmovilizado en virtud de la evolución técnica, o depreciación de un equipo industrial por la mejora introducida en el mismo.

Obsolescence – n.f. (du latin obsolescere, perdre de sa valeur).

Sout. Fait d’être périmé. – Spécial. Dépréciation d’une machine, d’un équipement par le seul fait de l’évolution technique, et non de l’usure résultant de son fonctionnement.

(Le Petit Larousse, 1998)

Obsolescence - noun [u] (formal)

The state of becoming old-fashioned and no longer useful.

(Hey and Holloway, 2015, p. 1063)

A procura pela compreensão do significado e da origem etimológica da palavra obsolescência culmina na evidência de que este conceito se encontra intrinsecamente ligado à inevitável transitoriedade do tempo e ao natural processo evolutivo que a acompanha. É precisamente deste modo que os mais variados idiomas a definem: como um processo através do qual algo perde a sua utilidade, maioritariamente devido a aspetos que lhe são exteriores.

A obsolescência é, portanto, uma condição ligada a uma variedade de temáticas diretamente relacionadas com a ideia de perda. No contexto da Arquitetura, estas temáticas surgem sob a forma de questões como o fascínio pela ruína, a singularidade da experiência estética, a memória e a melancolia inerentes aos lugares em decadência.

Para o enquadramento conceptual deste primeiro capítulo elegeram-se três obras fundamentais de autores de referência que, de formas distintas, se preocuparam com temáticas da obsolescência ao longo da História da Teoria da Arquitetura: ***The Seven Lamps of Architecture*** (1849) de John Ruskin; ***Abstraction and Empathy*** (1908) de Wilhelm Worringer e ***Melancolia e Arquitectura em Aldo Rossi*** (2016) de Diogo Seix Lopes.

Este conjunto de obras de três séculos distintos permite construir um itinerário do imaginário destas temáticas, das relações que estabelecem entre si e do modo como podem contribuir para a compreensão de problemáticas atuais.

A obsolescência ignorada de um edifício resulta quase sempre num processo de decadência prolongado que conduz a estados avançados de ruína. A ruína é um tema abordado desde a Antiguidade e ainda que a sua origem nem sempre tivesse sido a obsolescência, os sentimentos que comporta e as emoções e inquietações que

despoleta são bastante transversais. A forma como teóricos e arquitetos observaram e foram influenciados por estes cenários e encontraram ferramentas para os transpor para a sua obra encontra-se refletida neste percurso literário.

The ***Seven Lamps of Architecture*** (1849) é a obra onde John Ruskin (1819-1900) apresenta aqueles que considera serem os sete princípios fundamentais da prática da Arquitetura. Escritor, sociólogo e crítico inglês de Arte e Arquitetura, produz este escrito num período em que Inglaterra se encontrava marcada pela Revolução Industrial. No rescaldo destes acontecimentos da Modernidade, Ruskin tece um elogio à ruína e assume um importante papel na defesa de uma arquitetura “honesta”, preocupada com a preservação dos edifícios históricos e a sua materialidade original. Uma conceção romântica que confere sentido ao horizonte da temporalidade.

Abstraction and Empathy (1908) é o resultado da tese de doutoramento do historiador e teórico alemão Wilhelm Worringer (1881-1965). Apresentada nesta publicação como uma chave de leitura para a arte moderna, Worringer procura aquilo que intitula de uma “*psicologia do estilo*”, através da reflexão sobre as implicações espirituais das diferenças estilísticas existentes entre distintos períodos da História.

Melancholia e Architectura em Aldo Rossi (2016) é o livro que resulta da tese de doutoramento do arquiteto português Diogo Seixas Lopes (1972-2016). Ao conduzir-nos pelas variações de interpretação da melancolia ao longo de diferentes

períodos da História, o autor procura encontrar ferramentas capazes de decodificar e conferir sentido à obra do arquiteto italiano Aldo Rossi. Defendendo que a ideia de perda é fundamental na sua Arquitetura, o autor recorre ao cemitério de San Cataldo para comprovar a existência de uma relação entre Arquitetura sentimento melancólico.

1.1.1 The Seven Lamps of Architecture (1849) – John Ruskin

As sete lâmpadas da Arquitetura professadas por Ruskin como os mandamentos da boa prática arquitetónica são o sacrifício, a verdade, o poder, a beleza, a vida, a memória e a obediência. Cada um destes princípios é traduzido através de um conjunto de aforismos transversais a toda a história e, como tal, relevantes para o debate das conjecturas da atualidade.

Para a presente investigação as lâmpadas do poder, da beleza e da memória são aquelas que se revelam mais pertinentes, ao traduzirem preocupações diretamente relacionáveis com aspetos comuns aos espaços da obsolescência.

A lâmpada do Poder

A lâmpada do poder é o princípio no qual Ruskin discute os elementos capazes de empoderar a Arquitetura.

Segundo o autor, depois do peso e do tamanho, o poder de um edifício reside na grandeza das sombras que ostenta. A sombra é aqui encarada não como a ressonância daquilo que a produz, mas sim como um elemento de caráter

independente. Esta sombra é escuridão, associada a conceitos de sublimidade e mistério, ao invés de conceitos como perfeição e beleza, que se encontram associados ao elemento de sua oposição, a luz (Cf. Ruskin, 1989, p.84).

Na procura pela incorporação do valor da sombra nos ornamentos arquitetónicos, Ruskin defende a sua aplicação enquanto massa intencional controlada e não como um resultado acidental. Através do estudo do ornamento penetrativo o autor estabelece estratégias para conferir aos edifícios um valor de excecionalidade.

A lâmpada da Beleza

Para discorrer acerca da lâmpada da Beleza, Ruskin baseia-se no princípio segundo o qual a Beleza é instintiva e universal. Para o autor, ela encontra-se nas leis das formas naturais.

A partir daqui o autor aborda a questão da abstração como ferramenta natural e involuntária de transposição da essência de determinadas características presentes nos objetos e na natureza. Quando Ruskin aponta esta abstração como um dos distintivos do desenho arquitetónico, refere-se à abstração da forma imitada como uma temática de difícil abordagem devido, precisamente, à não voluntariedade que a constitui na maioria das artes, tornando-se extremamente complicado estabelecer os seus limites.

Embora admitindo que no processo de tentativa de reprodução que se dá na mente do indivíduo, as primeiras experiências são sempre abstratas e incompletas,

suprimindo algumas das características do objeto, Ruskin refere também que é possível ao indivíduo prolongar essa abstração, deixando esta de ser um resultado da sua incapacidade inicial, para passar a ser uma opção do livre arbítrio (Cf. Ruskin, 1989, p. 131).

A lâmpada da memória

Ruskin encara a arquitetura como o meio através do qual é possível recordar, expondo a capacidade da disciplina em conter memórias e retratar a história do seu período melhor que qualquer outra. O autor formula então um dos aforismos desta lâmpada: a arquitetura não só deve ser feita histórica como deve ser preservada com tal (Cf. Ruskin, 1989, p.178).

Utilizando a habitação doméstica como exemplo, o autor defende a ideia de que a elaboração e qualidade desta disciplina não dependem da sua escala. Realçando a importância desta arquitectura enquanto expressão do carácter e história de um indivíduo, sublinha a pertença deste direito de expressividade à pessoa que a constrói, devendo, por isso, ser mantida intacta pelas gerações posteriores. (Cf. Ruskin, 1989, p.182).

Este princípio relaciona-se com a ideia de que o mundo em que habitamos pertence tanto à geração presente como às gerações futuras e, como tal, ninguém tem o direito de as privar de aspetos que não estavam sob o seu controlo. Surge assim o dever do indivíduo em encarar a sua construção como eterna.

Para Ruskin, o valor dos edifícios reside não na sua riqueza material, mas sim

na sua idade. No seu carácter duradouro em oposição à efemeridade do tempo. Na perenidade do seu testemunho perante um mundo em constante mudança.

“(...) the greatest glory of a building is not in its stones, nor in its gold. It’s glory is in its age, and in that deep sense of voicefulness, of Stern watching, of mysterious sympathy, nay, even of approval or condemnation, which we feel in walls that have long been washed by the passing waves of humanity. It is in their lasting witness against men, in their quiet contrast with the transitional character of all things, in the strength which, through the lapse of seasons and times, and the decline and birth dynasties, and the changing of the face of the earth, and of the limits of the sea, maintains its sculptured shapeliness for a time insuperable , connects forgotten and following ages with each other, and half constitutes the identity, as it concentrates the sympathy , of nations: it is in that golden stain of time, that we are to look for the real light, and colour, and preciousness of architecture;”¹ (Ruskin, 1989, p.186-187).

¹ “(...) a maior glória de um edifício não está nas suas pedras nem no seu ouro. A sua glória está na sua idade e naquele profundo sentido de comunicação, de florescimento, de misteriosa simpatia, até mesmo de aprovação ou condenação, que sentimos em paredes que foram lavadas pelas ondas passageiras da humanidade. Está no seu testemunho duradouro contra os homens, no seu silencioso contraste com o carácter transicional de todas as coisas, na força que, através do lapso das estações e dos tempos, e do declínio e nascimento das dinastias, e a face cambiante da terra, e as fronteiras do mar, mantêm a sua forma esculpida por um tempo insuperável, conecta idades esquecidas e vindouras umas às outras, e metade constitui a identidade, enquanto concentra a simpatia das nações: é nesse momento dourado do tempo que devemos procurar a verdadeira luz, cor e preciosidade da arquitetura.”. Tradução Livre.

Ruskin aborda então a beleza patente nas marcas que decorrem desta idade dos edifícios, através do estudo do pitoresco. Ainda que reconheça a complexidade de formulação de uma definição que abranja todas as suas formas, o autor entende que a teoria do termo pitoresco enquanto decadência universal peca pela sua aplicabilidade.

O pitoresco a que o autor se refere distingue-se assim daquele abordado nas Artes pela sua sublimidade parasitária. Uma sublimidade que depende dos 'acidentes' dos objetos e dos edifícios (Cf. Ruskin, 1989, p.189).

Constituem elementos capazes de gerar esta sublimidade fortes contrastes de luz e sombra, linhas quebradas e anguladas e profundos contrastes de cor. Esta capacidade é aumentada quando os elementos recordam, através de processos associativos, objetos nos quais uma pura sublimidade efetivamente reside: elementos da natureza como as ondas, as montanhas ou as nuvens (Cf. Ruskin, 1989, p.190).

No âmbito disciplinar da Arquitetura, a incompatibilidade entre esta beleza acidental e a preservação do caráter original dos edifícios, faz da ruína o manifesto do pitoresco. O pitoresco reside, assim, no processo de decadência.

Os sinais externos da principal glória de um edifício, a sua idade, residem, deste modo, nas suas características elementares. O Seu auge só poderá, por isso, ser atingido séculos após a sua construção.

Ruskin reporta depois a incorreta interpretação do termo restauro por parte da sociedade Moderna. Para Ruskin, o restauro é o pior flagelo que um edifício pode sofrer, dada a impossibilidade de restauração de algo que já foi belo. A sua total ruína seria sempre preferível à sua destruição devido a uma restauração baseada na mentira, opressora das sublimidades que o edifício ostentava.

“There was yet in the old some life, some mysterious suggestion of what it had been, and of what it had lost; some sweetness in the gentle lines which rain and sun and sun had wrought. There can be none in the brute hardness of the new carving”² (Ruskin, 1989, p.195).

O autor reconhece a existência de uma necessidade de restauração, mas apela à sua correta interpretação. Opondo-se ao princípio da Modernidade onde primeiro se negligenciam os edifícios para depois os restaurar, Ruskin defende que o que deve ocorrer é um cuidado continuado dos monumentos. (Cf. Ruskin, 1989, p.196-1907).

“But it is said, there may come a necessity for restoration! Granted. Look the necessity full in the face and understand it in its own terms. It is a necessity for destruction. Accept it as such, pull the building down, throw its stones into neglected corners, make ballast of them, or mortar, if you will; but do it honestly, and do not set up a lie in their place. And look that necessity in the face before it comes, and you may prevent it”³ (Ruskin, 1989, p.196

² *“Havia contundo no velho alguma vida, uma misteriosa sugestão do que tinha sido, ou do que tinha perdido; alguma doçura nas linhas gentis que a chuva e o sol moldaram. Não pode haver nada disto na dureza bruta da nova escultura”.* Tradução livre.

³ *“Mas é dito, é capaz de surgir uma necessidade de restauração! Garantido. Olha a necessidade diretamente na cara a compreende-a nos seus próprios termos. É uma necessidade de destruição. Aceita-a como tal, manda o edifício a baixo, atira as suas pedras para cantos negligenciados, faz lastro*

1.1.2 Abstraction and Empathy (1908) – Wilhem Worringer

Quando uma pessoa visita uma ruína, observa nela peculiaridades espaciais que, captadas visualmente como se fossem *frames*, transporta para sempre consigo na memória. O local é, em dado momento, abandonado pelo indivíduo, mas aquelas imagens e aquela arquitetura nunca mais o abandonam. Esta memória que fica é uma memória informal abstrata que, em último caso, já não se encontra naquele espaço em específico. O que o indivíduo guarda consigo aparenta ser já uma espécie de projeção sentimental do lugar.

Abstraction and Empathy é a obra que permite explorar os campos da abstração e da projeção sentimental. Estas temáticas são abordadas por Wilhelm Worringer com o intuito de contribuir para o campo da estética das artes, principalmente, das artes plásticas. É possível, contudo, estabelecer através da sua leitura, analogias com aquilo que ocorre na área disciplinar da Arquitetura.

Worringer inicia a obra com a identificação dos dois impulsos estéticos elementares da experiência artística do ser humano: o impulso para a abstração e o impulso para a empatia. Posicionando-os em polos opostos, um dos objetivos primários é procurar compreender qual a relevância que este dualismo da experiência estética teve no desenvolvimento da Arte.

Ao mesmo tempo que faz a distinção entre a arte que se satisfaz com a repro-

com elas, ou argamassa, se o fizeres; mas fá-lo honestamente e não coloques uma mentira no seu lugar. Olha essa necessidade na cara antes que ela venha e és capaz de a prevenir". Tradução livre.

dução da realidade espacial do mundo e a arte que suprime essa dimensão em detrimento de uma abstração que a enalteça, o autor permite-se compreender que, embora numa relação totalmente distinta com o mundo, ambas são capazes de gerar beleza.

Ainda que mencionados como antitéticos, o autor reconhece então estes dois impulsos como sendo, na verdade, meras derivações daquela que se revela como a principal necessidade da experiência estética: a auto-alienação. (Cf. Worringer, 1997, p. 23).

O Impulso para a abstração

A necessidade de autoalienação, anteriormente referida, é maior e mais sólida no impulso para a abstração, porque resultante de uma carência de libertação do indivíduo das circunstâncias do mundo como um todo.

O impulso para a abstração associa-se assim às culturas mais primitivas, devido à insegurança que estes povos possuíam na sua capacidade de apreender a fisionomia do mundo exterior. Esta incapacidade e inquietude interior aliadas impeli-as a procurar a beleza abstrata das coisas. Assumia-se aqui então, uma conexão entre os povos culturalmente menos desenvolvidos e as formas de arte mais perfeitas na sua regularidade.

Todavia, esta tendência abstrata foi também verificada em algumas comunidades orientais, culturalmente muito mais desenvolvidas. Com isto se depreende que, embora a tendência para a abstração se encontre sempre presente nos primórdios de toda a Arte, em alguns povos esta deixou de ser uma consequên-

cia da sua incapacidade inicial. O que sucedeu foi que, devido ao desenvolvimento cognitivo do Homem, o medo primitivo de desorientação no mundo reemergiu, conduzindo-o numa busca por tranquilidade que só era saciada com a retirada dos objetos do seu contexto natural. Isto aproximava-os do seu valor absoluto, porque os purificava da sua dependência do mundo exterior.

Não significa isto, contudo, que passou a haver uma intervenção do intelecto na criação da forma abstrata. A forma abstrata continuou a ser produzida devido a uma necessidade instintiva, não estando nesta fase de desenvolvimento conectada com qualquer gratificação intelecto-espiritual. A característica mais singular da abstração geométrica é, precisamente, o reconhecimento da sua necessidade enquanto resultado das disposições do organismo humano (Cf. Worringer, 1997, pp. 35–36).

Já em termos visuais, nem a representação de um modelo natural na sua tridimensionalidade, nem a representação impressionista da sua aparência, seriam capazes de satisfazer a volição artística de representação dos objetos, segundo a sua individualidade material. Era, assim, necessário encontrar um outro tipo de representação, capaz de saciar esta volição.

Worringer propõe então uma representação cuja atitude primária assente na supressão do espaço e, conseqüentemente, na não utilização da terceira dimensão: a dimensão da profundidade. (Cf. Worringer, 1997, p. 38).

Esta proposta deriva da visão do espaço enquanto maior inimigo da procura por abstração, tanto pela sua capacidade de atribuir valor temporal aos objetos - inserindo-os automaticamente no panorama fenomenológico do universo - como pela impossibilidade da sua individualização, o que faria com que a sua introdução acarta-

sse uma série de elementos que, combinados, conduziriam à perda da individualidade do objeto em si.

Complementariamente a estas questões, surge a noção de que a profundidade só é conseguida através do uso da sombra ou da manipulação do ângulo de visão, ações que implicam um nível de familiaridade com o objeto que se opõe à necessidade de abstração. Contrariamente, as dimensões de largura e altura são tidas como imprescindíveis para conseguir atingir a noção de materialidade individual (Cf. Worringer, 1997, pp. 38–39).

Note-se, porém, que o principal objetivo da vontade artística não era perceber o objeto segundo esta sua materialidade individual, mas sim reproduzi-la de modo a alcançar, a partir da sua estrutura fragmentada, um produto coeso para a imaginação. Porque a materialidade absoluta do objeto, essa, nunca estaria ao alcance do Homem. (Cf. Worringer, 1997, p. 40).

A tradução destes princípios encontra-se patente na cultura egípcia. Esta é aquela onde, de todas as culturas antigas, os axiomas da tendência abstrativa na volição artística são totalmente cumpridos. Exemplificativos são os seus desenhos distorcidos, nos quais é possível observar a supressão dos elementos orgânicos, através da sua aproximação a uma regularidade linear, da proporcionalidade das partes e da unidade conferida por contornos contínuos (Cf. Worringer, 1997, pp. 42–43).

O Impulso para a Empatia

Para explicar o conceito de empatia, Worringer utiliza uma premissa basilar:

“Aesthetic enjoyment is objectified self-enjoyment” (Worringer, 1997, p. 5). Significa isto que a beleza das coisas resulta da nossa capacidade de nos identificarmos com elas. A sua beleza só existe porque projetamos nelas sentimentos.

Este processo funciona assim como uma forma de autoafirmação da vontade visceral de ativação do indivíduo, sendo que quando este a projeta no objeto está, na realidade, a projetar-se a ele mesmo (Cf. Worringer, 1997, p. 24).

O pressuposto deste impulso para a empatia reside na atividade de aperceção com que o Homem é capaz de captar os objetos do mundo que o rodeia. A imagem destes objetos forma-se através do que é captado pelos sentidos e daquilo que resulta da nossa capacidade de aperceção. Assim, contrariamente ao pressuposto do impulso para a abstração, o da empatia reside numa conexão panteísta assente na confiança que o indivíduo possui no mundo que o rodeia (Cf. Kramer, 1997, p. 15).

Naturalismo e Estilo

Os impulsos para a abstração e para a empatia correspondem, quando aplicados ao produto da volição artística, aos conceitos de estilo e de naturalismo, respetivamente. Entenda-se aqui naturalismo não como pura imitação de um modelo natural, mas sim como género artístico.

O Naturalismo floresceu na Antiguidade Clássica e no Renascimento. Nestas épocas este conceito era entendido como uma aproximação ao orgânico. Esta aproximação não era, porém, nem o resultado do desejo do artista em representar um objeto vivo, nem o resultado do seu desejo de representar um objeto fiel à existência na sua corporalidade. Era, sim, o resultado de um sentimento de admiração pela bele-

beleza da forma orgânica, cujo artista procurava satisfazer (Cf. Worringer, 1997, p. 27).

Todavia, devido a inúmeras interpretações falaciosas levadas a cabo em épocas posteriores, as diferenças fundamentais entre a imitação do real e o naturalismo enquanto género artístico foram obliteradas, conduzindo, gradualmente, à visão deturpada da imitação do real enquanto objetivo máximo destas formas de arte (Cf. Worringer, 1997, p. 29).

Porém, somente a forma enquanto distinta condição da matéria pode produzir um efeito estético. A imitação pura do real, por mais interessante que seja, não é capaz de o fazer. O naturalismo enquanto género de arte pode, esse sim, ser alvo de apreciação estética. O seu pressuposto psíquico é o processo empático. (Cf. Worringer, 1997, p. 33).

Em oposição a este conceito de naturalismo Worringer apresenta o conceito de estilo, associado ao outro polo da experiência artística humana: o impulso para a abstração. A empregabilidade e sentidos imputados a este conceito são também eles bastante variados. A título de exemplo, de acordo com a linguagem do senso comum, entende-se por 'estilo' de uma obra de arte aquilo que eleva para uma esfera superior a representação de um modelo natural.

Contudo, esta interpretação não serve o raciocínio seguido pelo autor, que atribui ao modelo natural um papel secundário no trabalho artístico. O impulso primário deste trabalho não é a representação do modelo original, mas sim a já referida procura de uma abstração pura, capaz de transmitir tranquilidade perante a confusão do mundo exterior.

Após este impulso primário, o Homem sente a necessidade de retirar o modelo

da sua envolvente, e aproximá-lo na sua representação da sua individualidade material. As duas soluções apresentadas para o fazer são a representação através de uma fusão de “abstract crystalline forms” ⁴(Worringer, 1997, p. 37) e a representação o mais consistente possível da materialidade individual, dentro da esfera do plano.

Concomitantemente, todos os elementos referentes ao trabalho artístico, cuja explicação física reside na necessidade que o Homem tem de abstração, são agrupados segundo o conceito de estilo. Enquanto os elementos que resultam de um processo empático são abraçados pelo conceito de naturalismo. (Cf. Worringer, 1997, p. 48).

A abstração e a empatia na Arquitetura

Ao longo da História da Arte e da Arquitetura ocorreu uma passagem progressiva de uma tendência para a abstração, para uma vontade artística direcionada para o orgânico. Para o exemplificar, Worringer recorre à arquitetura clássica Grega, estabelecendo uma comparação entre o Templo Dórico e o Templo Jónico.

Ainda assim, em termos gerais, continua a ser possível associar tanto as tendências abstratas como as tendências empáticas a determinados períodos da história da arquitetura. As tendências abstratas encontram-se associadas à arquitetura Egípcia e Bizantina, enquanto as empáticas à arquitetura Grega e Renascentista.

⁴ “formas cristalinas abstratas”. Tradução Livre.

Como pináculo da criação arquitetónica de tendências abstratas é apresentada, nesta obra, a pirâmide. Os requisitos prévios da sua génese eram a sua implantação independente num plano vazio, uma forma cúbica, correspondente ao que seria uma câmara tumulária, e a sua capacidade de funcionar como um memorial preponderante, visível a grandes distâncias. A pirâmide foi capaz de servir todas estas condições através de uma forma que cumpre toda a doutrina de um impulso extremo para a abstração: a capacidade de transportar a natureza cúbica para noções de plano, a representação de materialidade individual e a regularidade geométrica. Qualquer que seja o lado a partir do qual uma pessoa observe a pirâmide, será somente capaz de visualizar o plano uniforme de um triângulo equilátero, nunca se apercebendo da sua profundidade (Cf. Worringer, 1997, pp. 90–91).

Em total oposição à pirâmide egípcia, é apresentada a ideia grega de Arquitetura.

Uma outra realidade, que não é nem a da construção abstrata pura da pirâmide egípcia, nem a da construção orgânica Grega, é apresentada ao Homem através da catedral gótica.

A catedral gótica opera com valores abstratos, mas apela, simultaneamente, para o impulso empático do indivíduo.

Aquando de uma visita a uma destas catedrais é precisamente o apelo à capacidade empática o sentimento que primeiro se manifesta. Contudo, se questionados sobre a natureza da sua constituição interna, surgirá uma hesitação em descrevê-la como orgânica. Isto sucede porque a matéria da catedral reside nas suas leis mecânicas, detentoras de um carácter essencialmente abstrato.

Porém, no Gótico, o impulso para a empatia do indivíduo é transferido para os valores mecânicos do edifício, tornando estas leis mais expressivas.

“Gothic is the apotheosis of mechanical laws of construction, heightened in their expression by the capacity for empathy”⁵ (Worringer, 1997, p. 113).

⁵ “O Gótico é a apoteose das leis mecânicas da construção, aumentadas na sua expressão pela capacidade para a empatia”. Tradução livre.

1.1.3 Melancolia e Arquitectura em Aldo Rossi (2016) – Diogo Seixas Lopes

A uma arquitetura anti-heroica suportada num sentido de decadência, como aquela observável em edifícios abraçados pela obsolescência, estão regularmente associados sentimentos de nostalgia e melancolia. Através da sua visão crítica desta arquitetura, Diogo Seixas Lopes formula umas bases teóricas que se encontram igualmente presentes na cultura Arquitetónica em Portugal. A sua compreensão é essencial para a construção da ontologia da obsolescência.

Melancolia e Arquitectura

Um itinerário das diferentes conotações atribuídas à melancolia, à medida que se iam afirmando novos períodos da História da Arquitectura, é montado por Seixas Lopes ao longo da parte inicial da sua obra. Do seu carácter negativo de doença da bilis negra a condição de génio, muitas foram as interpretações dadas a esta condição.

A primeira interpretação da melancolia remonta à Antiguidade Clássica, onde era encarada como uma patologia, uma doença fisiológica. Este conceito foi reajustado aquando da suplantação do mundo pagão por parte do cristianismo. Embora com inquietações semelhantes, a melancolia passou a ser encarada como um vício passível de ser condenado como pecado (Cf. Lopes, 2016, p. 18).

Posteriormente, o seu conceito medieval é associado ao mito de Saturno, ganhando assim contornos sobrenaturais relacionados com os Deuses e a Astrologia.

Este caráter irracional que lhe foi atribuído ao longo do período Medieval foi substituído, no Renascimento, por um caráter ligado aos atributos do eu racional. A melancolia era assim redefinida, transformando-se em dúvida cognitiva, isto é, em consciência (Cf. Lopes, 2016, p. 22).

Foi esta redefinição que permitiu associar a melancolia à ação humana e, conseqüentemente, a dimensões espaciais e visuais. “*A racionalidade tornou possível uma anatomia geométrica da melancolia*” (Lopes, 2016, p. 42).

As suas primeiras interpretações, ligadas a aspetos fisionómicos e sintomas de doença, evoluem então para formas de representação visual complexas, ricas de significados ocultos. Uma destas representações mais icónicas é Melancolia I de Albrecht Durer. (Cf. Lopes, 2016, p. 35)

Esta evolução conduziu, por sua vez, à transformação da Arquitetura em enquadramento ideal para este sentimento. A alegoria é o principal processo através do qual esta disciplina é capaz de o transmitir. Este processo alegórico consiste na codificação de sentidos alternativos dentro da estrutura material dos edifícios. O resultando é uma Arquitetura onde a ideia se encontra patente na forma.

Por outro lado, a relação estabelecida entre ambas atentava à ruína como o símbolo da transitoriedade do tempo. Este estado de ruína dos edifícios foi, em determinadas épocas da História, o resultado de situações extraordinárias geradoras de conflitos sem precedentes. O período de conflito vivido na Europa após o término do sistema feudal e a relação da Reforma e Contra- Reforma foi assim o berço da ruína enquanto emblema.

Uma nova interpretação do sentimento de melancolia surge depois no período Iluminista.



Imagem 2 - *Melancholia I*, 1514.

Seixas Lopes recorre a figuras como as do arquiteto e artista italiano Giovanni Battista Piranesi e do arquiteto francês Étienne-Louis Boullée para falar de uma arquitetura que aceita e procura o espírito da decadência. Uma arquitetura que estabelece os precedentes de uma estrita relação com o sentimento de melancolia.

Nas gravuras de Piranesi encontram-se retratadas ruínas tanto reais como imaginárias, capazes de transmitir sensações que roçam o sublime. A materialização destas sensações era conseguida através dos edifícios. Eram eles que lhes conferiam forma. (Cf. Lopes, 2016, p. 43).

Assim, a maioria do seu reportório é constituído por gravuras das monumentais ruínas do império romano e das Carceri, um conjunto de prisões imaginárias. A sua obra delineava um percurso onde “(...) à entrada se erguem pórticos colossais, majestosos, impossíveis e belos. Depois, como numa espécie de cidade do mal, lápides com inscrições aterradoras condenam criminosos a punições inconcebíveis” (Lopes, 2016, p. 45).

Este é um modo de encarar a ruína que não se resume somente à sua qualidade de objeto contemplativo. Piranesi tinha na ruína simultaneamente um instrumento de interpretação do seu período e de projeção do futuro. Na verdade, um entendimento alternativo e crítico à crença ingénua da Modernidade no progresso foi apontado, deste logo, nestas gravuras, a partir da segunda metade do período Iluminista.

“Em vez de uma nature morte, Piranesi criou uma architettura morta, a qual não só relembra o presente da sua transitoriedade, mas parece também incluir um aviso acerca de um esquecimento culturalmente destrutivo do passado” (Huyssen, 2006, p. 17).

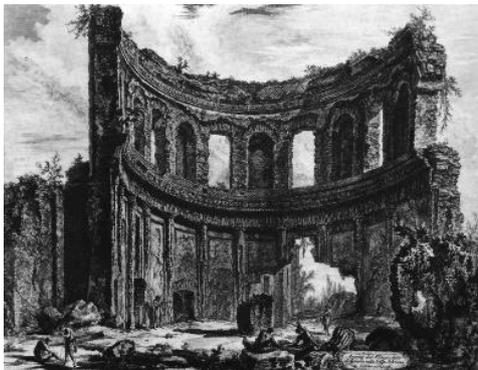


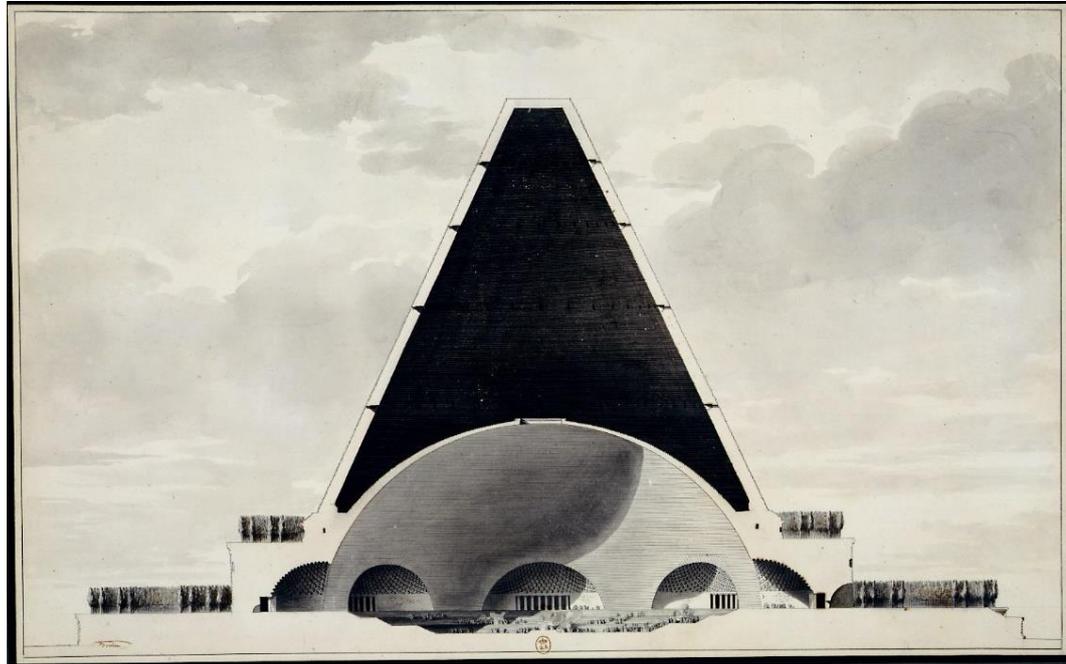
Imagem 3 - *Hadrian's Villa, Vedute di Roma*, 1768.

Imagem 4 - *Carceri d'invenzione*, Plate XVI, 1760 (2ª edição).

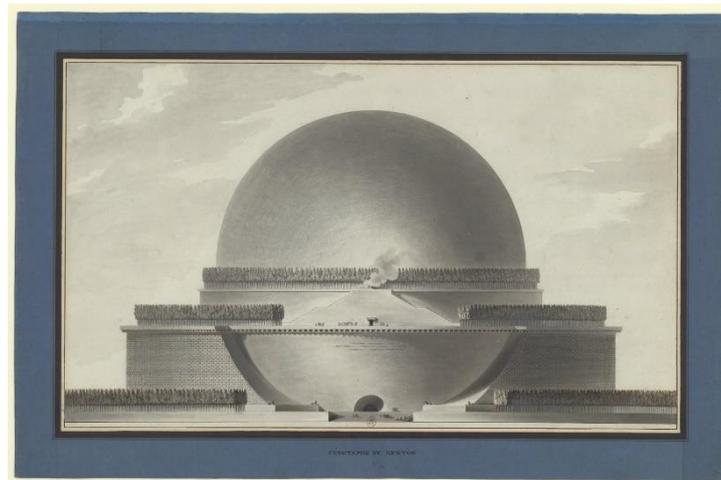
A sua representação do património clássico em decadência continha uma inquietação; uma implícita reação ao seu abandono, através da tentativa de perpetuação da sua memória. Ela é representativa da conversão da melancolia numa estética. A estética que Seixas Lopes denomina de “estética do sublime” (Lopes, 2016, p. 43).

Esta ideia de sublime implicava a produção de emoções que não podiam ser sentidas pela mente. Este tipo de emoção era essencialmente capaz de ser produzida pela Arquitetura, muito devido à sua escala. Contudo, a luz era também ela um elemento crucial para a composição.

“(…) todos os edifícios que são calculados para produzir uma ideia de sublime devem ser escuros e soturnos, e isto por duas razões; a primeira é que sabemos por experiência em outros casos que a escuridão tem maior efeito sobre as paixões do que a luz. A segunda é que para tornar um objeto muito impressionante devemos fazê-lo tão diferente quanto possível dos objetos familiares; quando, pois, entramos num edifício, não podemos passar para uma luz mais intensa do que aquela que temos ao ar livre.” (Burke, 2015, p. 58 apud, Lopes, 2016, p.54)



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Imagem 5 - Cénotaphe dont la pyramide est ronde, 1781-1793

Imagem 6. Cénotaphe de Newton N° 14: [élévation géométrale]: [projet n° 14]:

Um dos arquitetos que se baseou nesta teoria foi Étienne-Louis Boullée. Os desenhos dos seus projetos são extremamente reveladores do uso dramático da luz em arquitetura. As suas variações acompanhavam as variações de programa dos edifícios, como se pode constatar nos seus monumentos funerários que, sendo símbolos físicos da morte, Boullée acreditava terem de ser melancólicos.

Libertando a imaginação, procurou assim a expressão absoluta da ideia de melancolia como forma. Esta premissa resultou numa obra de formas geométricas puras, figurativas de uma dimensão abstrata. Era esta dimensão abstrata que lhes permitia libertarem-se de barreiras materiais e assegurarem uma vida virtual (Cf. Lopes, 2016, p. 254).

Metrópole e Spleen

Com a precipitação do crescimento das metrópoles e suas envolventes, devido à Revolução Industrial, criaram-se enormes fraturas na sociedade e o espaço urbano transformou-se. Esta transformação incitou, durante o século XIX, a uma relação de proximidade com as noções de obsolescência e melancolia (Cf. Lopes, 2016, pp. 59–60).

A angústia resultante dos contrastes notados entre o operariado e a burguesia foi denominada de spleen. Uma das suas causas era a alienação que surge da necessidade do indivíduo em repensar o seu eu na relação com a metrópole. Spleen significa baço, o órgão associado à segregação da bilis negra e, conseqüentemente, a origem física da melancolia. Esta perceção é atualizada por Baudelaire através do

seu olhar negativo sobre o espaço urbano da modernidade. Quanto mais as cidades cresciam, mais aumentava o sentimento de alienação (Cf. Lopes, 2016, p. 68).

A melancolia passou assim a ser um sinal hostil das circunstâncias socioeconômicas da Modernidade, encontrando na expansão da cidade industrial a sua materialização.

Posteriormente, as transformações ocorridas durante a primeira metade do século XX desencadearam grandes conflitos, nomeadamente as duas Grandes Guerras Mundiais. As suas consequências físicas e psicológicas desencadearam um sentimento de perda generalizado, que se expressou como melancolia (Cf. Lopes, 2016, p. 72).

Foi de entre os destroços desta cidade marcada pela guerra que surgiu um novo grupo de arquitetos, desiludidos com a ideia de progresso anteriormente preconizada. As preocupações visadas por Piranesi e Boullée, durante etapas mais precoces da Modernidade, tinham-se tornado problemas muito reais. Neste grupo incluía-se Aldo Rossi.

Aldo Rossi e o Cemitério de San Cataldo

Rossi viveu num período da história propício ao desenvolvimento de uma estrita relação entre arquitetura e melancolia. O arquiteto cresceu perante os destroços morais e materiais da Guerra, perante uma Europa em ruínas, que aos poucos se tentava reconstruir.

“Os sofrimentos morais e os desastres naturais do período fascista, o turbilhão de miséria e morte durante a guerra, a saga dos partisans, eram ao mesmo tempo imagens e conteúdos que emergiam espontaneamente, quase sem mediação, aos olhos do artista. (...). Cada indivíduo transforma-se em personagem, cada local tocado pela tragédia poderia constituir um cenário, e cada acontecimento era um drama. Os arquitetos queriam fazer parte deste entusiasmo”

A relação entre arquitetura e melancolia é estabelecida na obra de Rossi através do seu estado de dúvida permanente. Estas dúvidas eram o resultado do seu reconhecimento da destruição como final certo de qualquer obra de arquitetura, aliado à natureza contraditória da sua vida. Rossi registava-as através dos seus projetos. Segundo Seixas Lopes, a obra onde esta inquietação se encontra mais patente é o Cemitério de San Cataldo. (Cf. Lopes, 2016, p. 169)

Originalmente concebido em 1971, o cemitério de San Cataldo, em Módena, evolui sob influência da melancolia tanto como ideia como enquanto sentimento. Aquilo que primeiramente o torna melancólico é a sua atmosfera sombria e a memória que carrega em si, devido à perda dos que ali ‘habitam’. Contudo, a origem da sua composição é já ela melancólica, ao nascer de uma experiência vivida por Aldo Rossi no hospital, após um acidente de viação. Com recurso à metáfora, o arquiteto transpôs a percepção que adquiriu de um esqueleto reduzido ao osso durante este acontecimento, para o desenho do projeto (Cf. Lopes, 2016, p. 175).

Para demonstrar os diversos domínios impregnados na arquitetura de Rossi, Seixas Lopes recorre a uma passagem do fotógrafo Luigi Ghirri:

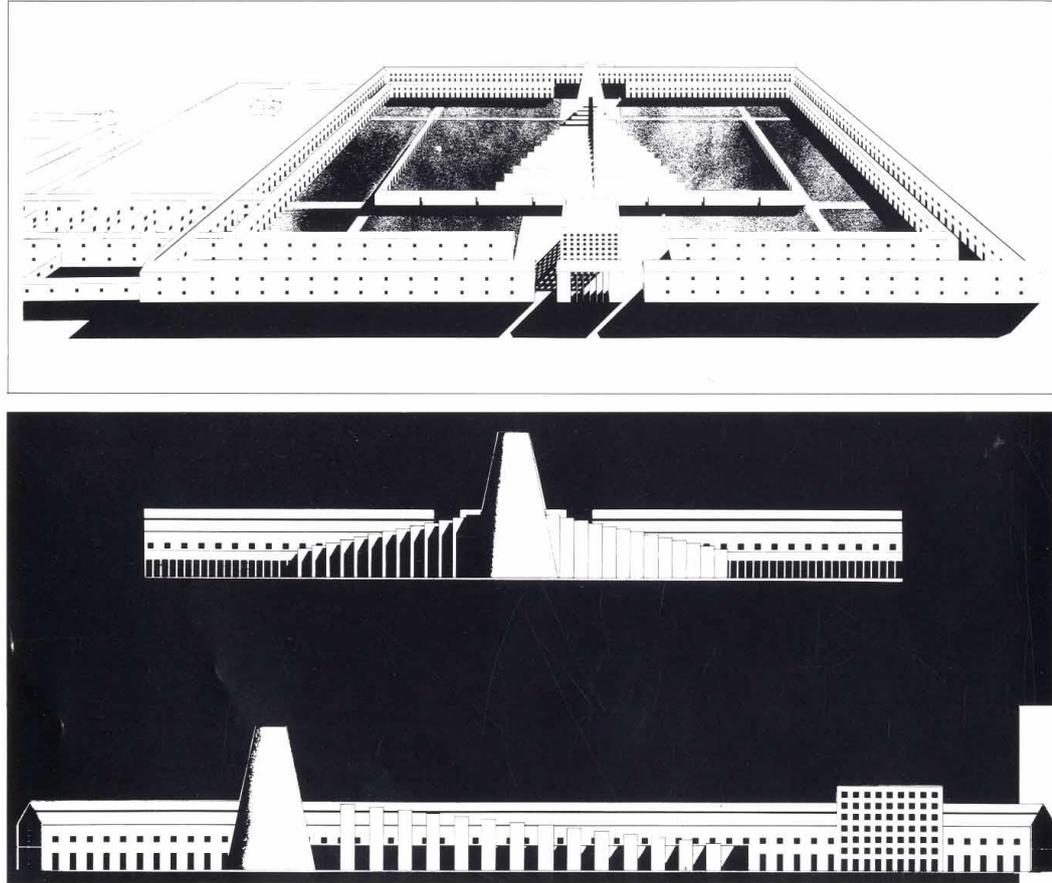


Imagem 7 - *Desenhos do cemitério de San Cataldo.*

“ Perdemos-nos nas ruínas de um edifício, ou entre as cabanas à beira de um mar indefinido, as chaminés de uma fábrica ou os cenários de um teatro hipotético, os fragmentos de uma memória metafísica do fotógrafo de um edifício esventrado, um pormenor de Fra Angelico ou vaga recordação de uma piza italiana, as formas geométricas dispostas na secretária de um professor ou o fotograma esquecido de um filme neorrealista, até um jarro de leite e uma cafeteira disposta numa mesa: é assim que a arquitetura de Rossi responde à nossa necessidade de maravilhoso.” (Ghirri,1996, apud Lopes, 2016, p. 181-182)

Estas referências foram captadas por Ghirri nas fotografias que fez do cemitério. A sua fotografia do cubo do ossário é a metáfora da casa abandonada. Este edifício incorporava uma imagética das ruínas que remetia para as memórias de Aldo Rossi formadas no período do pós-guerra.

A obra do cemitério representa assim uma mudança na metodologia de projeto de Aldo Rossi, ao passar de analítica para uma “interação associativa da analogia” (Lopes, 2016, p.244).



Imagem 8 – *Cemitério de San Cataldo, Arq. Aldo Rossi, Módena, 1985*

1.2 A ABSTRAÇÃO COMO MODO DE EXPLORAÇÃO DA OBSOLESCÊNCIA NA ARQUITETURA

Abstração s.f. (Do lat. Tard. Abstractiōne, «separação; abstração»)

1. Ato ou efeito de abstrair ou abstrair-se. 2. FILOSOFIA separação mental de um ou mais elementos concretos de uma entidade complexa (facto, representação) desprezando outros que lhe são inerentes; conceptualização; 3. resultado de uma abstração (termo, conceito, ideia, etc.); 4. estado de êxtase; 5. conjetura; 6. distração; 7 [pej.] coisa irreal; devaneio.

“A exploração da ruína transforma-se em metáfora ou evocação das aleatoriedades, ou improbabilidades que a obsolescência evidencia. Aos arquitetos interessa a fixação de momentos que podem surgir neste ideário, trabalhando depois as potencialidades arquitetónicas daí resultantes.” (Pinto, 2017)

Entender o modo como as noções presentes nos espaços ruinosos são geradas, assimiladas e podem, posteriormente, ser transmitidas e aplicadas no âmbito da Arquitetura pela pessoa que as experiencia, é essencial para se conseguirem intervenções capazes de estabelecer um diálogo com a obsolescência

Em determinadas circunstâncias, parece ser realmente mais enriquecedor para o processo criativo do arquiteto que os elementos de trabalho que utiliza traduzam a abstração consentida de algumas das qualidades dos espaços que assimila.

Todavia, o recurso à abstração como metodologia não se pode resumir à bidimensionalidade. Este tipo de princípio poderia ter a sua lógica quando aplicado à maioria das artes plásticas, mas será que pode ser aplicado do mesmo modo no contexto da Arquitetura, a arte da terceira dimensão por excelência? Como pode o arquiteto fazer uso da abstração sem que isso implique suprimir a dimensão espacial do seu trabalho? Será possível explorar as características espaciais de determinados lugares através de modelos de maquete concebidos com recurso à abstração?

No seu artigo para a revista arq|a, intitulado **Aires Mateus – Analogias, arquétipos e metáforas**, o arquiteto Paulo Tormenta Pinto aborda esta temática, ao dissecar a metodologia de trabalho explorada por Francisco e Manuel Aires Mateus.

Assente numa abordagem experimental, a concretização desta metodologia diverge entre “ a colonização insólita com novos objetos ” e os “analogismos de expressão abstrata”(Pinto, 2017).

Exemplificativos da primeira abordagem são alguns dos seus projetos, como a casa de Alenquer (1999- 2002) e a casa em Azeitão (2000-2003). Surgindo como locais de experimentação de um certo deslumbramento pelas características espaciais dos lugares em ruína, as propostas de intervenção espelham a necessidade dos arquitetos denunciarem uma falha na discussão disciplinar, mergulhando na procura pelas potencialidades que “os fragmentos do passado podem encerrar em si próprios”(Pinto, 2017).

Quanto às analogias de caráter abstrato, estas surgem de forma mais evidenciada em obras como a casa de Monsaraz (2007) ou o Museu do Parque de los Cuentos, projetados com recurso à memória de outros elementos arquitetónicos, neste caso, a Gruta de Tibério de Sperlonga e o Templo de Mercúrio de Baiae.

O recurso à analogia como metodologia de projeto tinha sido já referenciado anteriormente para falar da obra de Aldo Rossi. O acrescento para a investigação introduzido ao observar a metodologia que tem vindo a ser trabalhada ao longo da sua carreira pelos arquitetos Aires Mateus é perceber como esta metodologia se materializa de forma muito evidente nas suas maquetas conceptuais. Para além de permitirem pensar, permitem também, por meio de produção sistemática, afinar vários elementos dos projetos, desde a forma como a luz abraça os espaços à tensão espacial e à proporção do objeto.

A maquete revela-se assim um elemento crucial para a viabilização da exploração conceptual destes arquitetos.

Talvez tenhamos nesta metodologia uma pista para conseguir compreender como descortinar espacialmente as potencialidades que os espaços em obsolescência oferecem. É necessário, no entanto, ter cuidado para que este seja um processo empático sem a reprodução da forma. Se estas maquetas exploratórias forem a estilização da forma, então não cumprem a sua função.



Imagem 9 - *Instalação Fenda*, Bienal de Veneza, 2016.

Imagem 10 - *Interior da Casa em Azeitão*, **Azeitão**.



Imagem 11 – Casa de Monsaraz,
Monsaraz, 2018.



Imagem 12– Gruta do Imperador
Tiberius, Sperlonga, Itália.



Imagem 13 – Panorâmica do cais da Ribeira Nova com vista da Fábrica de Gás da Boavista, Lisboa, 1905.

02

O TEJO E A INDÚSTRIA

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo

*“O Tejo, de Santarém para cima
é um fio de água a desenhar na areia
ilhotas várias de um recorte caprichoso
O pobre rio!
Só quem o vê em Abrantes,
quase de todo seco,
e o encontra depois, já em Espanha,
apenas humedecendo o leito,
é que pode fazer ideia dos esforços titânicos
que o desgraçado faz para chegar
lá de tão longe, do vale de Albarracin,
até Lisboa, e ser ali a um amplo porto,
banhando a raiva das marés,
na exageração patriótica de Herculano. “*

Brito Camacho in **Os mais belos rios de Portugal**

2.1 O RIO TEJO

2.1.1 Enquadramento Histórico

O Tejo assume um papel relevante no desenrolar da história nacional pelo carácter atrativo que ostenta aos mais variados níveis. Foi nas suas margens que se instalaram, ao longo de inúmeras épocas, distintos povos que beneficiavam deste recurso natural e é também, por isso, nelas que encontramos hoje testemunhos desta ocupação.

Os vestígios mais antigos que aqui se encontram remontam ao Período Paleolítico: tratam-se de milhares de pinturas rupestres observáveis na área de Vila Velha de Rodão. Descobertas em 1971, durante a edificação da Barragem do Fratel, abrangem toda a região do Tejo entre o rio Ocreza e Rodão. (Cf.Reis, 2016, p. 67)

Relativamente ao período Romano, a ocupação das suas margens encontra-se patente em vestígios disseminados um pouco por todo o território. Falamos de vilas, vias, pontes, fundeadores, teatros e outros elementos e tipologias arquitetónicas geradoras de uma vastidão de núcleos de arqueologia. A pertinente temática da capacidade de navegabilidade do rio encontra igualmente neste período a génese da sua importância, sendo que Santarém era já considerado nesta altura um relevante porto de mar.

Ocorreu, contudo, uma mudança no carácter do rio em determinado momento da História, deixando este de se estabelecer como porta de entrada para diferentes povos e como meio para a Reconquista do Sul, para passar a assumir o papel de importante linha defensiva. Constituindo-se como uma fronteira natural que divide a

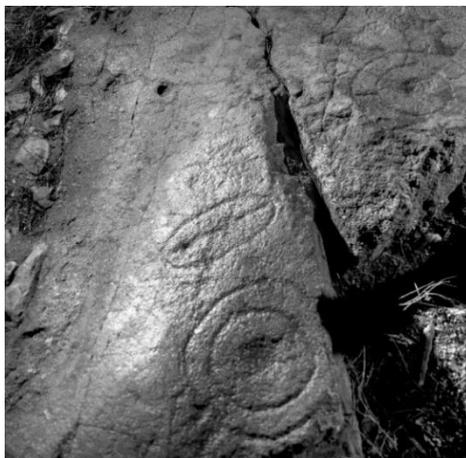


Imagem 14 - Vale do rio Ocreza,
Mação.

Imagem 15 – Rocha 2 de Co
Bragança, Mação.

região Norte da região Sul do país, atuava como a mais poderosa das barreiras físicas.

Esta mudança de função é também ela reconhecível, neste caso, nos inúmeros fortes, baterias e castelos mandados construir para a consolidar. Localizados ao longo do percurso do rio em território nacional – mais especificamente Ródão, Belver, Abrantes, Almourol, Santarém e Lisboa - a sua edificação reflete o papel preponderante da Ordem dos Templários na defesa desta região do médio Tejo, num período de resistência cristã contra as invasões muçulmanas (Cf. Magalhães, 1995, pp. 11–13).

Já enquanto via de comunicação fluvial, o rio ganha real importância com a elevação de Lisboa a capital. No séc. XV, o Tejo era já navegável até ao porto de Abrantes, mas é somente na era filipina que se iniciam as obras de melhoramento da sua navegabilidade, com o intuito final de ligar as duas capitais ibéricas: Lisboa e Madrid. Estas obras, de cujo projeto ficou à responsabilidade inicialmente do engenheiro Juan Bautista Antonelli e, posteriormente, de Julio Martelli e Luíz Carduchi (1641) consistiram sobretudo na limpeza do curso do rio e, nos locais com maiores dificuldades de navegação, na edificação de sirgadouros. Como resultado destas obras, foi então possível alargar a navegabilidade até Alcantara.

Todavia, no período da Restauração (1640-1668), devido aos confrontos ocorridos, esta aquisição quase que se perdeu, voltando o rio a ser ocupado por açudes e locais de armação de pesca. O tema da navegabilidade só volta depois a surgir em 1828, com a proposta de D. Francisco Xavier Cabanes para a ligação a vapor entre Lisboa e Aranjuez.



Imagem 16 - *Castelo de Almourol*,
Praia da Ribeira, 1933-1985.



Imagem 17 - *Castelo de Rodão*, Vila
Velha de Rodão.

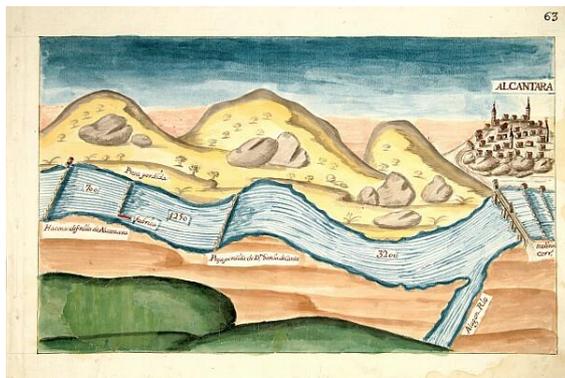
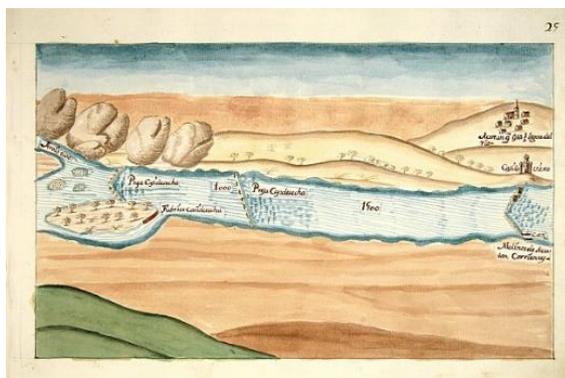
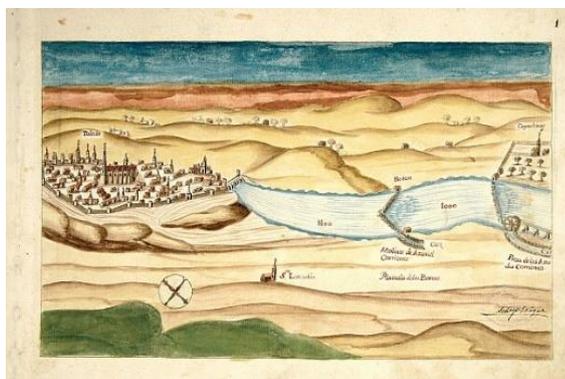


Imagem 18 - Corografia del rio Tajo 1, 1641.

Imagem 19 - Corografia del rio Tajo 29, 1641.

Imagem 20- Corografia del rio Tajo 63, 1641.

Complementariamente a estes projetos de maior relevo, surgem para a zona do Médio e Baixo Tejo medidas para conectar o rio aos aglomerados populacionais “ribeirinhos” mais afastados, devido à extensão dos campos da lezíria nesta região. Estamos a falar essencialmente da abertura de valas e canais, das quais são exemplo a Vala de Alpiarça e a Vala Real da Azambuja. Para a proteção dos aglomerados localizados nas margens do rio das cheias que frequentemente ocorriam foram ainda construídos diques de contenção, entre eles o dique de Valada.

Estes esforços de melhoramento da navegabilidade do Tejo prosseguiram até ao final do século XIX, início do século XX, sob a forma de reconhecimentos das condições topográficas do leito do rio, estudos dos caudais e das correntes, análise do tráfego, levantamentos das populações e requalificação das estruturas pré-existentes (Cf. Reis, 2016, p. 72).

A importância do rio enquanto meio de comunicação fluvial começou a diminuir a partir de 1861, com a introdução da linha ferroviária e, posteriormente, com a evolução do transporte de mercadorias por meio de rodovias.

2.1.2 Enquadramento Geográfico e Morfológico

Ao longo da cerca 875 km de extensão percorridos pelo rio Tejo - desde a sua nascente na Serra espanhola de Albarracin, até à sua foz na capital portuguesa – entre o Forte de S. Julião da Barra e a Torre do Bugio – deparamo-nos com distintas tipologias morfológicas capazes de dividir o seu curso em três regiões (Cf. Veiga, 1994, pp. 152–153) :

1. **A região Superior** – compreendida entre Fuente García e Aranjuez. Neste sector o rio apresenta um leito estreito e de características rochosas, atravessando uma topografia de declives acentuados.
2. **A região média** – compreendida entre Aranjuez e a fronteira. Ultrapassada a área de topografia mais severa, o seu leito começa a alargar e o seu caudal a aumentar e a ser mediado através de barragens. Nesta região da meseta ibérica o rio exhibe já declives pequenos.
3. **A região Inferior** – compreendida entre a fronteira e a sua foz. Nesta última região, à qual corresponde a totalidade do curso do rio em território nacional, o rio adota morfologias bastante distintas, percorrendo as mais variadas tipologias de paisagem. Neste sector são, assim, também possíveis de distinguir três principais zonas:
 - 3.1 O Alto Tejo - compreendido entre a fronteira e Tancos.
 - 3.2 O Médio Tejo - compreendido entre Tancos e a Vala da Azambuja
 - 3.3 O Baixo Tejo - compreendido entre a Vala da Azambuja e a sua foz.

(Cf. Magalhães, 1995, p. 10)

2.1.2.1 O Baixo Tejo

É no denominado Baixo Tejo que se encontra o território de estudo da presente disser-



Imagem 21 – *Alto Tejo, Rosmaninhal Idanha -a- Nova, 1995.*

Imagem 22 – *Médio Tejo - Vista aérea do cais palafítico da aldeia aviêira da Palhota, Cartaxo.*

Imagem 23 – *Baixo Tejo, Mar da palha, 1995.*

tação. O seu troço inicial é ainda parte integrante da unidade geográfica do Ribatejo, partilhando por isso de algumas das peculiaridades que a caracterizam.

A região ribatejana tem no rio e na sua vasta planície de elevações constantemente inferiores a 200 m os elementos que lhe conferem unidade.

“(…) aqui o rio Tejo é o rio que une, muito mais, pois, do que uma fronteira geográfica”(Ribeiro, 1945).

As suas margens formam a denominada lezíria ribatejana, onde o rio se entrelaça entre esteiros e valas artificiais e naturais. *Lezíria* é uma “ *palavra de origem árabe que significa terras que o rio arrasta e se depositam nas margens*”(Beirante, no date, p. 773). A sua geometria forma um padrão revelador da sua singular exploração.

São nestas margens, periodicamente inundadas, cobertas de aluviões e extremamente férteis que, para além do cultivo de legumes e cereais, é criado gado de alta qualidade. É a conhecida ‘Borda de Água’ (Cf. Magalhães, 1995, p. 12).

Estas condições produtivas favoráveis aleadas ao carácter de estrada fluvial que o rio ostenta nesta região, deste os primórdios da nação, são fatores extremamente atrativos para o Homem. É por isso nesta zona do Baixo Tejo o local onde o rio possui uma maior e mais direta influência na vida existente nas suas margens. Foi aqui que, ao longo dos tempos, se foram fixando várias comunidades que tinham nas atividades do rio o seu sustento, como é o caso dos avieiros.

Ao longo do seu percurso nesta área, a maior mudança a nível morfológico do rio dá-se à chegada a Vila Franca de Xira, onde ocorre um alargamento do seu leito,



Imagem 24 – *Margens ripícolas do Baixo Tejo, Vala do Carregado, 2017.*

ganhando o rio um caráter quase de mar interior, comumente conhecido por 'Mar da Palha'. É precisamente neste local que as correntes se intensificam e se dá a transição entre a esfera fluvial e a esfera marítima (Cf. Veiga, 1994, p. 153).

2.2 OS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E PÓS-INDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTUGAL

A nova dimensão de paisagem industrial que podemos atualmente contemplar no Baixo Tejo reflete a incidência no território de um tempo de pós – industrialização que se inicia em Portugal na segunda metade da década de 80, com a já mencionada adesão do país à União Europeia (1986). Falamos de uma paisagem de áreas que não sendo vazios de suporte, foram sendo esvaziadas pela caducidade dos seus usos. (Cf. Rodeia, 2007, pp. 21–22)

Neste período de transição europeia, tornou-se ainda mais evidente a incapacidade de Portugal em acompanhar a evolução dos sistemas produtivos dos países vizinhos, tornando-se muito pouco competitivo no mercado internacional. Esta e outras questões de cariz económico e tecnológico, instigadoras de distintas necessidades espaciais, conduziram então ao encerramento e abandono de inúmeras instalações fabris que, agora em ruína, se manifestam como “*memórias do fim de um tempo que, em Portugal, não chegou a cumprir-se*”(Figueira and Milheiro, 2005, p. 91)

Esta questão da adesão de Portugal à Revolução Industrial é abordada por diversos autores e sempre despoletou uma discussão em torno da sua real manifestação. Se por comparação com os restantes países europeus, nomeadamente Inglaterra e França, a industrialização portuguesa aparenta ter sido muito pouco significativa e sem aspetos de relevante interesse, não significa isto que não haja quem reconheça vantagem em conhecê-la e estudá-la, para que melhor se enquadrem os processos que daí decorrem (Cf. Amaral, 1966, p. 13).

“As indústrias dominantes em Portugal foram sempre a terra e o mar. (...) Pode, pois, dizer-se que, originalmente, só a agricultura e a pesca foram as indústrias básicas sobre que assentou a vida portuguesa. Os progressos que, em matéria industrial, outros povos praticavam, só tardiamente então aqui chegavam, se chegavam”(Pereira, 1919, p. 3)

Segundo a maioria dos autores que se prestam a estudar este tema, a industrialização do território nacional foi feita por surtos.

As primeiras manifestações deste carácter parecem ter ocorrido na época do Marquês de Pombal, por meados do séc. XVIII, quando o ouro proveniente do tempo das conquistas portuguesas começava já a escassear. Trata-se do período proto industrial, caracterizado por indústrias de carácter primitivo, com um modo de produção ainda bastante artesanal. A maioria destas indústrias acabou por não vingar de forma próspera devido ao desfasamento temporal em que Portugal sempre se encontrou em relação ao resto da Europa (Cf. Pereira, 1919, p. 4).

“Os tecidos das Beiras, as sedas de Trás-os-Montes, os vidros de Coima, os papéis de Alenquer e uma exploração primitiva de minérios (...), tudo isso nada era, comparado com o que de fora nos vinha, os magníficos tecidos do Oriente, as sedas Espanholas, os vidros de Veneza e os trabalhos finos em que o estrangeiro era perito já e fornecia com largueza (...)” (Pereira, 1919, p. 4).

Ora, os nossos produtos não conseguiam competir com este tipo de artigos que chegavam a Portugal a preços muito baixos, devido a um conjunto de fatores on-

de se incluíam as políticas de livre-câmbio praticadas à época. Deste período acabou assim por resultar a crise de 1891. (Cf. Pereira, 1919, pp. 197–198)

É somente já no século XX, após a 1ª Guerra Mundial, que existe um progresso na estruturação base da indústria nacional, assente no apaziguamento da vida política e na estabilização monetária e económica do país. Estes fatores permitiram, durante o Estado Novo, fixar uma política de diretivas que conduziram à reestruturação das infraestruturas portuguesas, aspeto essencial para que se criasse uma base de suporte para um desenvolvimento mais relevante da nossa indústria. (cf. Amaral, 1966, pp. 15–16)

A industrialização mais significativa do território português ocorre assim, maioritariamente, entre a década de 30 e 70, aproveitando um período em que se vivia uma crise internacional, devido à 2ª Guerra Mundial. Foi nestes anos que Portugal, com progressos como a eletrificação das suas áreas industriais e a modernização dos mecanismos de produção, passou a ser considerado moderadamente industrializado, sendo a década de 60 aquela que é considerada como a sua 'época de ouro'. (Cf. Santos, 2013, pp. 49–50)

Após o 25 de Abril de 1974, muitas empresas foram nacionalizadas e o Estado passou a apostar sobretudo em setores estratégicos. Chegamos assim os anos 80 do séc. XX e, com eles, ao fim de um ciclo de desenvolvimento.

2.2.1 O caso de Lisboa e suas periferias

Quando se trata da área da cidade de Lisboa, refere-se geralmente a segunda metade do séc. XIX como aquela em que o processo de industrialização se começa realmente a manifestar.

Com o progresso socioeconómico do país, as dinâmicas espaciais da cidade alteraram-se, começando o seu crescimento a alastrar-se sobre a vasta área de campos agrícolas que a circundavam.(Kong, 2013, p. 24) É no reinado de D. João V que muitas das quintas localizadas nesta coroa agrícola adquirem uma vocação industrial. O fim das ordens religiosas e consequente nacionalização das suas propriedades levou à aquisição

destes locais por parte de uma burguesia liberal com interesse em associar a exploração agrícola aos seus negócios de carácter industrial e manufactureiro. Estamos perante uma lenta “*transformação da paisagem agrícola de Lisboa em industrial, pelo efeito da propriedade*”(Folgado and Custódio, 1999, p. 16) .

Este processo vem depois a intensificar-se entre o início do séc. XIX e os anos 70, com a fixação de fábricas modernas na zona oriental da cidade.

Nos finais do século XIX, a industrialização da periferia de Lisboa ocorria já através de ciclos concêntricos, muito devido à chegada dos caminhos-de-ferro, cuja linha se iniciava na estação de Santa Apolónia e depois distribuía para Norte e para Leste. É precisamente este fenómeno que vai caracterizar o desenvolvimento de um dos eixos industriais mais importantes da região: o eixo entre Loures e Vila Franca de Xira

Quanto à área de Lisboa Oriental, o seu desenvolvimento acabaria por ficar marcado pela criação da Zona Industrial do Porto de Lisboa, durante o período do Estado Novo. O Decreto-Lei de 19 de Outubro de 1942, que ditou a sua criação, enquadrava-se com os restantes planos de urbanização que decorriam à época, nomeadamente o de E. de Groer.

Foi precisamente neste período que, nas margens do Tejo mais a ocidente,

se começaram também a expandir inúmeras fábricas com origem em pequenos cais acostáveis, polos fabris muito primitivos e núcleos urbanos de pequena dimensão.

Com a já mencionada chegada da década de 80, as fábricas mais antigas entram em decadência, acabando por se tornar edifícios obsoletos; outras são transferidas para as periferias da Grande Lisboa. (Cf. Folgado and Custódio, 1999, pp. 9–19)

Posteriormente, esta fase de desindustrialização acaba por ficar marcada nesta área da capital pela Expo 98. Esta exposição mundial marca claramente um período de metamorfose do território de carácter industrial de Lisboa Oriental, que não se extingue após o seu término. Numa tentativa de modernização através da retoma da relação da cidade com o rio e da garantia de integração desta área excepcional da cidade no seu tecido urbano, procedeu-se a uma reestruturação urbanística que viria a servir de mote para intervenções sucessoras.

2.3 RELAÇÃO DE CAUSALIDADE ENTRE EDIFICADO FABRIL E RIO

A relação existente entre a implantação de edifícios industriais e a sua proximidade a cursos de água tem a sua génese na multiplicidade de funções que o elemento água é capaz de assumir: água enquanto matéria-prima, água enquanto via de chegada de matéria-prima e água enquanto via de despacho do produto final. Nos seus primórdios, a indústria é pois “tributária do território que lhe proporciona energia e mão-de-obra”(Vidal, 2005, p. 73).

Significa isto que, inicialmente, a distribuição espacial das fábricas era muitas vezes coincidente com a dos terrenos de produção agrícola, geralmente providos de uma linha de água e de cais ancestrais onde eram descarregados os produtos. Embora tivessem de ser adaptados à dimensão das novas funcionalidades, estes cais conferiam já uma vantagem a estas propriedades.

Concomitantemente, durante muito tempo, a aglomeração de pessoas e, conseqüentemente, o início da urbanização dos territórios, esteve diretamente dependente de um marco; De elementos quer de caris natural, quer construídos pelo Homem, com potencial para serem geradores de atividades essenciais à manutenção da vida humana, tais como um porto, um rio ou um cruzamento de vias (Cf. Domingues, 2011, p. 60).

Em território nacional, o rio Tejo sempre se constituiu como um destes elementos. Sendo um rio navegável em grande parte da sua extensão, foi durante muito tempo a principal via de comunicação do país, funcionando como meio de trans-

porte tanto de mercadorias como de pessoas - era a autoestrada da época.

Assim sendo, as suas margens desde cedo que se assumiram como local privilegiado para a fixação de pessoas, circunstância que levou igualmente à construção de inúmeros portos fluviais. (Cf. Reis, 2016, p. 79)

Estes portos fluviais tiveram um papel importante na fixação da indústria nas suas margens devido ao “efeito fluviocomercial” (Folgado and Custódio, 1999, p. 16) de gestão industrial de qualquer território. “ O litoral e os rios navegáveis alteravam sensivelmente um possível modelo circular de influência” (Gaspar, 1970, p. 154)

Por outro lado, no caso do rio Tejo, as suas condições derivadas de questões climatéricas, nomeadamente a escassez de água no verão e as cheias no Inverno, fizeram com que a ocupação industrial se desse maioritariamente na margem norte, permanecendo a margem sul com um carácter mais agrícola até à atualidade.(Cf. Fernandes, 1993, p. 90)

Contudo, é também importante referir que a partir do momento em que se inventaram os geradores e passou a ser possível transportar energia elétrica, esta fonte de energia passou a ser preferida em detrimento do vapor. Ora, esta mudança no modo de operar maquinaria provocou algumas alterações na lógica de implantação destes edifícios, ainda que a proximidade às principais vias e aos locais de extração das matérias-primas se mantivesse como um dos seus critérios. (Cf. Santos, 2013, p. 43).

Esta independência conquistada ao elemento da água permitiu que a indústria se começasse a espalhar por novos territórios, podendo talvez ser também este um dos fatores contributivos para a obsolescência de edifícios fabris localizados em zonas ribeirinhas.

Por último, é importante referir o efeito provocado pela chegada da linha dos caminhos-de-ferro na ótica das mudanças nas acessibilidades e na conquista ao Tejo das suas margens, para a instalação de edifícios industriais modernos. Esta chegada não só estimulou esta instalação como provocou mudanças significativas na paisagem. (Cf. Folgado and Custódio, 1999, p. 17)

2.4 Leitura do território industrial compreendido entre o rio Trancão e a Vala do Carregado

O grande eixo longitudinal que forma o território de estudo é o exemplo vivo de como a fábrica e o seu imaginário moldaram de modo singular a paisagem das localidades ribeirinhas portuguesas.

Atualmente um território de transição que reflete a condição descontínua e fragmentária de uma periferia urbana atingida pelo tempo da pós-industrialização, a sua génese está diretamente relacionada com uma geografia geradora de relações de proximidade, condicionadoras do surgimento de novos polos produtivos. Estamos perante um dos antigos “*parques industriais que emergiram e redefiniram a envolveria de Lisboa*”(Folgado, 2001, p. 188)

Esta zona da margem norte do Tejo abrange dois concelhos da Área Metropolitana da capital: o concelho de Loures e o concelho de Vila Franca de Xira. Balizadas entre o rio Trancão e a Vala do Carregado, encontramos aqui dez freguesias ribeirinhas. São elas, na direção Lisboa – Santarém:

- | | |
|------------------------|-----------------------------|
| 1. Bobadela | 6. Alverca do Ribatejo |
| 2. São João da Talha | 7. Sobralinho |
| 3. Santa Iria Azóia | 8. Alhandra |
| 4. Póvoa de Santa Iria | 9. Vila Franca de Xira |
| 5. Forte da Casa | 10. Castanheira do Ribatejo |



Vala do Carregado

10

09

08

07

06

05

04

03

02

01

Rio Trancão

LEGENDA

..... Limites de Freguesia

— N10

--- Linha do Caminho-de-Ferro

- 01 Freguesia da Bobadela
- 02 Freguesia de São João da Talha
- 03 Freguesia de Santa Ina Azóia
- 04 Freguesia da Póvoa de Santa Ina
- 05 Freguesia de Forte da Casa
- 06 Freguesia de Alverca do Ribatejo
- 07 Freguesia de Sobralinho
- 08 Freguesia de Alhandra
- 09 Freguesia de vila Franca de Xira
- 10 Freguesia de Castanheira do Ribatejo

Mapa 1 – Território de Estudo.

No mapa 1 é possível observar a área de investigação e compreender que se trata de um território definido sobretudo por dois elementos basilares: o rio Tejo e a linha ferroviária, a qual cursa o território de forma quase paralela à antiga estrada real, a atual nacional 10. É no espaço compreendido entre estas duas vias, a rodoviária e a fluvial, que ao longo dos tempos se foram fixando as unidades fabris.

Embora a sua implantação tenha ocorrido de forma orgânica, seguiu quase sempre a linha esboçada pela circulação, sendo por isso possíveis de identificar três principais áreas de concentração da indústria neste território:

1. Uma primeira área diretamente ligada às primeiras unidades fabris que ali se instalaram, junto ao Tejo e à linha férrea. Caracteriza-se por ser ocupada maioritariamente por indústrias muito poluentes e de grande porte que ocupam enormes superfícies de implantação.
2. Uma segunda área que não possui uma continuidade espacial, distribuindo-se por todo o território em análise. Caracteriza-se por ser ocupada por fábricas que foram absorvidas pelo tecido urbano, devido ao rápido crescimento que se verificou nessas localidades.
3. Por último, uma terceira área composta pelas indústrias que se fixaram junto à N10, maioritariamente entre meados dos anos 50 e início dos anos 60.

(Cf. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996, p. 96)

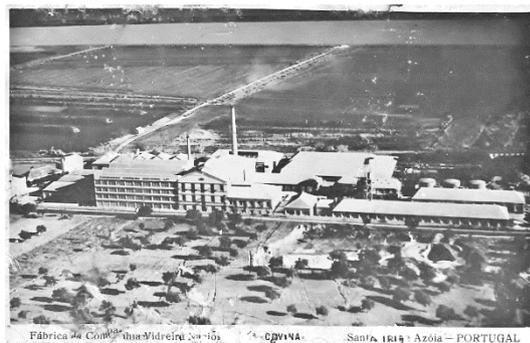
vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



Imagem 25 - *Companhia Industrial Portuguesa*, Póvoa de Santa Iria, 1933-1983.

Imagem 26 - *Edifícios da antiga CVF – Construtora de Vila Franca Lda.*, Vila Franca de Xira, 2018.

Imagem 27 - *Vista aérea da Fábrica da Companhia Vidreira Nacional (Covina) junto à N10, Santa Iria da Azóia, 1954.*



Esta forte implantação industrial é amplamente conhecida. Tendo sido uma área pioneira nesta fixação em território nacional, a sua importância sempre se deveu a um conjunto de fatores endógenos que vão desde a já referida proximidade à capital portuguesa e às primordiais vias de comunicação, à abundância de matérias-primas e à mão-de-obra predisposta para trabalhar nesta área laboral.

O PASSADO

A presente região de estudo sempre se constituiu como um lugar de passagem.

No período romano, o atual concelho de Vila Franca de Xira era já um cruzamento de vias terrestres e fluviais, tendo o seu traçado permanecido quase inalterado até à contemporaneidade.

Embora à época fosse o rio a principal via de comunicação, este território era já dotado de grande importância em termos de mobilidade terrestre, por ser atravessado pela primordial via de acesso à cidade de Lisboa, a atual N10. Bifurcando-se em Alverca do Ribatejo, esta via tomava por um lado o caminho do vale de Vialonga em direção a Loures e Santo Antão do Tojal e, por outro, um caminho que acompanhava o leito do rio, em direção a Póvoa de Santa Iria.

No período dos Descobrimentos, de entre os inúmeros cais que, proliferavam por esta borda-d'água, destacam-se aqueles que assumiam já o caráter de portos: o porto de Vila Franca de Xira e o porto de Povos, extremamente importantes à época em termos de construção naval.

No que refere a matérias-primas, as indústrias localizadas neste eixo eram muito variadas. Aqui existiam boas fontes de argilas, calcários e produtos agrícolas, tais como a vinha, a azeitona e os cereais. Este tipo de produto permitiu o desenvolvimento de um grupo de instalações do período pré e proto industrial em toda a região. É, neste contexto, que surgem elementos ainda hoje observáveis como os telhais, os lagares de vinho e azeite, os moinhos de maré e os fornos que na altura ainda eram utilizados para a cozedura dos produtos (tijolo, telha, ladrilho, etc.).(Cf. Fernandes, 1993, p. 89)

A importância da circulação fluvial só diminui com a já mencionada abertura do troço de caminho- de - ferro Lisboa-Carregado, em 1856. A sua construção, num traçado paralelo ao do rio, vem, no entanto, reforçar a fixação da Indústria nesta faixa territorial. A sua ocupação por parte das populações vai assim moldar-se também às novas disposições económicas, dando-se uma deslocação do interior da região para esta zona ribeirinha, onde começou a existir mais emprego. Aquilo que outrora era uma população com ritmos essencialmente rurais passa agora a estar económica, socialmente e até culturalmente, dependente da era da indústria. (Cf. Ramalho and Lucas, 2001, p. 23)

O golpe mais acutilante na importância do rio enquanto via de comunicação surge, no entanto, com a inauguração de uma outra via de comunicação no início da década de 60 do século passado: a autoestrada do Norte. A implantação industrial, essa, foi novamente solidificada.

É, contudo, no período após a 2ª Guerra Mundial, entre meados da década de 40 e a década de 80, que se verifica o maior aumento de instalações industriais neste território, atingido os números da produção e postos de trabalho o seu auge.

Trata-se de um segundo momento de industrialização onde se integram algumas empresas que abandonaram o interior da cidade de Lisboa à procura de outros locais para se fixarem. (Cf. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996, p. 8)

Este processo ocorreu essencialmente na direção Lisboa – Santarém. A exceção é a freguesia de Alverca, que só impôs a sua massificação após as anteriores. Esta situação deveu-se essencialmente à impossibilidade de exploração da sua posição geográfica ribeirinha, devido à implantação das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico neste território. A sua posição vedou desde cedo a potencial relação da população com o rio. (Cf. Fernandes, 1993, p. 90)

Em termos de linguagem arquitetónica, a maioria dos edifícios industriais localizados neste eixo apresentam uma volumetria que se relaciona diretamente com aspetos produtivos.

“Os maciços prismáticos das naves, a cilindros isolados ou acoplados nos silos, ou superfícies cónicas nas chaminés, desenhando formas que se agrupam “racionalmente” ou “organicamente” para assim definirem o recorte visual da margem norte do rio.” (Fernandes, 1996, p. 142)

Por outro lado, a implantação destes edifícios no terreno deixa transparecer a definição geométrica que o rio lhes confere, desenvolvendo-se quase todos na horizontal, com o cais a funcionar como eixo de ligação, perpendicular a ambos. (Cf. Fernandes, 1996, p. 143)

O PRESENTE

“Nuestras grandes ciudades están pobladas por este tipo de territorios. Áreas abandonadas por la industria, por los ferrocarriles, por los puertos; áreas abandonadas como consecuencia de la violencia, el receso de la actividad residencial o comercial, el deterioro de lo edificado; espacios residuales en los márgenes de los ríos, vertederos, canteras; áreas infrautilizadas por inaccesibles entre autopistas, al margen de operaciones inmobiliarias cerradas sobre sí mismas, de acceso restringido por teóricas razones de seguridad y protección.” (Solà-Morales, 1996, apud Moreira, 2018)

A condição atual do território de estudo é o resultado de inúmeros processos de desenvolvimento e retração ocorridos ao longo da sua história. Estes processos são visíveis através de um conjunto de fragmentos desarticulados: áreas rurais, bairros habitacionais informais, áreas industriais desativadas e espaços públicos sem planeamento.

No âmbito industrial, o território de estudo lidou constantemente, nas últimas três décadas, com a desativação e decadência de inúmeras fábricas que desempenharam um papel importante na estruturação do seu progresso e História. Até muito recentemente, estes edifícios e suas áreas envolventes permaneciam letárgicos. A atenção estava toda ela voltada para os centros das cidades.

Contudo, com a cada vez maior pressão imobiliária e turística exercida sobre estes centros, a atenção volta-se agora para estes lugares de carácter industrial, que surgem como locais de oportunidade de expansão e investimento público e privado. (Cf. Melânio and Moreira, 2018). Devido a este fenómeno, algumas das áreas e edifícios inseridos neste eixo industrial foram já demolidos ou reconvertidos para dar lugar a diferenciadas tipologias de construção, geralmente associadas a novos usos. Todavia, nem sempre estas operações são capazes de reverter os processos segregativos em que o território se encontra e são ainda muitos aqueles que permanecem como fragmentos abandonados.

Ambas as situações contribuem para a composição da paisagem periurbana de contrastes observável atualmente ao longo deste território.



Imagem 28 – Edifícios industriais obsoletos, Sobralinho, 2018.

2.4.1 Inventário dos Edifícios Industriais Obsoletos no Baixo Tejo

O Inventário dos edifícios Industriais Obsoletos na margem norte do Baixo Tejo, corresponde a uma ferramenta de avaliação e medida do impacto das edificações devolutas e em estado de obsolescência no território em estudo. O levantamento foi realizado com base na delimitação do território afeto às juntas de freguesia.

REGISTO FOTOGRÁFICO	PERÍODO DE ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO ORIGINAL	ÚLTIMA DESIGNAÇÃO CONHECIDA	TIPO DE ATIVIDADE	ESTADO ATUAL	Nº NO MAPA
Freguesia da Bobadela						
	1939 - 1998	Móveis Olaio - José Olaio Cª Lda		Mobiliário	Desativada	2
Freguesia de São João da Talha						
	s.d.	Sociedade Litográfica e Barrault SUCª Lda	E.barrault-Artes Graficas e Equipamentos Lda	Artes Gráficas e Litografia	Desativada	8
Freguesia de Sta. Iria Azóia						
	1936 -act.	Covina- Companhia Vidreira Nacional S.A	St. Gobain Glass Portugal	Vidreira	Em Actividade mas com edificios obsoletos	12
	1959-2010	MEC - Fábrica de Aparelhagem Industrial		Metalúrgica	Desativada	28
	s.d.	Desconhecida		s.d.	Desativada	16
	s.d.	Desconhecida		s.d.	Desativada	17

Tabela 1 – Inventário dos edifícios industriais obsoletos no Baixo Tejo: freguesias da Bobadela, São João da Talha e Sta. Iria Azóia.

	1982 - s.d.	Lardi Metalurgia Lda.		Metalúrgica	Desativada	18
	1974 - 2016.	Tergom - Equipamentos Domésticos S.A.		Eletrodomésticos	Desativada	20
	s.d.	A.Montez S.A.		Armas	Desativada	24
Freguesia da Póvoa de Sta. Iria						
	1890- déc. 1980	Moinhos de Stª Iria	—————	Alimentar	Desativada: Parcialmente Demolido	32
	1963-s.d.	Panificação Central Povoense		Alimentar	Desativada	35
	s.d. -2008	ICESA - Indústria de Construção e Empreendimentos S.A.		Construção	Desativada:em ruina	37
	1967- déc. 90	Eurofil - Indústria de Petróleos, Plásticos e Filamentos		Química	Desativada: em ruina	38

Tabela 3 - Inventário dos edifícios industriais obsoletos no Baixo Tejo: freguesias de Sta. Iria Azóia e Póvoa de Sta. Iria.

Freguesia de Forte da Casa						
	1960-act.	Quimigal - Nitratos de Portugal	Adp Fertilizantes	Quimica	Ativa mas com edifícios obsoletos	44
	s.d.	Desconhecida		s.d.	Desativada: em ruína	41
Freguesia de Alverca do Ribatejo						
	1962- s.d.	Almeida e Ermete - Vinagres	Vinagres Primor	Alimentar	Desativada	46
	1963-2001 Fortis 2001-2016 Fateleva	Fortis - Ascensores, Ldª	Fateleva - Indústria de Elevadores S.A.	Metalúrgica	Desativada	60
	1982-2011	Pifertubos		Construção /Materiais	Desativada	58
	1991 - act.	Martins e Santos Lda		Alimentar	Ativa mas com edifícios obsoletos	47

Tabela 5 – Inventário dos edifícios industriais obsoletos no baixo Tejo: freguesias da Póvoa de Sta. Iria e Alverca do Ribatejo.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo

	s.d.	CPT - Companhia Portuguesa de Transportes Lda		Transportes	Desativada	49
	s.d.	Desconhecida		s.d.	Desativada	59
Freguesia do Sobralinho						
	1940/3 - s.d.	MACOL - Macedo e Coelho Lda		Alimentar	Desativada	69
	1955-1990 SONADEL 1990- 2005 Colgate - Palmolive 2005- 2009 Budelpack 2009-2015 Multiflow	SONADEL - Sociedade Nacional de Detergentes S.A.R.L	Multiflow	Química Transf. -Produtos de Higiene e Limpeza	Desativada	63
	1956-1993	CIMA - Companhia Industrial de Madeiras Africanas		Madeira	Desativada: em ruína	64
	1959-1993	Moagens Associadas, S.A.R.L	Milhóleo	Alimentar	Desativada	65

Tabela 7 – Inventário dos edifícios industriais obsoletos no baixo tejo: freguesias de Averca do Ribatejo e Sobralinho.

	1961-s.d.	PREFOR - Construções de Betão Pré-Esforçado	PLAVIGA	Construção	Desativada: em ruína	67
	1963-2001	Companhia Preventive- Ind.Metálicas		Metálica	Desativada	61
Freguesia de Alhandra						
	1967-s.d.	Cintideal - Fábrica de Cintas e Confeções Lda		Confeção	Desativada	77
	s.d.	Câncio José Lda		Construção	Desativada	75
	s.d.	Desconhecido		s.d.	Desativada	78
	s.d.	Desconhecido		s.d.	Desativada	80
Freguesia de Vila Franca de Xira						

Tabela 9 – Inventário dos edifícios industriais obsoletos no baixo Tejo: freguesias do Sobralinho e Alhandra.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo

	1729-séc.XX	Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos	_____	Atanados/ Curtumes	Desativada: em ruína	89
	1930 -	Sociedade Construtora de Vila Franca Lda		Construção Civil e Mecânica	Desativada	86
	1942-2011	Cimianto - Sociedade Técnica Hidráulica, S.A		Cimento	Desativada	83
	s. d.	Libanos Metalomecânica Lda		Metalomecânica	Desativada	87
	1954 - 1999	EPAC - Empresa Pública de Abastecimento de Cereais		Alimentar	Desativada	88
	1954-2016	Vidreira Vilafranquense		Vidro	Desativada	85
Freguesia de Castanheira do Ribatejo						

Tabela 11 - Inventário dos edifícios industriais obsoletos no baixo Tejo: freguesias de Vila Franca de

	1955-finais da déc.80	Companhia de Fábricas Cerâmica Lusitânia, S.A.R.L.	_____	Cerâmica	Desativada: parcialmente demolida	99
	s.d.	Desconhecida		s.d.	Desativada	93

Tabela 13 – Inventários dos edifícios industriais obsoletos no baixo Tejo: freguesia de Alverca do

Na totalidade foram inventariados 39 casos de obsolescência industrial dentro do território de estudo.⁶ A freguesia que regista mais casos é a freguesia de Santa Iria Azóia, com 7, logo seguida de Alverca do Ribatejo, Sobralinho e Vila Franca de Xira, com 6 casos cada.

A mutação que se tem observado no tecido industrial que acompanha a N10 refletiu-se neste mapeamento. Este eixo tem progressivamente deixado de albergar pequenas e médias empresas para passar a receber armazéns de distribuição. Estes armazéns de distribuição não foram assinalados.

⁶ Note-se que, devido a questões de logística, a contabilização foi feita por indústria, isto é, poderiam existir mais do que 1 edifício obsoleto dentro do mesmo complexo laboral.



02 Freguesia de São João da Talha

LEGENDA

- 03 Tintas Robbialac SA
- 04 Ntv - Nacional Tempera - Indústria e Comércio de Vidro Lda.
- 05 SEUR
- 06 COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos
- 07 Vicar - Indústria Transformadora de Vidro Plano Lda.
- 08 Sociedade Litográfica e Barrault SUC Lda.**
- 09 Auto Sueco Portugal – Volvo Penta.
- 10 Valorsul
- 11 Lusocontek, Lda.



01 Freguesia da Bobadela

LEGENDA

- 01 ISCar
- 02 José Olaio Cª Lda.



vertente teórica. obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



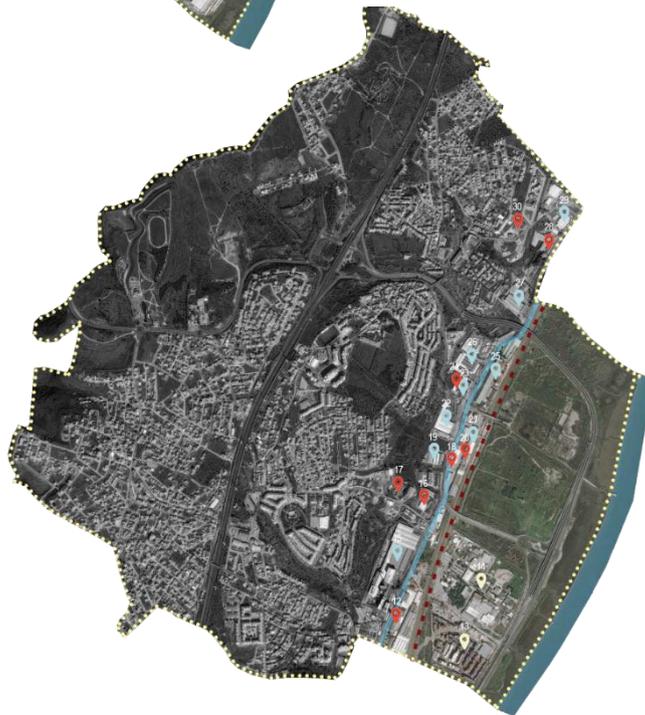
Solvay Interox 31
Fábrica dos Moinhos de Santa Iria 32
 Antiga Sociedade de Conservas Íris | Atual FS Automotiv 33
 Presmalte | Anterex 34
 Panificação Central Povoense Lda. 35



04 Freguesia da Póvoa de Santa Iria

LEGEND

SAPEM | Greif 36
ICESA 37
Eurofil 38
 Anidas – Construções Metálicas Lda. 39
 Dan Cake 40



03 Freguesia de Santa Iria Azóia

LEGENDA

COVINA – Companhia Vidreira Nacional 12
 Sociedade Portuguesa CAVAN S.A. | Alcont Lda. 13
 FIMA – OLÁ 14
 Saint Gobain Glass Portugal Vidro Plano S.A 15
Desconhecida 16
Desconhecida 17
Lardi Metalurgia Lda. 18
 Faclima – Fábrica de Equipamentos de Ar condicionado S.A 19
Tergom - Equipamentos domésticos S.A 20
 Solercine 21
 Abreu Carga 22
 Pedro Porto – Aparelhos de Pesagem Lda. 23
A.Montez S.A 24
 Sldul Açúcares, Unipessoal, Lda. 25
 TS – Thomaz dos Santos S.A 26
 NAVIPA – Equipamentos Industriais Lda. 27
MEC - Fábrica de Aparelhagem Industrial 28
 Tracar 29
 Framarte – Materiais para construção S.A 30



Edifícios Industriais ativos implantados junto ao rio



Edifícios Industriais ativos absorvidos pelo



Edifícios Industriais ativos implantados junto à N10.



Edifícios Industriais Obsoletos

05 Freguesia do Forte da Casa

LEGENDA

- 41 Desconhecido
- 42 LOGIC – Logística Integrada S.A.
- 43 Electro – Portugal
- 44 Quimigal- Nitratos de Portugal | ADP Fertilizantes
- 45 Alliance Healthcare S.A.





06 Freguesia de Alverca do Ribatejo

LEGENDA

Almeida e Ermete Vinagres | Vinagres Primor 46

Martins e Santos Lda. 47

OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal S.A. 48

CPT – Companhia Portuguesa de Transportes Lda. 49

Saniverca – Materiais para construção Lda. 50

Sandometal – Metalomecânica e ar condicionado S.A. 51

Aquapor - Aquários e Equipamento S.A. 52

Anivite – Alimentação Racional para Animais S.A. 53

GEFCO Portugal 54

Provimi | CAN - Cargil Animal Nutrition 55

Argibay | Internal Transports Lda. 56



Edifícios Industriais ativos implantados junto ao rio



Edifícios Industriais ativos absorvidos pelo



Edifícios Industriais ativos implantados junto à N10.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



08 Freguesia de Alhandra

LEGENDA

- 71 Biovegetal
- 72 Desconhecido
- 73 Cimento Tejo | CIMPOR
- 74 AH Plásticos Lda.
- 75 Cântico José Lda.**
- 76 Fábrica de Descasque de Arroz Francisco Rodrigues Maneira | Lar de Idosos
- 77 Cintideal – Fábrica de Cintas e Confeções Lda.**
- 78 Desconhecida**
- 79 Sanição – Sociedade Metalomecânica Lda. | Secção náutica do Sporting Clube de Alhandra
- 80 Desconhecida**
- 81 FEMAG Lda.
- 82 Interquímica – Química de Manutenção Industrial, Lda.



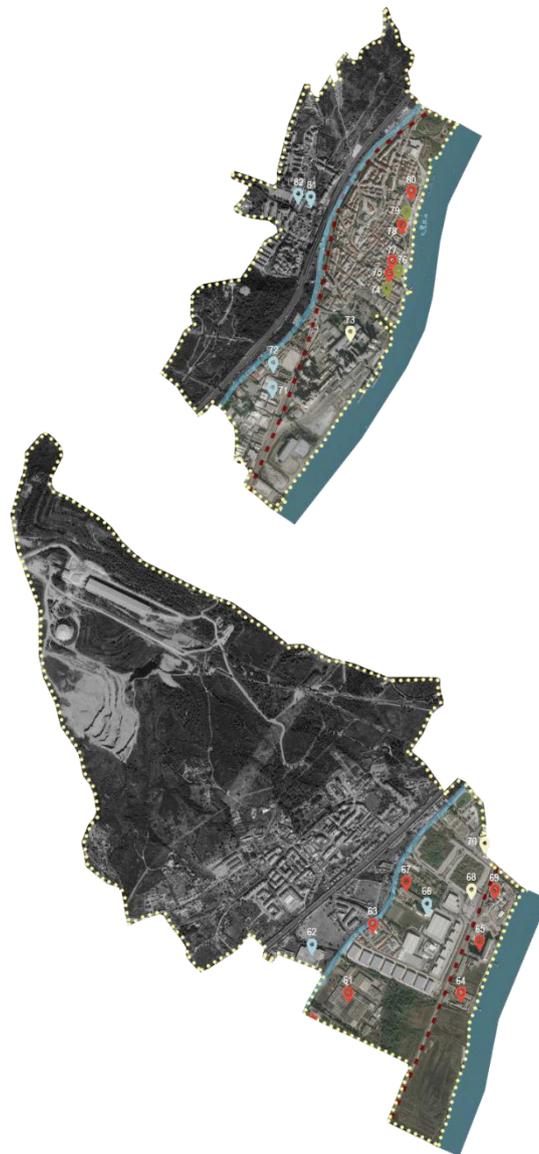
07 Freguesia do Sobralinho

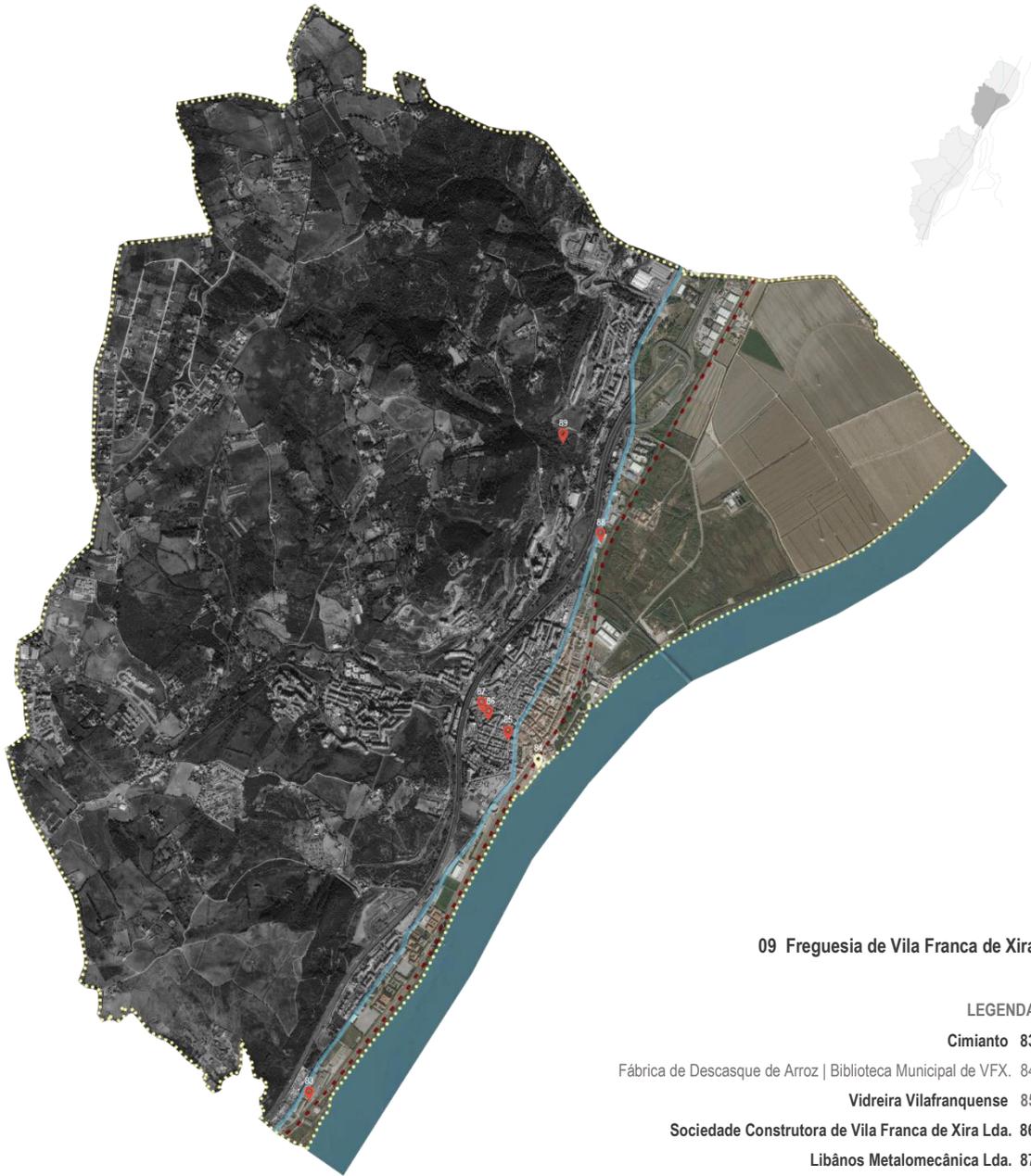
LEGENDA

- 61 Indústrias Metálicas Previdente S.A.R.L**
- 62 McCormick Portugal - Produtos Alimentares
- 63 Sonadel | Colgate-Palmolive | Budelpack | Multiflow**
- 64 CIMA- Companhia Industrial de Madeiras Africanas**
- 65 Moagens Associadas S.A.R.L | Milhóleo**
- 66 Moapão | Granel – Moagem de Cereais S.A.
- 67 Prefor – Construções de Betão Pré-Esforçado| Plaviga**
- 68 Vatel – Companhia de Produtos Alimentares S.A.
- 69 MACOL - Macedo e Coelho Lda.**
- 70 Fábrica de Farinha e Óleo de Soja | Iberol



Edifícios Industriais Obsoletos





09 Freguesia de Vila Franca de Xira

LEGENDA

- Cimianto** 83
- Fábrica de Descasque de Arroz | Biblioteca Municipal de VFX. 84
- Vidreira Vilafranquense** 85
- Sociedade Construtora de Vila Franca de Xira Lda.** 86
- Libânos Metalomecânica Lda.** 87



Edifícios Industriais ativos implantados junto ao rio



Edifícios Industriais ativos absorvidos pelo



Edifícios Industriais ativos implantados junto à N10.



10 Freguesia de Castanheira do Ribatejo

LEGENDA

90 Italagro

91 Roiferro – Equipamentos para a Indústria Lda.

92 Metal Portuguesa | Tudor – Exide Technologies Lda.

93 Desconhecida

94 Equiporave Ibérica Lda.

95 Bacardi – Martini Portugal Lda.

96 MAPEI Portugal



03

CASOS DE ESTUDO



3.1

3.3

3.2

-

Mapa 3 - *Ortofotomapa de localização no território dos casos de estudo.*

- 1.1 Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos ou Quinta da Fábrica.
- 1.2 Fábrica dos Moinhos de Santa Iria.
- 1.3 Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do Carregado.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



Imagem 29 – Vista geral da Real Fábrica de Atanados de Vila de Povos em ruína, Povos, 2017.

Imagem 30 - Ortofotomapa de localização da Real Fábrica de Atanados de Vila de Povos, 2018.



3.1 Real Fábrica de Atanados de Vila de Povos ou Quinta da Fábrica

Localização: Ladeira da Rua de Santa Maria, Povos, Vila Franca de Xira.

Data de Fundação: 1729

Período de Atividade: 1729-1946

Fundadores: João Mendes de Faria Barbosa e Fagundes

Tipo de atividade: Curtumes e produção agrícola.

Estado Atual: Desativada: em ruína.

Classificação: MIP - Monumento de interesse público.

Síntese histórica

As áreas periféricas às cidades são geralmente locais onde abundam quintas de carácter agrícola. Estas quintas são uma espécie de berços do crescimento industrial devido não só às características espaciais que apresentam, mas também devido à questão da conversão da propriedade, aquando da mudança da índole funcional destas periferias. O presente caso de estudo é um desses exemplos.

A *Real Fábrica de Atanados de Vila de Povos*, mais comumente conhecida por *Quinta da Fábrica*, data da primeira metade do séc. XVIII, tendo sido uma das unidades pioneiras do país na fabricação de peles. Fundada por João Mendes de Faria, foi uma das célebres manufaturas deste ramo, da época de D. João V. Um testemunho proto industrial da região que serviu de modelo a muitas outras manufaturas deste período.

Localizada a leste da Vila de Povos, sobeje ao talvegue da ribeira, esta manufatura produzia com recurso à madeira e à água, tendo resistido sempre, de forma muito singular, às maiores mudanças tecnológicas ocorridas na indústria de curtumes. Esta linha de água era crucial para o curtimento das peles, neste meio tradicional.

Das matérias-primas utilizadas algumas eram adquiridas fora da quinta, como é o caso dos couros, e outra produzidas ali mesmo, tais como as plantas tintureiras e o lixo de pombo. As que vinham do exterior chegavam aos armazéns da quinta através de carreiros que as traziam diretamente dos portos de Vila Franca e Povos.

O último período de atividade fabril da fábrica decorre entre o início do séc. XX e meados da década de 40. Atualmente o complexo encontra-se em estado de ruína, sendo que desde o início do séc. XXI que se fala de um projeto para a sua reabilitação, na área do turismo. Trata-se, mais especificamente, de um projeto para um hotel, complementado com a funcionalidade de lar de terceira idade. Até hoje, devido a alegadas questões legais, o projeto nunca se concretizou. (Cf. Custódio, 1999, pp. 95–109)

Breve leitura arquitetónica

O complexo era composto fundamentalmente por três núcleos indissociáveis: o núcleo habitacional, o núcleo laboral e o núcleo agrícola.

Dentro do núcleo habitacional destaca-se um edifício de construção setecentista ao qual se anexa uma capela, orientada no eixo Norte-Sul. Trata-se do solar dos senhores, detentor de uma entrada brasonada, janelas de guilhotina e cantarias largas. Surge aqui um volume que denominam de ‘*casa torre*’ e cuja principal função desta sua tipologia seria vigiar todas as atividades que ali decorriam, desde os trabalhos na ribeira e nos campos agrícolas às atividades nas oficinas. Daqui seria também possível avistar o cais fluvial de Povos.

A capela de uma nave apresentava características barrocas, sendo a madeira um material omnipresente no seu interior. Não tendo recebido a talha dourada própria daquela época, pintaram-se frescos nas suas paredes. Esta pequena ermida encontrava-se aberta a toda a população daquela zona, assistindo os senhorios à missa a partir do coro alto que dava acesso ao solar pelo interior (Cf. Custódio, 1999, pp. 116–117).

Contíguo a esta ermida existia um outro edifício de menor qualidade construtiva, onde se localizavam as habitações dos operários e artesãos. A quinta era ainda composta por um outro solar, mas mais moderno, que se virava para um jardim clássico. Este apresentava uma cobertura em mansarda e uma tipologia construtiva pombalina (Cf. Folgado, 2005)

Já dentro do núcleo laboral, destaca-se a área onde se realizavam os trabalhos de lavagem das peles, marcada por um corpo implantado perpendicularmente ao solar mais moderno, lajeado na zona superior e abobadado na zona inferior. Correndo por cima de uma zona onde a ribeira se encontra encanada, a arcada que se forma na área inferior permite a ligação entre as distintas áreas de

tanques. No total podem ser contabilizados 32, construídos em diversos materiais: pedra, tijoleira e cimento. (Cf. Custódio, 1999, pp. 112–113)

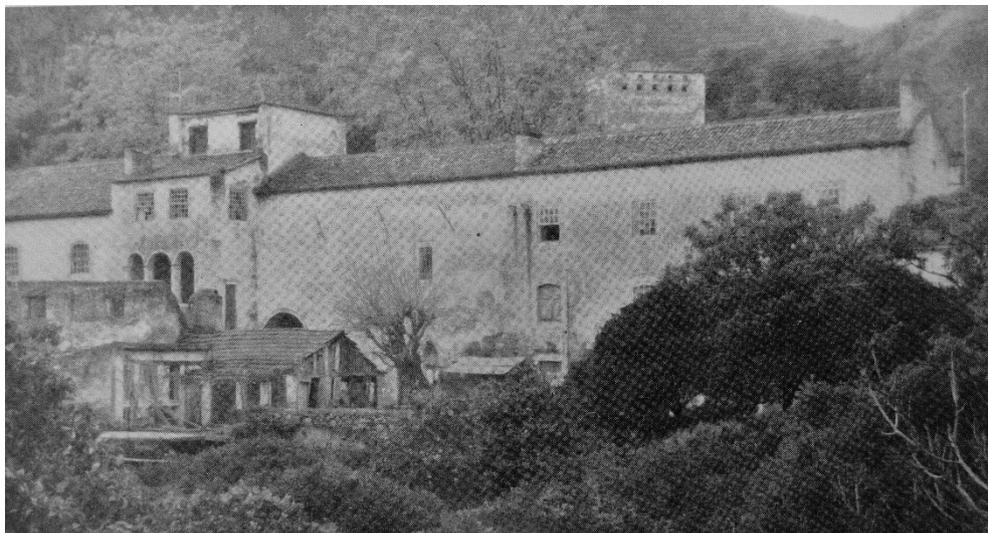


Imagem 31 – Vista Parcial da Fábrica onde é possível observar o solar, o volume da casa da torre, o volume da capela e o pombal ao fundo, em segundo plano, Vila de Povos.



Imagem 32 – Vista parcial da fachada, das arcadas e dos tanques no núcleo laboral, Povos,

Imagem 33 - Vista da entrada brasonada do solar e da capela, Povos,

Imagem 68 – Vista do interior da sala do solar, Povos.



vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



Imagem 35 – Portal da capela da Real Fábrica de Atanados de Vila de Povos, Povos, 2017.

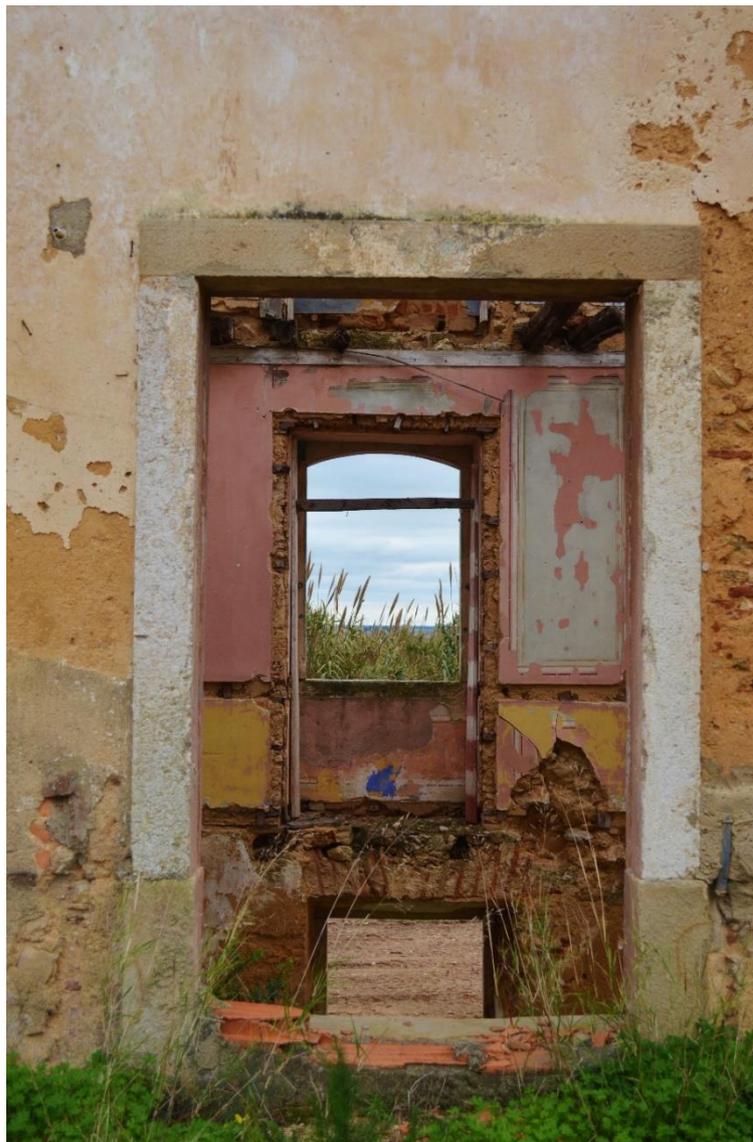


Imagem 36 - Novos enquadramentos,
Povos, 2017.

Campo exploratório

As duas fotografias apresentadas anteriormente são testemunho da realidade encontrada hoje na Real Fábrica de Atanados. As potencialidades colocadas a cru pelo estado obsoleto dos edifícios que formam o complexo surgem a cada passo dado por entre as suas ruínas.

Arquitetando um conjunto de novas perspetivas de contemplação, enquadradas por elementos que compunham a fachada da capela e do edifício de habitação dos operários, estas imagens retratam uma realidade altamente poética, pelas improbabilidades espaciais que ostentam.

Na imagem 34 podemos observar o portal que outrora marcava a entrada da capela da quinta e que se apresenta agora como a moldura trabalhada de uma pintura, onde campos e rio Tejo surgem em destaque no horizonte. Aquilo que era assimilado como abertura num volume, é agora assimilado como abertura num plano. Esta ideia de planos surge também na imagem 35, onde nos deparamos com uma sucessão deles. O ritmo que geram é adquirida devido ao esvaziamento do interior do edifício e à abertura total de todos os seus vãos.

Por sua vez, no corpo abobadado do núcleo laboral experiencia-se uma atmosfera muito mais mística. A fusão da luz inusitada com o estado cru dos materiais - uma alvenaria de pedra quase rude, extremamente texturada, que constitui os pilares da arcada e algumas paredes, e o tijolo de burro à vista que constitui as abóbadas – concede uma experiência sensorial única. A luz que na imagem 36 escorre sobre a



Imagem 75 - Luz zenital no corpo do núcleo laboral, Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos, 2017.

parede não existia, não faz parte do desenho original do espaço. Ela surge de forma totalmente inesperada quando se chega ao local, atingindo o observador com a violência da poesia espacial que é capaz de gerar. É um elemento intrínseco ao seu estado de obsolescência.

Este elemento, a luz, é provavelmente aquele que em diálogo com a materialidade dos lugares mais potencia a consciência de abandono de um espaço.

Todas estas são características arquitetónicas resultantes da nova condição do edifício.

Para o seu isolamento recorreu-se à manipulação da fotografia e à elaboração de uma maquete conceptual de um dos espaços.



Imagem 38 - *Arcada do corpo do núcleo laboral, Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos, 2017.*



Imagem 39 - *Espaço do corpo do núcleo laboral, Real fábrica de Atanados da Vila de Povos, 2017.*

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo

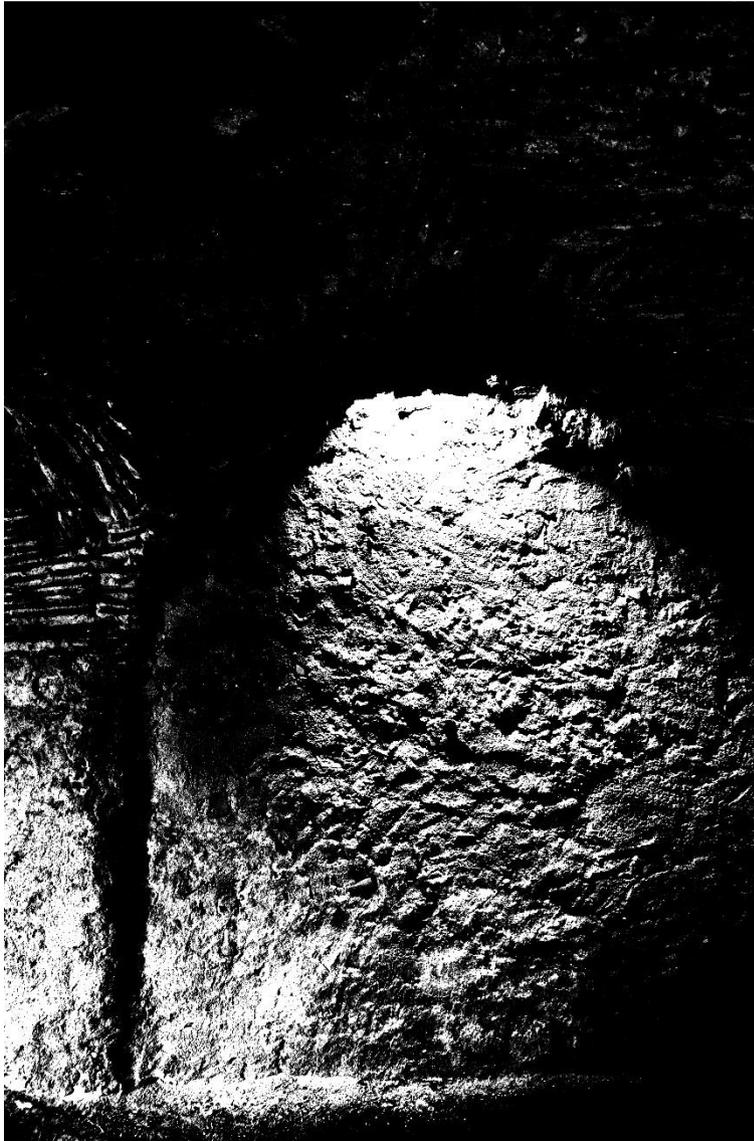


Imagem 40 – Manipulação da imagem
35.



Imagem 41 – *Manipulação da Imagem 37.*

Imagem 42 – *Maquete conceptual, em cimento, de um dos espaços da Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos.*

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



Imagem 43– Ruína do edifício da Administração da Fábrica dos Moinhos de Sta. Iria, Póvoa de Santa Iria, 2017.

Imagem 44 - Ortofotomapa de localização da Fábrica dos Moinhos de Sta. Iria, 2015.



3.2 Fábrica dos Moinhos de Santa Iria

Localização: Av. Isidoro Assunção Antunes da Costa, Póvoa de Santa Iria.

Fundação: 1877

Período de Atividade: 1877 - 1980

Fundadores: desconhecido

Atividade Industrial: Alimentar (moagem)

Estado Atual: Desativada: parcialmente demolida.

Classificação: Sem classificação

Síntese histórica

Inicialmente designada por Companhia de Moagens de Santa Iria (1877), a Fábrica dos Moinhos instalou-se neste território devido à grande quantidade de cereais produzida nesta zona da Lezíria. A sua fundação e implantação inserem-se na primeira fase de industrialização do concelho de Vila Franca de Xira, antecipando aquilo que seria o crescimento do sector alimentar nesta região. Tratando-se de uma fábrica que faz parte do grupo das mais importantes indústrias moageiras do final do século XIX - competindo com fábricas como a do Beato, Caramujo e Pampulha – assumiu desde cedo um papel importante na mecanização deste ramo industrial a nível nacional, com a introdução do modelo de moinhos Corbeil.

À data de 1881, a fábrica operava com treze destes moinhos e a energia usada era a do vapor. Somente na década de 50 do século XX ocorreu uma moder-

dernização a este nível, com a instalação de um posto de transformação de energia elétrica. (Cf. Folgado, 2001, pp. 198–199)

Embora nunca tenha empregado muitos trabalhadores nos processos de moagem, havia um número considerável de trabalhadores do Alentejo que, acabando os trabalhos agrícolas nas herdades do Mouchão da Póvoa, eram atraídos pelos salários e horários fixos desta fábrica. O abastecimento de cereais era, até à década de 60/70 do séc. XX, feito tanto através de meios fluviais, como ferroviários. Ao seu próprio cais chegavam fragatas e batelões carregados de trigo estrangeiro. Pela via ferroviária chegavam os carregamentos nacionais.

A fábrica vai à falência no início da década de 80 e as suas máquinas são transferidas para uma fábrica em Setúbal.⁷

Atualmente, o edifício já se encontra demolido quase na sua totalidade para que pudesse surgir no seu lugar o Parque Ribeirinho Moinhos da Póvoa. Somente o volume correspondente à antiga administração aparenta ir ser mantido, para um dia, talvez, se transformar naquilo que será um museu da indústria.

⁷ Esta informação foi retirada de uma entrevista feita pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira a um antigo funcionário da Fábrica dos Moinhos de St^a Iria, o Sr. Graciano. A entrevista foi realizada a 23/3/1993 a propósito de um inventário do património industrial do Concelho e cedida por esta identidade para a realização da presente dissertação.



Imagem 45 - Ruína do edifício da administração da antiga Fábrica dos Moinhos de Sta. Iria, Póvoa de Santa Iria, 2018.

Breve leitura arquitetónica

A Fábrica dos Moinhos de Santa Iria é o exemplo de um caso onde aspetos como a funcionalidade, os métodos construtivos e a linguagem arquitetónica estão em consonância com as variantes estilísticas da sua época de construção.

A produção ali desenvolvida ocorria consoante é habitual nas atividades dedicadas à moagem: em corte vertical. Tratava-se de um edifício contruído em altura, numa totalidade de 4 pisos. Cada um destes pisos albergava uma fase diferente do processo de produção da farinha.

A sua estrutura era composta por vigas e pilares de ferro, onde assentavam depois os pisos de madeira. Este tipo de estrutura foi a resposta que a indústria do final do séc. XIX, início do séc. XXI encontrou para os novos requisitos espaciais que se impunham: espaços amplos e grandes vãos nas fachadas.

Por outro lado, em termos de linguagem arquitetónica, esta fábrica possuía uma linguagem romântica com inúmeros ecletismos. O corpo da administração surge destacado pela dimensão dos seus vãos e pelo detalhe das suas molduras e cornija. (Cf. Fernandes, 1996, p. 144).



Imagem 94 - *Fachada Norte da Fábrica dos Moinhos de Sta. Iria, Póvoa de Sta. Iria.*

Imagem 47 - *Moinhos de Sta. Iria, Vista parcial da fachada principal, Póvoa de Santa Iria, 1993.*



Campo exploratório

O presente caso de estudo diferencia-se dos outros dois edifícios selecionados pelo exato momento de transição em que se encontra.

Na primeira visita realizada ao local, no início do processo de investigação deste território (Setembro 2017), o edifício principal da Fábrica dos Moinhos de Santa iria, embora em ruína, ainda se mantinha de pé. Na segunda visita, dois meses depois, o que se encontrou no seu lugar foi entulho, permanecendo visível já somente o antigo edifício da administração. Tinha sido demolido no âmbito do projeto do novo Parque Ribeirinho Moinhos da Póvoa.

A perceção de que se estava a chegar em pleno momento de transição para este fragmento industrial, confirmou a pertinência da sua escolha.

Todavia, esta situação impossibilitou a exploração da sua condição obsoleta mediante os mesmos processos que os restantes.

O edifício lê-se agora como uma peça descontextualizada, com a única e exclusiva função de suporte para cartazes. É o exemplo vivo da paisagem de simultaneidades e contradições do território em que se insere.



Imagem 99 – Edifício da administração da Fábrica dos Moinhos de Sta. Iria, Póvoa de Santa Iria, 2018.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



Imagem 49 - Vista geral dos armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia e edifício habitacional, Vala do Carregado, 2017.

Imagem 50 - Ortofotomapa de Localização dos Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, 2015.



1.4 Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do Carregado

Localização: Rua Prudêncio Duarte Coelho, Vala do Carregado.

Fundação: 1940 déc.

Período de Atividade: 1940-1980

Fundadores: Desconhecido.

Atividade Industrial: Cerâmica.

Estado Atual: Desativada.

Classificação: sem classificação

Síntese histórica

O local de implantação do presente caso de estudo é um lugar com um papel pertinente na História da região. Os seus edifícios traduzem as diferentes atividades aqui existentes ao longo de distintos períodos.

O antigo cais da Vala do Carregado, elemento integrado neste núcleo, é um cais que data do séc. XIX, tendo desde sempre assumido um papel importante nas dinâmicas de distribuição de mercadorias e transporte de pessoas, na envolvente da capital (Cf. Raimundo, 2011, p.11).

Na planta do troço do Rio Tejo entre os Campos de Salvaterra e o Carregado, elaborada entre 1861 e 1864 para servir os estudos do rio - dirigidos pelo engenheiro Manuel José Júlio Guerra - já é possível encontrar este cais assinalado. A rua que lhe dava acesso, correspondente às atuais rua Prudêncio Duarte Correia e Estrada da Vala, era à época denominada de “Estrada Real para

*Coimbra*⁸. Esta denominação prende-se com o facto de ter existido nas proximidades a este local uma estação de muda da Mala-Posta. Os reis chegavam de Lisboa a este cais de barco, onde apanhavam depois as diligências da Mala-Posta para as Caldas da Rainha e Coimbra. Estas carreiras funcionaram diariamente entre 1758 e 1864.

Nesta planta são igualmente observáveis as divisões de propriedade daquela época, a partir das quais foi possível descobrir o nome do proprietário daquela em que se encontram hoje implantados os armazéns: Jacinto Curado. Curado é uma denominação frequentemente utilizada para denominar este local e foi através dela que se ficou a saber que este antigo cais de madeira possuiu, na década de 50/60 do séc. XIX, um fiscal: Augusto Gonçalves Curado. Esta função foi posteriormente atribuída ao Feitor da estação de muda da Mala-Posta nesta localidade: António Venâncio.

Este cais, para além desta importância enquanto interface de transporte de pessoas, era crucial na carga e descarga de mercadorias de relevantes indústrias da região. A título de exemplo, era daqui que saía a produção de gelo da Real Fábrica de Gelo de Montejunto e as cerâmicas da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia. A estas mercadorias juntavam-se os vinhos produzidos nas proximidades e a pedra utilizada nas valas da Lezíria. O cais serviu ainda durante muito tempo as comunidades piscatórias de Alenquer e Castanheira do Ribatejo. O declínio da sua importância começou com a fratura provocada no território pela linha do caminho-de-ferro e foi ganhando escala com o passar do tempo. Atualmente, já só existem vestígios da sua

⁸ Antigamente estas duas ruas eram a mesma: a rua da Vala estendia-se paralelamente a este curso de água, entre a antiga Ponte da Couraça e o Cais do carregado. No entanto, após o fecho da passagem de nível que ali existia esta partiu-se em duas, atribuindo-se assim uma nova denominação ao troço a sul da linha de caminho-de-ferro.

existência (Cf. Raimundo, 2011, p.11).

Quanto ao conjunto edificado propriamente dito, não se sabe ao certo se os dois armazéns mais antigos que ainda permanecem no local datarão já, ou não, do período da estação da Mala-Posta. Sabe-se, no entanto, com base na fotografia aérea do voo de 1948, que existiu um terceiro armazém, já demolido à data, cujas marcas de implantação no terreno são ainda bem visíveis na imagem.

Os três armazéns mais recentes, esses, datam da época de construção da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia neste local, isto é, início da década de 40 do séc. XX. Trata-se do período áureo da companhia, altura em que se adquirem unidades em todo o território nacional. O edifício principal da fábrica, observável na fotografia aérea de 48, já não existe, estando hoje no seu lugar a RODOCARGO.

Atualmente o conjunto edificado encontra-se ao abandono. Embora tenham existido projetos para a requalificação desta zona ribeirinha no final da década de 90 - onde se incluía a instalação neste edificado da Escola Municipal de Canoagem– e um estudo de pormenor da área no âmbito da *Unidade de Execução U1 Expansão de uma Plataforma Logística*, resultante do PDM de Vila Franca de Xira do ano de 2009, até hoje não se concretizaram quaisquer intervenções urbanísticas de relevo.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



Imagem 109 - Fotografia aérea do voo de 1948, Vala do Carregado, 1948.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



Imagem 54 – Fotografia aérea da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vale do Carregado, 1948.

Imagem 55 - Fotografia aérea dos armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vale do Carregado, 1948.



Imagem 56 - Fotografia aérea dos armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vala do Carregado, 1988



Imagem 57 - Fotografia aérea da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vala do Carregado, 1988.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo

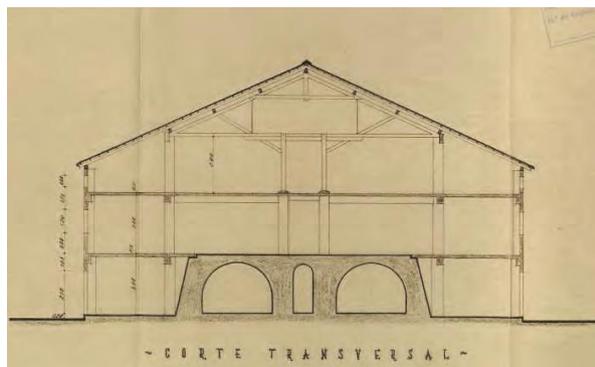
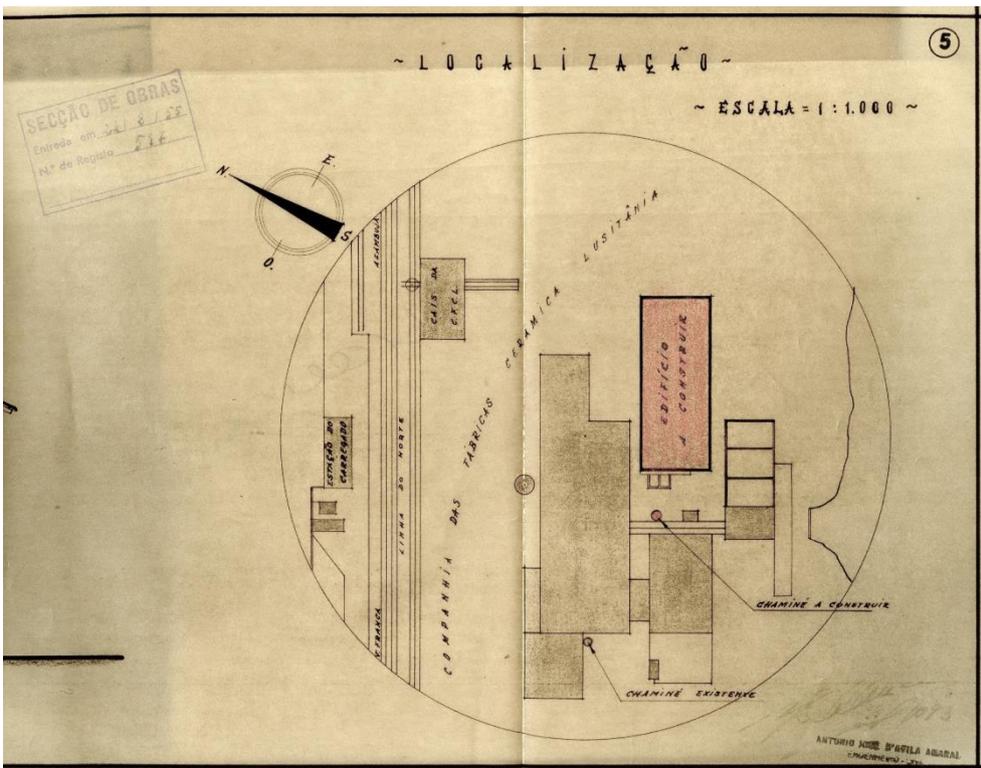


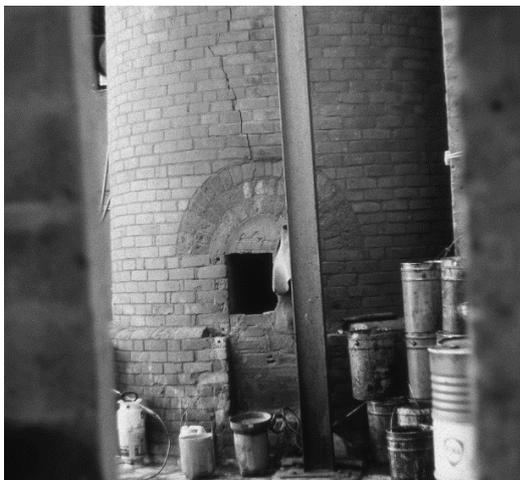
Imagem 120 - Planta de localização dos edifícios atualmente demolidos da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, V. do Carregado, 1955.

Imagem 59 - Corte transversal de um dos edifícios principais já demolidos da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, V. do Carregado.



Imagem 127 – Vista exterior de um dos antigos edifícios demolidos da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vala do Carregado.

Imagem 61 – Forno do edifício principal já demolido da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vala do Carregado.



Breve leitura arquitetónica

O conjunto edificado do presente caso de estudo é o resultado de diferentes apropriações que foram sendo feitas ao longo da sua história. Nele conseguimos distinguir claramente um núcleo laboral e um núcleo habitacional.

O núcleo laboral é composto por cinco armazéns, cujo desenho arquitetónico e materialidade revelam serem de períodos distintos. Os dois armazéns de dimensões mais reduzidas são os mais antigos. Construídos numa alvenaria mista pobre, apresentam paredes bastante largas, naves com asnas de madeira e telhado com telha marselha. Estes armazéns encontram-se implantados à cota do terreno naquele local.

Os três armazéns mais recentes, construídos para apoiar a Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, apresentam já paredes mais finas em alvenaria de tijolo e encontram-se implantados a uma cota superior à do terreno, revelando já uma preocupação com a construção acima da cota de máxima cheia desta zona ribeirinha.

Por sua vez, a área habitacional é composta por um edifício de características pombalinas. Trata-se de uma habitação com paredes exteriores de alvenaria de pedra estrutural, divisórias em tabique, pisos em estrutura de madeira e vãos com cantarias. É reconhecível na habitação um acréscimo ao piso térreo, um anexo detentor de uma qualidade construtiva bastante inferior ao da construção original.

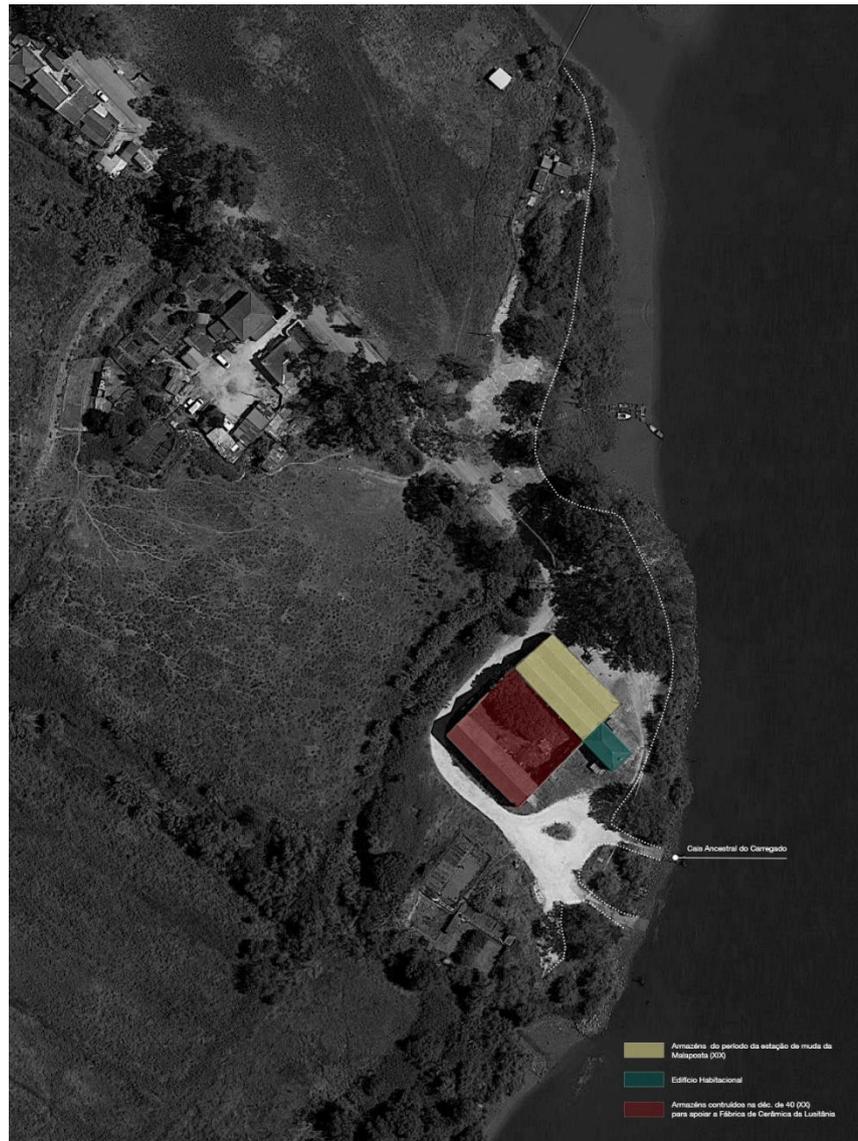


Imagem 62 – Esquema explicativo dos distintos períodos de construção do edificado.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo

Campo exploratório



Imagem 63 - Interior de um dos armazéns obsoletos da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vala do Carregado, 2017.



Imagem 64 - Interior de um dos armazéns obsoletos da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vala do Carregado, 2017.

As imagens 57 e 58 são registos fotográficos direcionados para a captação das peculiaridades espaciais da condição obsoleta de um dos armazéns do presente caso de estudo.

O mais fascinante destas imagens é a forma peculiar como a luz abraça estes espaços, encontrado caminho na desmaterialização de vários elementos arquitetónicos. Em locais onde antes se encontravam telhas, existem agora algumas aberturas, que funcionam como uma espécie de lanternas que munem o espaço de ritmo e lhe conferem uma ambiência espacial verdadeiramente distinta da que originalmente se experienciaria.

Altamente poético é também a escala do vão na parede de fundo do armazém que, agora aberto e com o espaço totalmente desimpedido, permite compreender a relação que estabelece com a altura do ser humano que caminha no exterior.

A parede oposta ostenta já uma composição de fachada mais marcada: quatro vãos, um aberto, três entaipados. O vão circular que marca o topo da fachada, elemento arquitetónico recorrente nestes edifícios de carácter industrial, ganha destaque através da penumbra do interior do armazém.

Por sua vez, a ausência de cobertura em dois dos armazéns implantados na década de 40, proporciona uma experiência totalmente diferente destes espaços. A dualidade interior exterior que se instalou é intensificada pelos improváveis jogos de sombra/luz.



Imagem 65- Interior /exterior, Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vala do Carregado, 2018.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



Imagem 66 – Interior/ exterior 2, Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vala do Carregado, 2018.



Imagem 67 - *Contrastes, Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia, Vala do Carregado, 2018.*

Perante esta singularidade espacial captada através do registo fotográfico, recorreu-se à manipulação de imagem para tentar isolar algumas destas particularidades relacionadas com os contrastes de luminosidade.

Esta manipulação fez com que se perdesse a noção de tridimensionalidade o que torna possível a libertação destas particularidades de um espaço específico, mas ao mesmo tempo parece não responder às exigências de um exercício de projeto. Esta libertação continua a ser possível sem que se perca este elemento inerente ao trabalho do arquiteto, através da transposição destas peculiaridades para uma maquete conceptual.



*Imagem 68 – Manipulação da Imagem
67.*



*Imagem 69 – Manipulação da imagem
81.*

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



Imagem 70 – Maquete conceptual 1 de um dos espaços dos Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do carregado.

Imagem 71 - Maquete conceptual 2 de um dos espaços dos Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do carregado. Imagem 146 – Maquete conceptual 1 de um dos espaços dos Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do carregado.



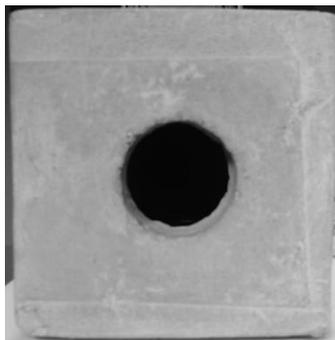
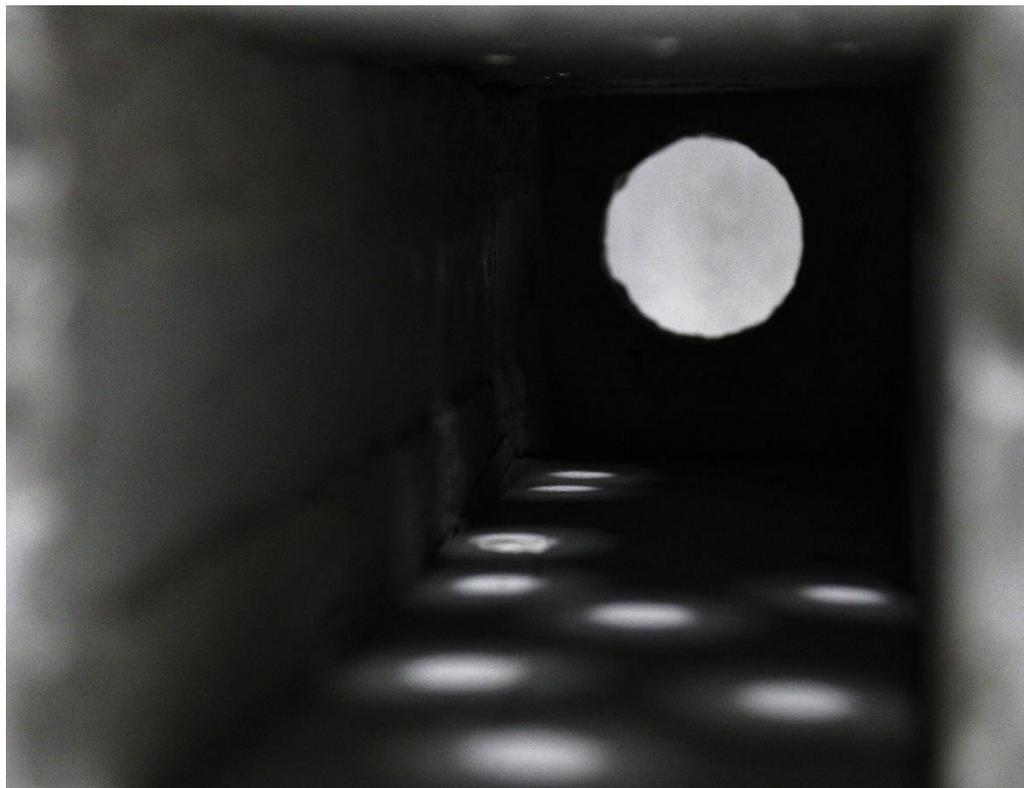


Imagem 147 - Maquete conceptual 3, em cimento, de um dos espaços dos Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do carregado

Imagem 150 - Maquete conceptual 3, em cimento, de um dos espaços dos Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do carregado.

vertente teórica . obsolescência e abstração: os edifícios industriais no baixo Tejo



Imagem 74 - Maquete conceptual 3, em cimento, de um dos espaços dos Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do carregado.

Imagem 75 Maquete conceptual 3, em cimento, de um dos espaços dos Armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do carregado.

PARTE II

VERTENTE PRÁTICA

CLUBE NÁUTICO DA VALA DO CARREGADO

UMA PAISAGEM PERDIDA: MANIFESTO DO TEJO

PROPOSTA DE GRUPO

A vertente prática do Projeto Final de Arquitetura do ano letivo 2017/2018 elegeu o Concelho de Alenquer como território de estudo. Caracterizado por contrastes e disfunções entre escala rural, urbana, industrial e infraestrutural, constitui-se como local primordial para intervenções de foro urbanístico e arquitetónico. Uma das suas mais valias reside no seu limite territorial nascente: o rio Tejo.

A sua delimitação por este elemento geográfico natural, aliada à localização privilegiada do concelho - inserido na Área Metropolitana de Lisboa - induz ao desenvolvimento de um pensamento que reflete sobre a pertinência da ação segundo dois eixos estratégicos: a potencial ligação da vila Histórica de Alenquer ao rio Tejo e a reestruturação de uma frente ribeirinha, constituinte de um grande eixo longitudinal que, nos seus limites, permite a ligação entre a cidade de Lisboa e a cidade de Santarém. Foi sobre este último eixo que a proposta de grupo se desenvolveu.

O rio Tejo age como um elemento estruturante do território a diferentes níveis, uma vez que deteve, ao longo da história, diversas funções de extrema importância, nomeadamente enquanto linha de defesa, infraestrutura de transporte, meio de sustento e recurso hídrico. Por sua vez, a forte presença de um curso de água como este reflete-se na forma de apropriação e trabalho dos terrenos, conduzindo à formação de uma tipologia de paisagem muito característica: a lezíria do Tejo.

Observando os lugares à escala do médio e baixo Tejo, compreende-se que é neste troço do rio onde se verifica uma maior ocupação urbana, pela existência de diversos núcleos ribeirinhos.



Estes aglomerados urbanos têm peculiar expressão nas aldeias avieiras. A sua maioria apresenta uma forte relação com as margens ripícolas e o leito do rio , promovendo o seu uso lúdico e recreativo, mas, acima de tudo, desempenhando um papel fundamental no alerta para a importância da manutenção deste ecossistema.

Na contemporaneidade, o Tejo voltou a constituir-se como uma temática muito pertinente. O rio encontra-se negligenciado, é hoje um elemento muito frágil. É o reflexo de uma exploração como recurso e não como elemento natural autossuficiente.

A constante atividade industrial no Tejo marca a falta de consideração em relação a este recurso natural. A presença de unidades fabris de enorme proporção, como a fábrica da Mitsubishi, no Tramagal, a fábrica de celulose da Caima, em Constância, a fábrica de papel da Renova, em Torres Novas, as importantes centrais termoelétricas do Pego e do Carregado, localizadas estrategicamente à beira-rio, bem como a extração de inertes, representa uma pressão enorme sobre o sistema fluvial. Muitas vezes o funcionamento destes complexos traduz-se em graves períodos de contaminação, altamente prejudiciais para todo o ecossistema.

A maior visibilidade da negligência das condições primárias do Tejo veio assim alertar a população para a importância do modo de ocupação territorial das suas margens.

Perante a atual mudança de paradigma e a consciência da afirmação de novos padrões de mobilidade, a estratégia de grupo procura recuperar a primeira grande “infraestrutura” de transporte: o rio. A principal premissa procura inverter a leitura do Tejo enquanto “traseiras do construído” , para passar a valorizar o rio como uma frente, enaltecendo-o enquanto elemento que marca a entrada num território. Um manifesto, uma bandeira para a sociedade civil.

Uma estratégia que dá continuidade à sinalização e recuperação da frente ribeirinha do Tejo já colocada em prática com a realização de alguns projetos entre Lisboa e Vila Franca de Xira.

1. Parque Ribeirinho Moinhos da Póvoa

2. Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria.

3. Parque Linear Ribeirinho Estuário do Tejo

Projeto realizado pelo atelier Topiaris, em 2013. Integra um percurso pedonal de 6km dividido por vários trilhos e um espaço multifuncional de lazer: a praia dos pescadores. O projeto de valorização da frente ribeirinha desenvolve uma estratégia de um modelo com preocupações de sustentabilidade e de reversibilidade, desenvolvendo um conceito de construção sustentável.

4. Caminho Pedonal Ribeirinho de Alhandra

Um percurso pedestre com ciclovia, nas margens do rio Tejo, proposto pela Câmara Municipal de Vila Franca para unir Alhandra à sede de concelho. Foi realizado faseadamente e o primeiro troço inaugurado em 2005. Um percurso que conquista território ao rio, por via de aterros, percorre 3km com zonas de estar e lazer generosas.

Procurando dar continuidade a estes projetos, cria-se um itinerário que se desenvolve

3. Parque Ribeirinho Moinhos da Póvoa.



3. Parque Linear Ribeirinho Estuário do Tejo

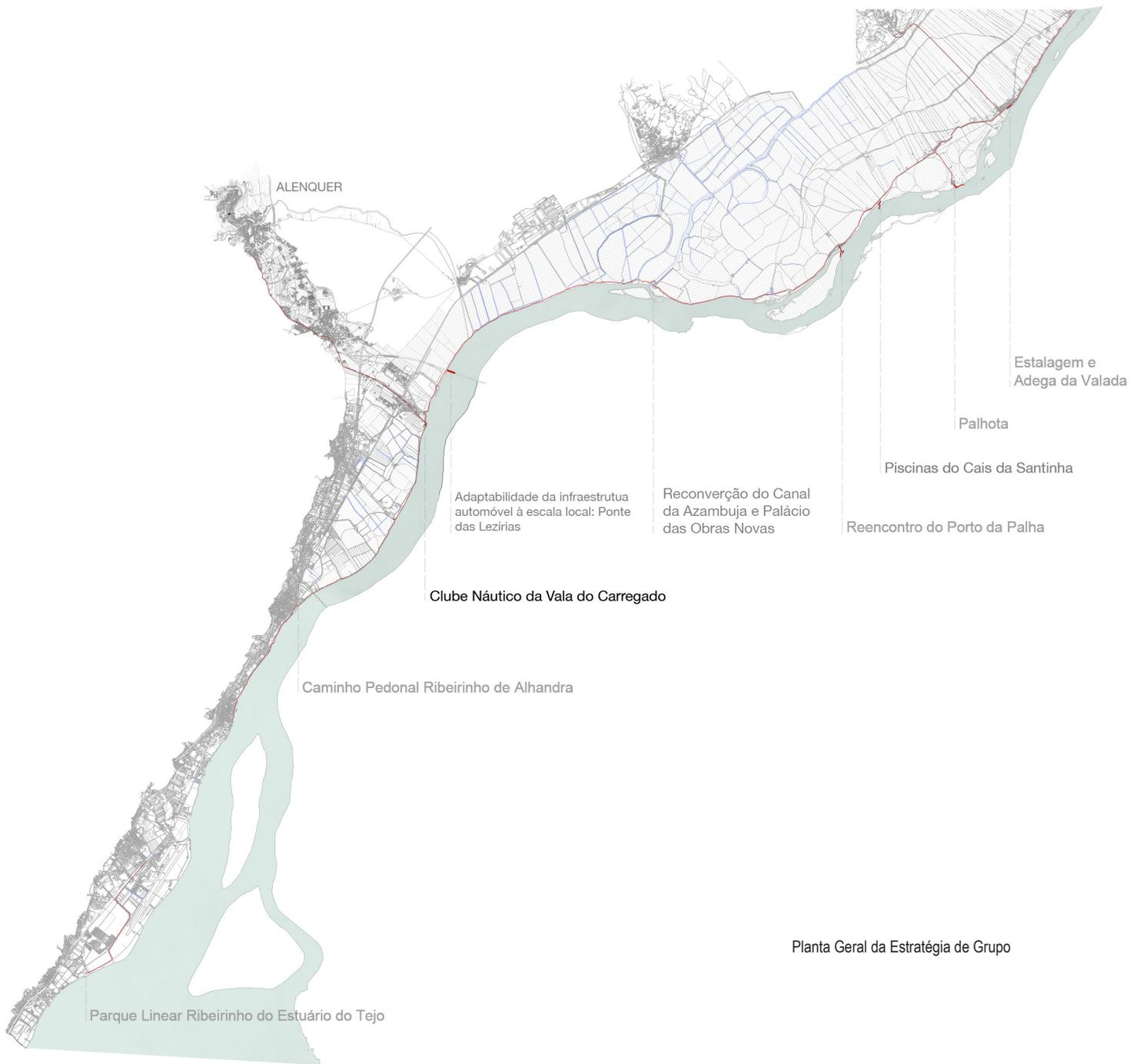


4. Caminho Pedonal Ribeirinho de Alhandra



paralelamente ao rio, com conexões perpendiculares aos eixos urbanos, sempre que necessário. Esta via condutora assume várias formas consoante os locais de implantação, desenvolvendo-se tanto em passadiço, ponte ou sob um dique.

É ao longo deste itinerário, entre a Vala do Carregado e Valada do Ribatejo, que se desenvolvem as propostas de intervenção individuais.



ALENQUER

Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo

Caminho Pedonal Ribeirinho de Alhandra

Clube Náutico da Vala do Carregado

Adaptabilidade da infraestrutura automóvel à escala local: Ponte das Lezírias

Reconverção do Canal da Azambuja e Palácio das Obras Novas

Reencontro do Porto da Palha

Piscinas do Cais da Santinha

Palhota

Estalagem e Adega da Valada

Planta Geral da Estratégia de Grupo



CLUBE NÁUTICO DA VALA DO CARREGADO

PROPOSTA INDIVIDUAL

Os antigos armazéns da Fábrica de Cerâmica da Lusitânia na Vala do Carregado encontram-se implantados na charneira entre o concelho de Vila Franca de Xira e o concelho de Alenquer, sendo a primeira paragem do itinerário apontado na proposta de grupo.

Vila Franca apresenta uma enorme tradição em desportos náuticos, principalmente ao nível da canoagem, A Vala do Carregado situa-se a meio caminho do Tejo navegável, entre Vila Franca de Xira e Valada do Ribatejo, constituindo-se, por isso, como local privilegiado para a implantação de um núcleo de apoio a este género de actividades recreativas. Na realidade, na segunda metade da década de 90, chegou a existir uma proposta para a implantação de uma Escola de Canoagem neste local, mas o projecto nunca se chegou a concretizar.

Estes fatores, aliados à inserção do edificado numa área de estrutura ecológica urbana periodicamente inundável - onde os programas de possível desenvolvimento se encontram por isso restringidos - e às características espaciais da tipologia industrial, levou à opção pela projecção de um Clube Náutico. O clube Náutico da Vala do Carregado.

O clube pretende ser o motor do renascer desta zona ribeirinha de elevada importância histórica, incitando à sua frequência mais regular e, conseqüentemente, ao seu melhor trato. A articulação desta margem sul da Vala do Carregado com a margem norte, onde existem já um parque de merendas e um pequeno bar/restaurante, é feita através de uma nova ponte pedonal e ciclável.



Nova Localização do Monumento ao Camaregado



Antiga Estrada Real Para Coimbra
Nova ligação cicloviária ao Camaregado

Novo Clube Histórico do Camaregado



A problemática da barreira criada pelo eixo ferroviário, dificultador de uma relação de proximidade entre os aglomerados urbanos e o rio, foi, à partida para este projeto, tida como resolvida, através de um projeto desenvolvido ao longo de PFA do ano lectivo anterior (2016/2017). O projeto para a nova estação rodoferroviária do Carregado elevava a ferrovia para uma cota superior, devolvendo assim a continuidade às relações e elementos da estrutura rural ancestral: as antigas estradas. A atual estrada da Vala, antiga estrada Real para Coimbra, recuperava assim a sua continuidade, repondo a relação contígua da paisagem até ao rio.

O Clube surge no encontro da antiga estrada real com o rio, como remate. O clube organiza-se segundo 3 corpos e um pátio interior/ exterior de ligação:

1. O corpo principal do clube náutico, composto por um dos armazéns mais antigos e o edifício habitacional.
2. Um corpo de arrumos para canoas e equipamento auxiliar à prática de atividades no rio.
3. Um terceiro corpo mais independente que sirva de arrumos e pequena oficina à comunidade piscatória da Vala. Trata-se de um dos edifícios mais antigos, cuja entrada se vira para a área exterior de acesso a um novo cais para atracação de barcos a motor, incluído na proposta.

A ligação entre o primeiro e o segundo corpo é feita através de um pátio que surge das improbabilidades espaciais desencadeadas pela ausência de cobertura em dois dos armazéns mais recentes. Estas improbabilidades conduziram a uma nova leitura daquele espaço enquanto pátio interior/exterior. Surgia assim a possibilidade de ter aqui a funcionar

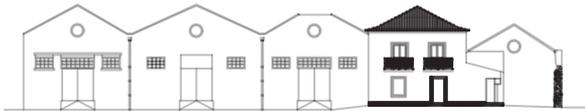
uma espécie de doca seca onde se podem guardar embarcações de pequeno porte. A vontade de que este espaço fosse um espaço onde é possível “ver através”, estabelecendo uma relação visual com o rio, aliada às fraturas estruturais existentes nas paredes dos armazéns, conduziu à substituição destas fachadas por um ripado que as redesenha. Trata-se de uma estrutura mista de madeira e metal, composta por quatro módulos com dois portões. Estes portões abrem-se na totalidade da sua extensão vertical de modo a permitirem a entrada de barcos à vela sem a necessidade de desmontar o mastro.

Este redesenho de fachada assume e acentua a diferença de épocas e tipologias de construção que já se encontrava bem patente no conjunto edificado.

O corpo principal do conjunto, onde se encontra a maioria do programa, liga-se a este pátio através da 4 vãos rasgados sobre 4 vãos de menor dimensão pré-existentes. Estes vãos desenham a circulação no interior do corpo do armazém. A diferença de cotas pré-existente entre os armazéns mais recentes (construídos já segundo a regra de cota de máxima cheia) e os armazéns mais antigos conduziu à elevação da quase totalidade do piso do armazém do corpo principal. A distribuição dos espaços é feita através de uma galeria em gradil, que se afasta das paredes pré-existentes dos armazéns. Encarando-se o telhado da nave como tecto de todos os espaços, à excepção das instalações sanitárias, procurou-se fazer a sua divisão através de uma estrutura leve que delimitasse os espaços mas não os isolasse. Uma espécie de biombos, onde não se utiliza o elemento porta. Optou-se pelo sistema de gesso cartonado adaptado a cada uma das exigências dos espaços. A base é feita em betão, devido à possibilidade de inundações.

Na intervenção no edifício de carácter habitacional a intervenção baseou-se no seu estado de conservação. Os elementos em alvenaria de pedra estrutural - as paredes exteriores - encontravam-se em boas condições. Todavia, os tabiques e as madeiras dos pavimentos encontravam-se todos em muito mau estado. Assumiu-se assim uma posição que elimina todas as divisões interiores, permitindo a libertação do piso térreo para albergar a zona de recepção, copa e sala polivalente. No piso superior instalaram-se as áreas administrativas e de sala de aulas teóricas.

Levantamento do existente

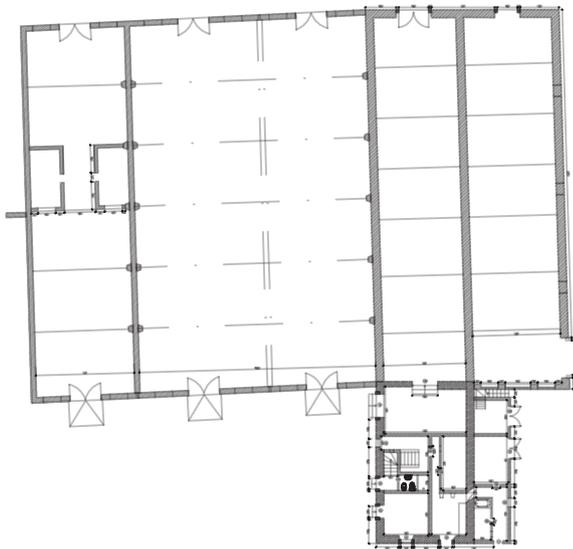


Alçado Sudeste



Alçado Noroeste

Planta cota +3.00



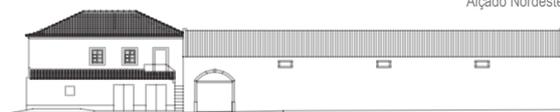
Planta cota +6.15



Alçado Sudoeste



Alçado Nordeste







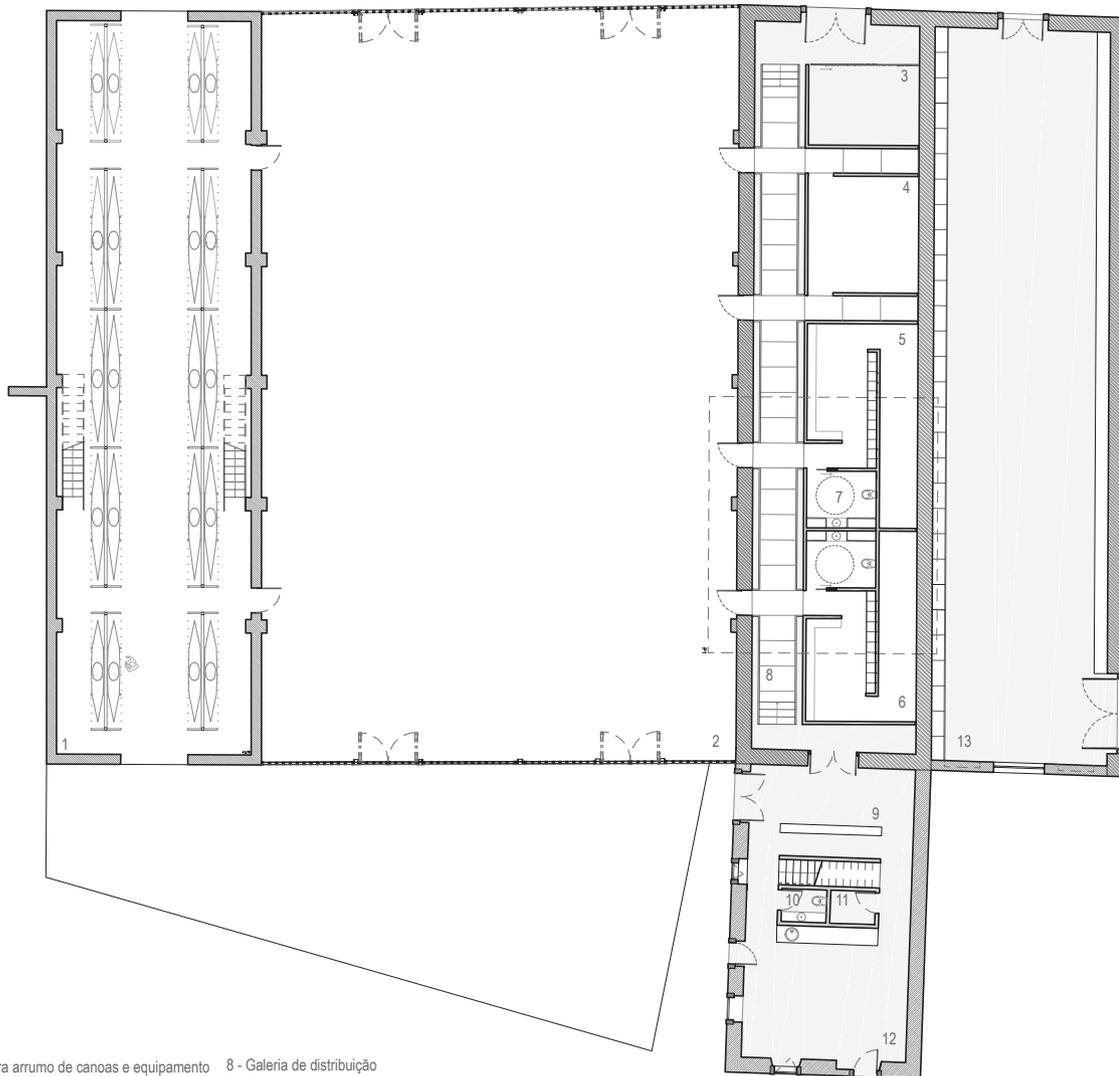
LEGENDA

- 1 - Rampa de acesso ao rio
- 2 - Cais ancestral da Vala do Carregado
- 3 - Novo Clube Náutico da Vala do Carregado
- 4 - Apoios sanitários e de churrasqueira pré-existentes.
- 5 - Zona exterior de verão com área de merendas
- 6 - Bar do Tejo
- 7 - Novo cais acostável para barcos a motor.
- 8 - Nova ponte de acesso pedonal
- 9 - Bar/Restaurante



Planta e Corte Geral da Intervenção (redução da escala 1.500)

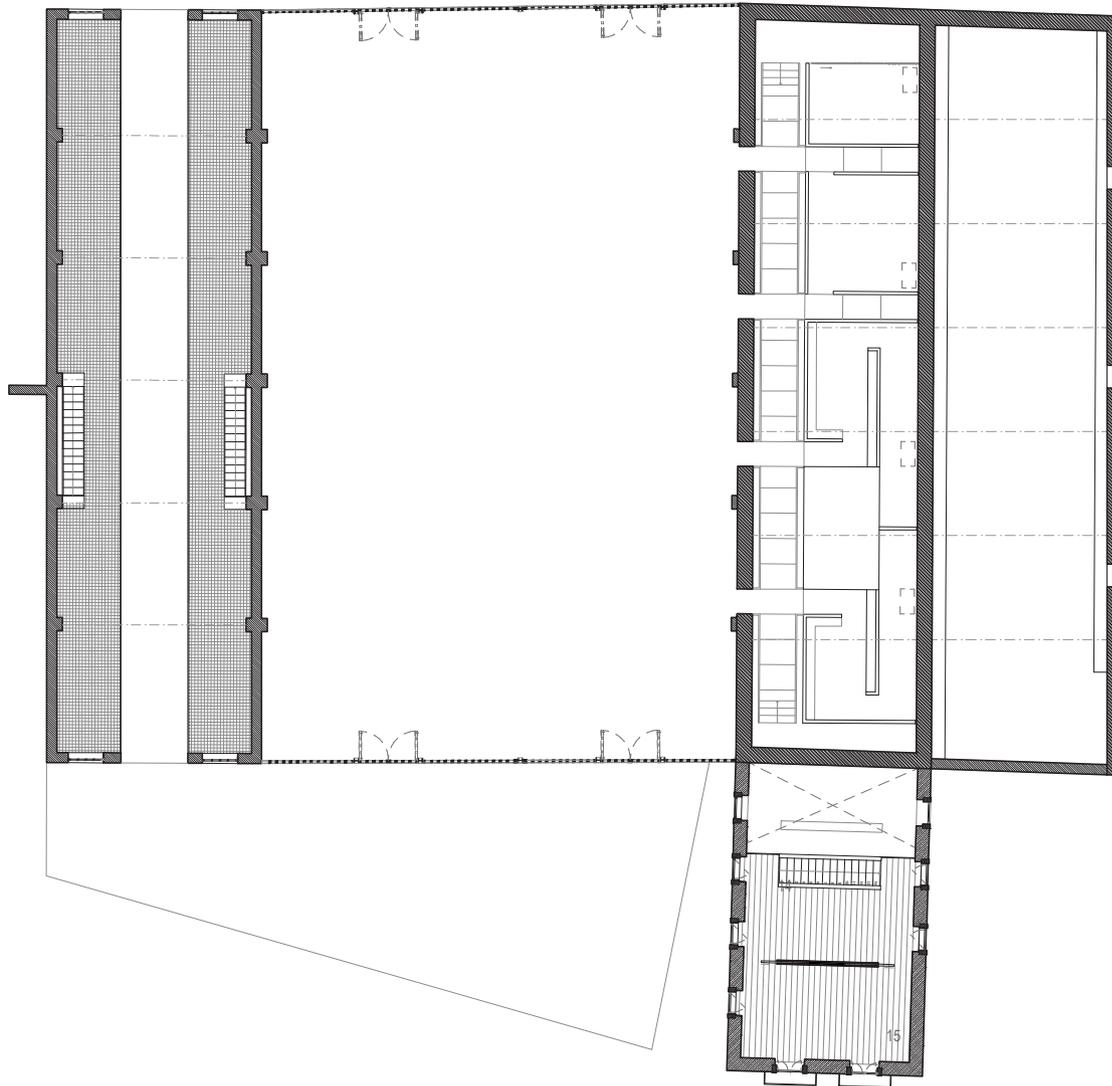




LEGENDA

- | | |
|--|---|
| 1 - Nave para arrumo de canoas e equipamento de treino | 8 - Galeria de distribuição |
| 2 - Pátio interior/externo polivalente | 9 - Recepção |
| 3 - Enfermaria | 10 - I.S. |
| 4 - Área para máquinas (treino) | 11 - Arrumos |
| 5 e 6 - Balneários | 12 - Copa + sala polivalente |
| 7 - Banheiros | 13 - Nave para arrumos de pescadores e pequenas reparações. |

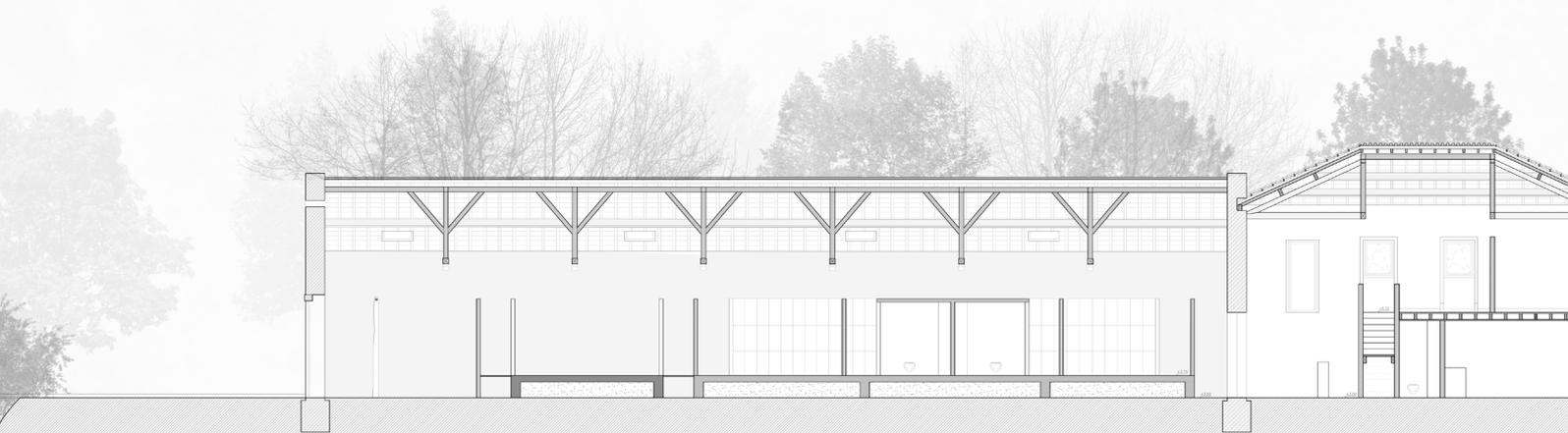
Planta cota 3.00 (Redução da escala 1.100)



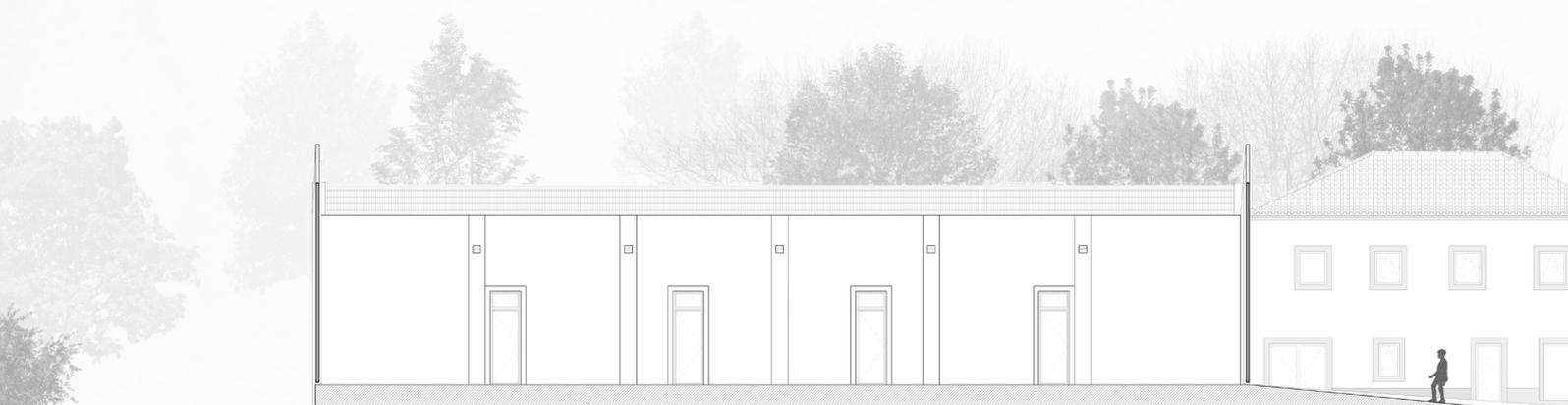
Planta cota +6.15 (Redução da escala 1.100)

LEGENDA

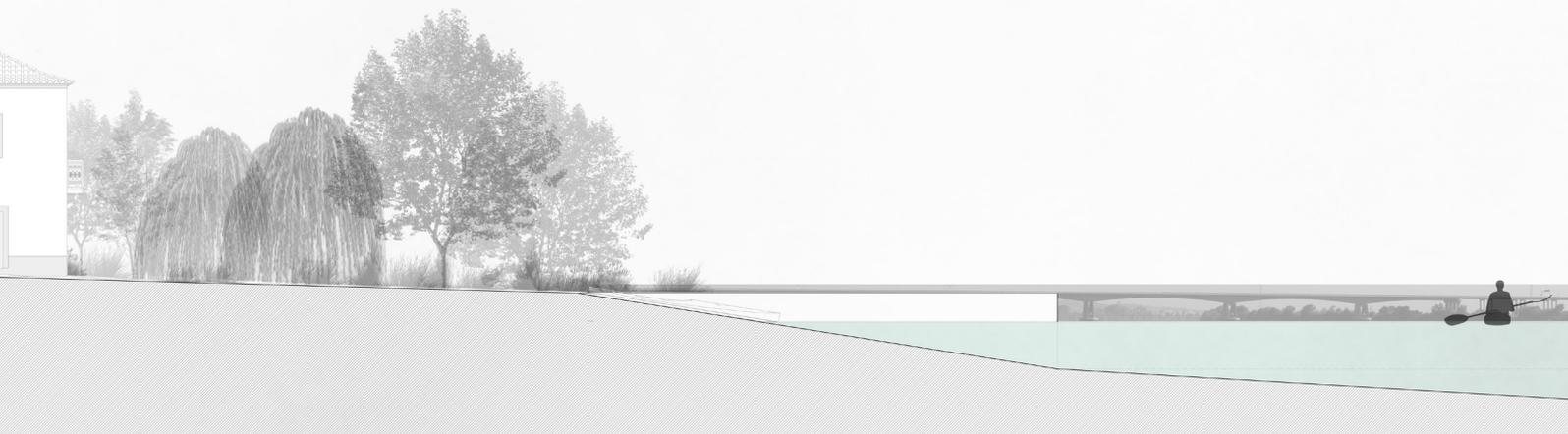
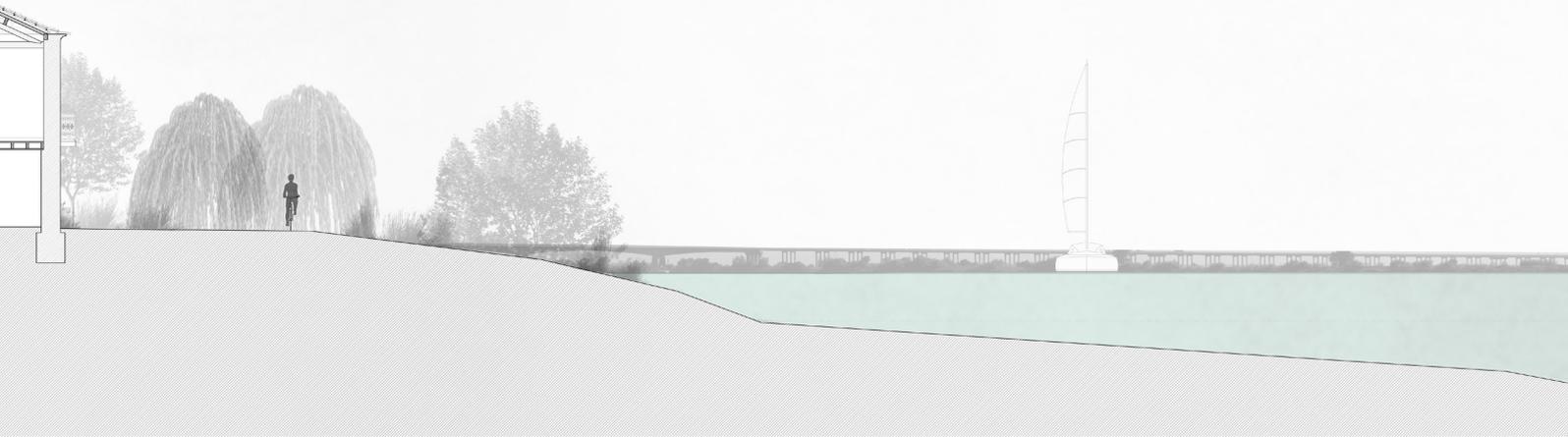
- 14 - Área da administração
- 15 - Sala para aulas teóricas

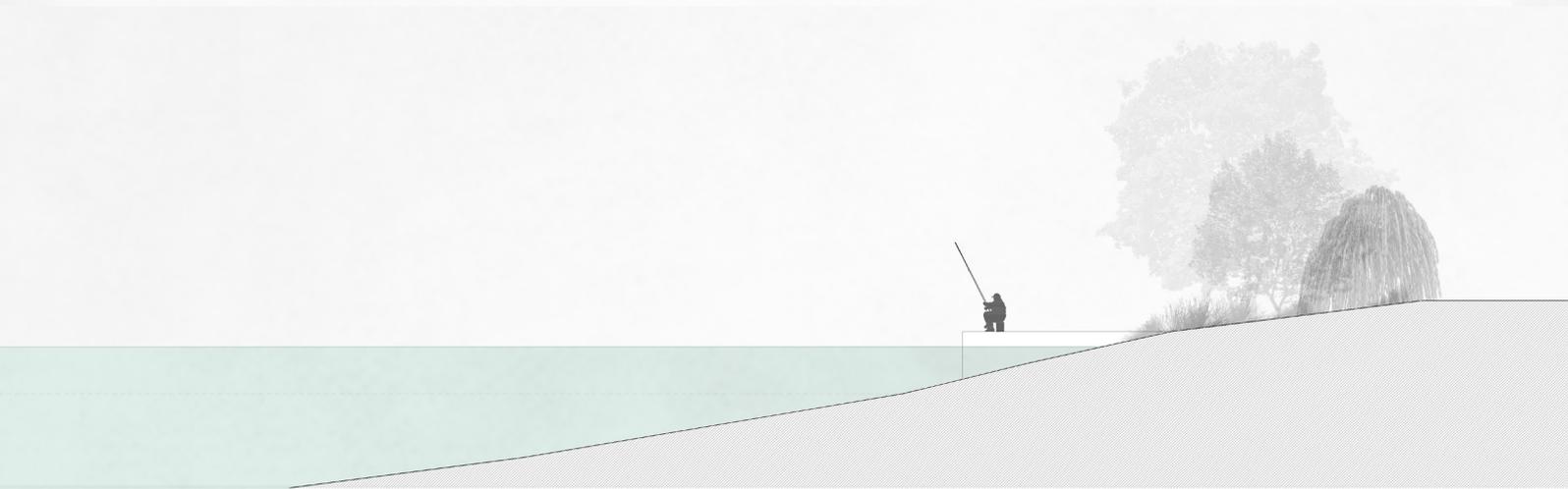


Corte CC (redução da escala 1.100)

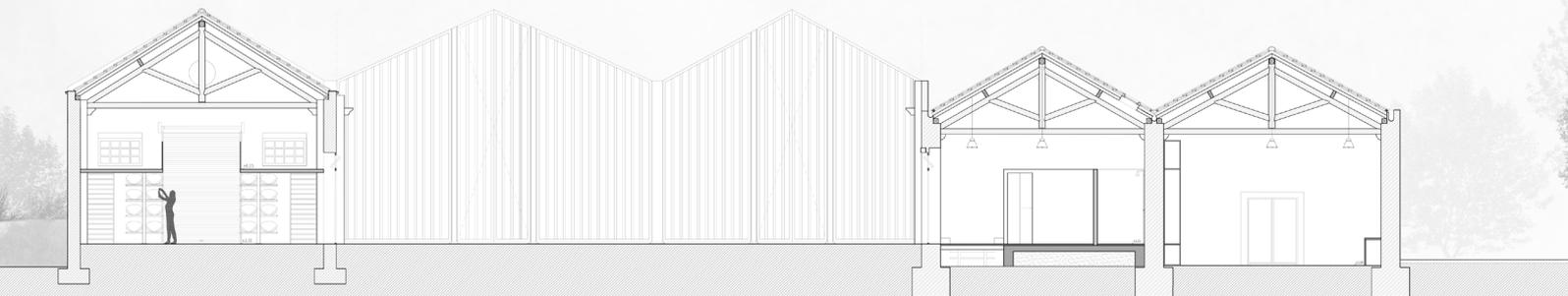


Corte BB (redução da escala 1.100)

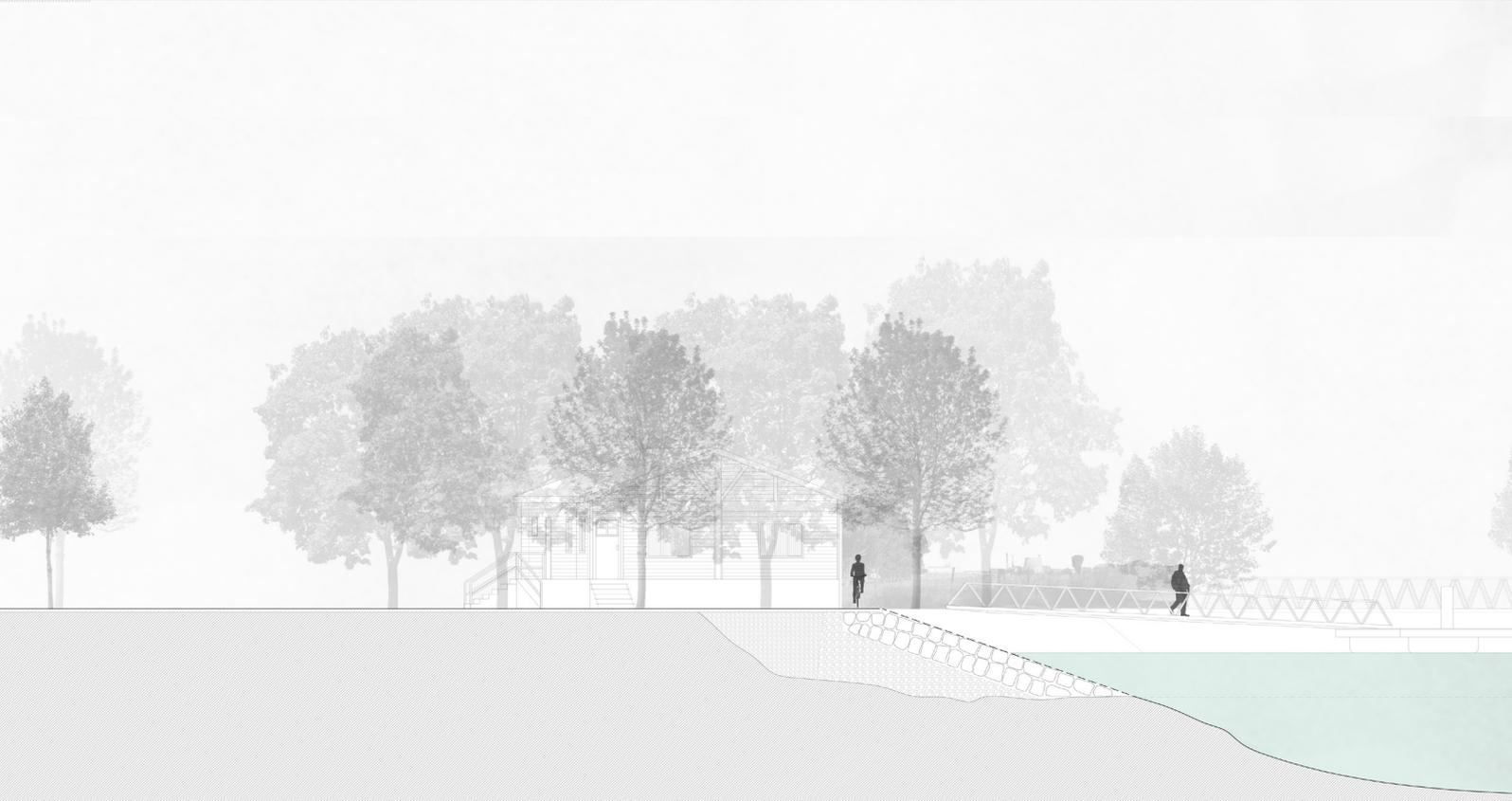
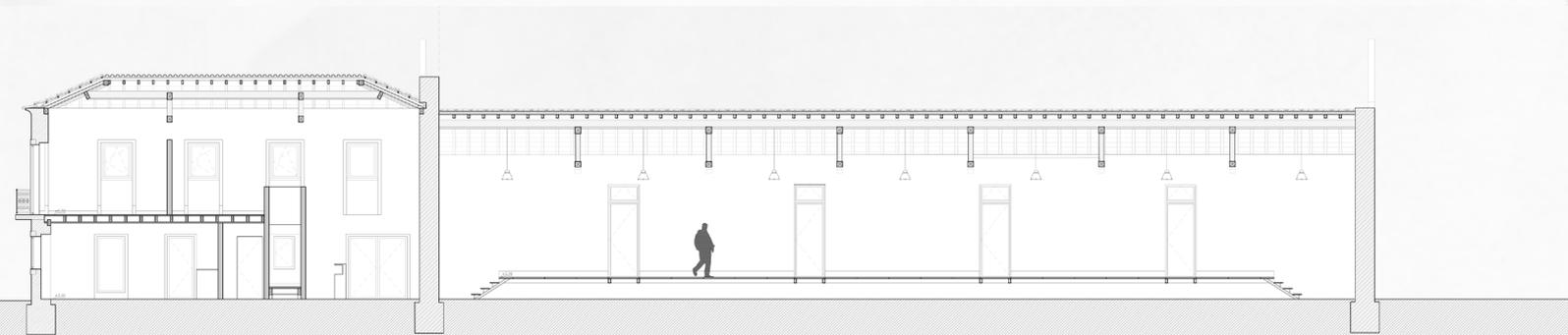


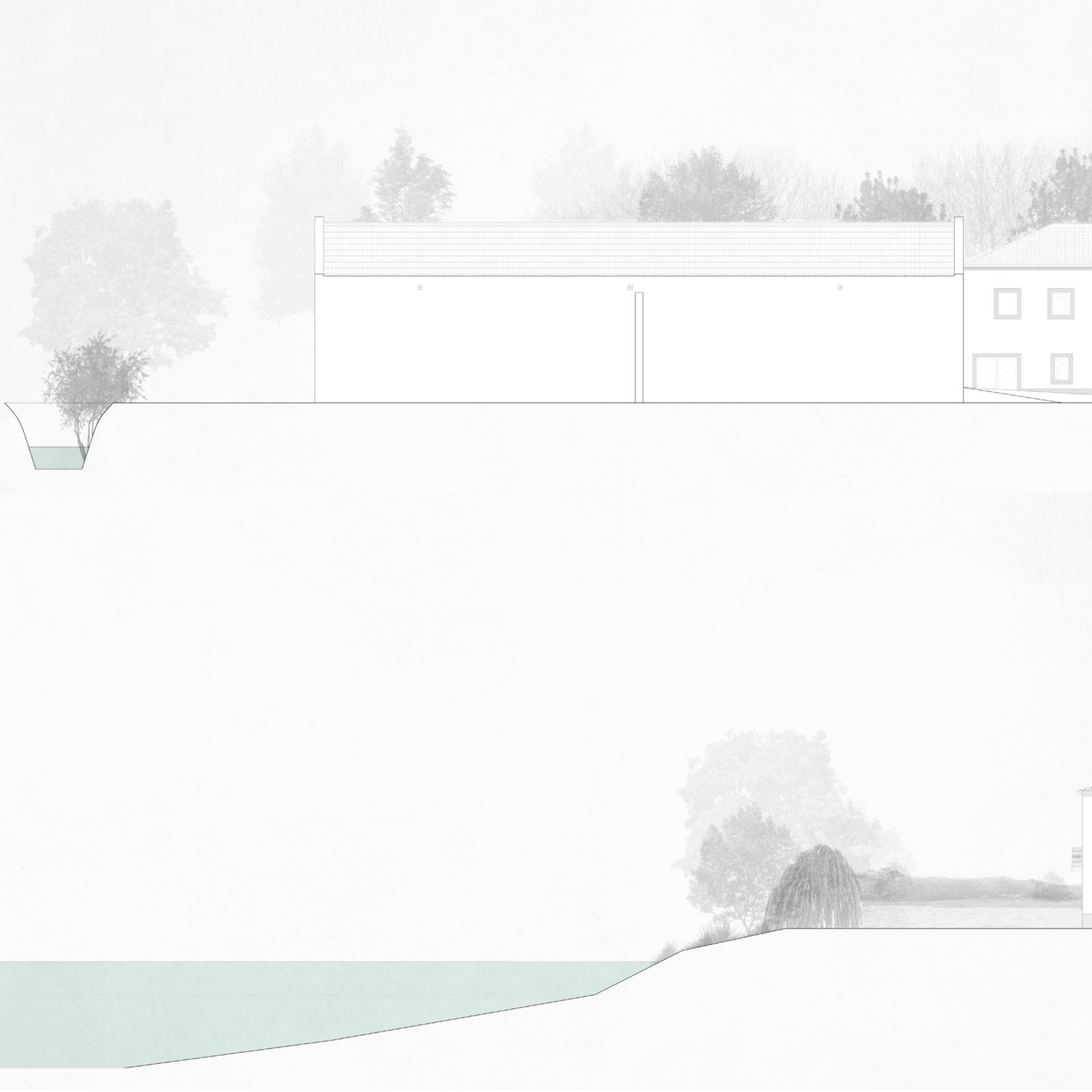


Corte FF (Redução da escala 1.100)



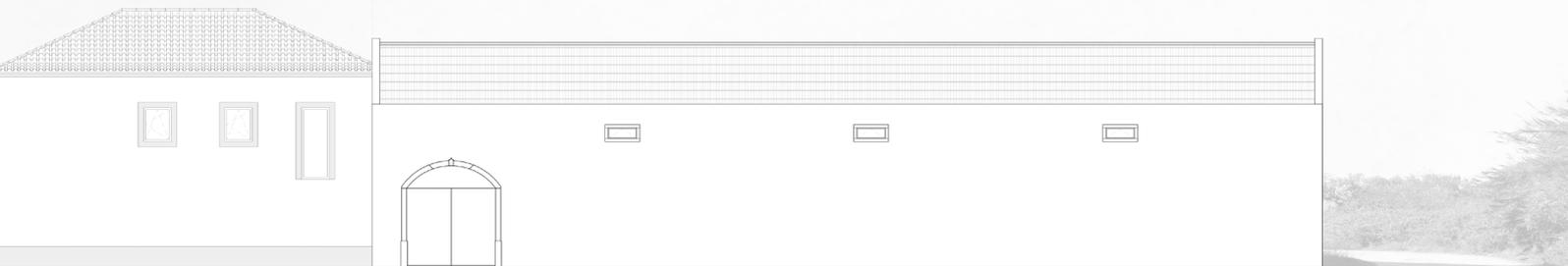
Corte CC (redução da escala 1.100)







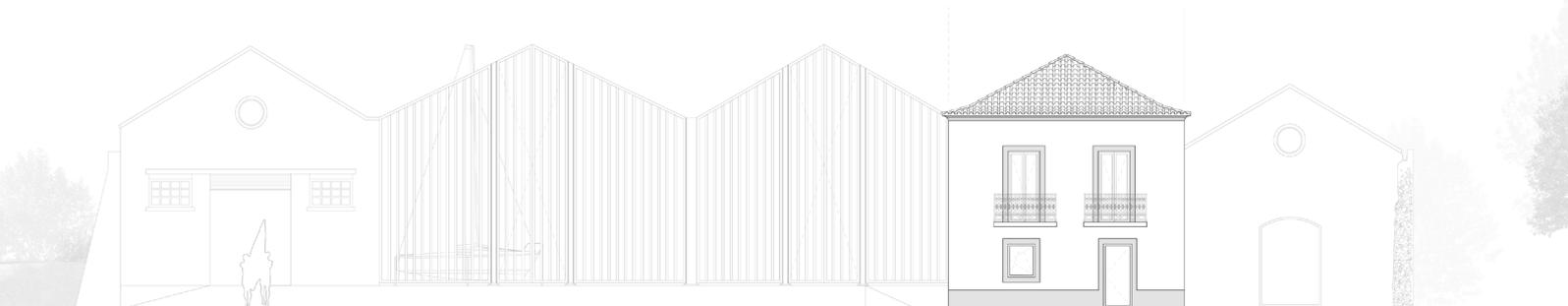
Alçado Sudoeste



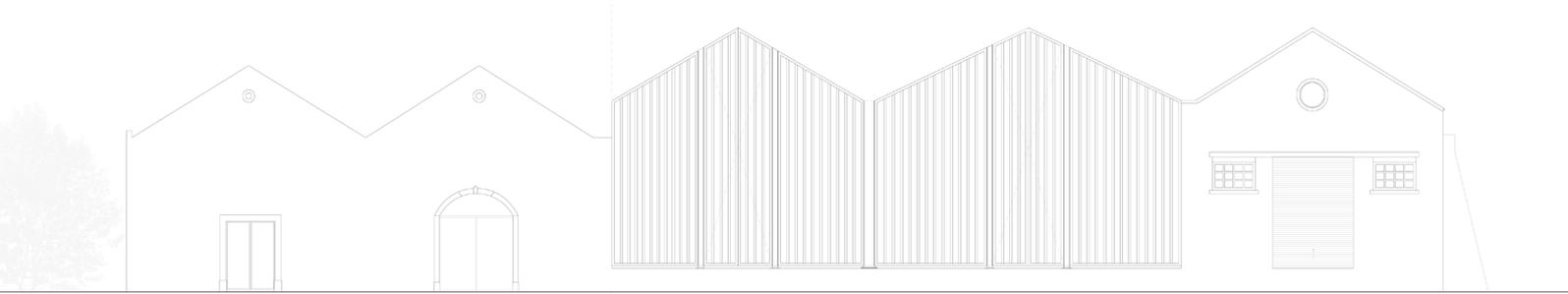
Alçado Nordeste

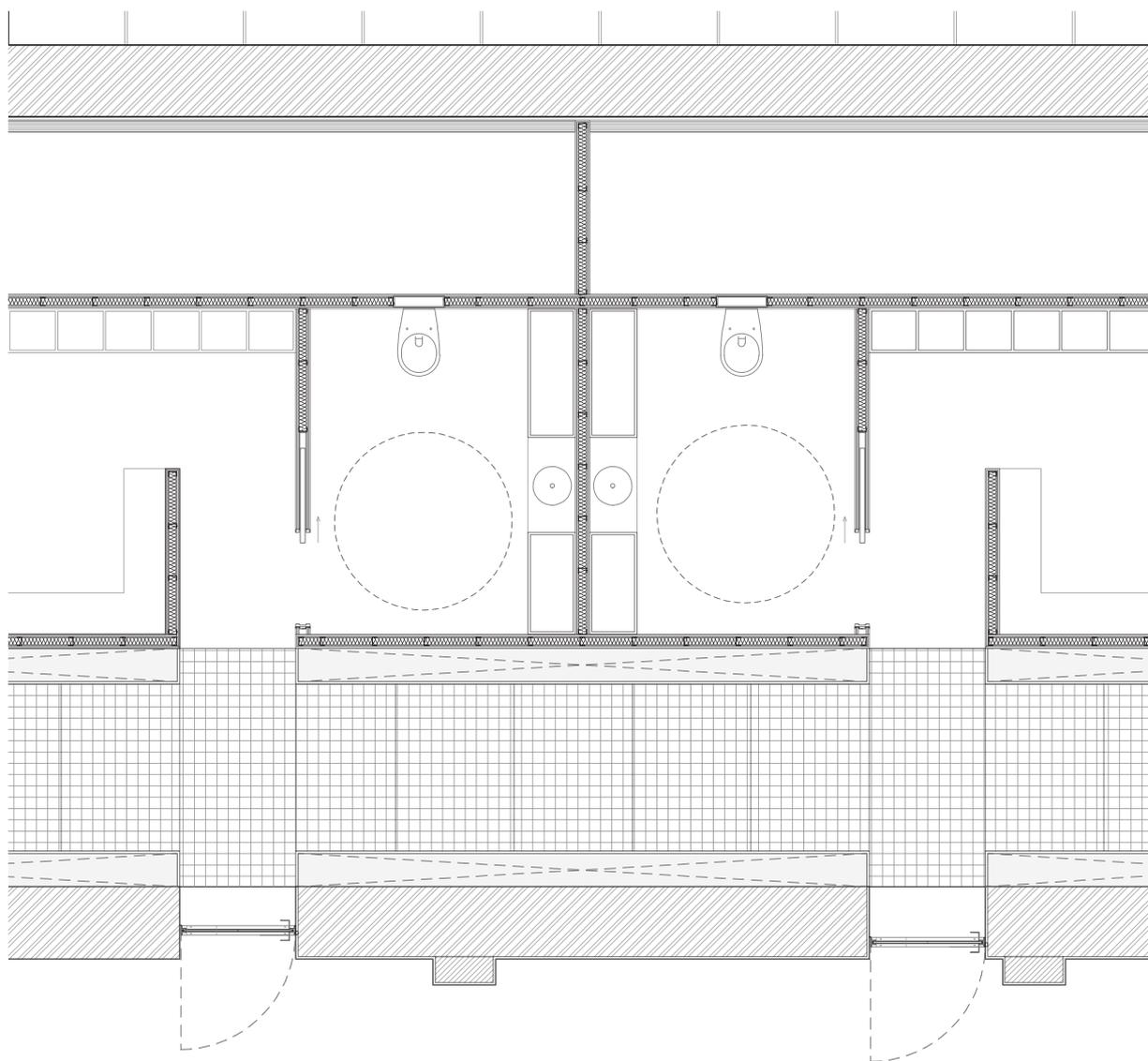


Alçado Noroeste

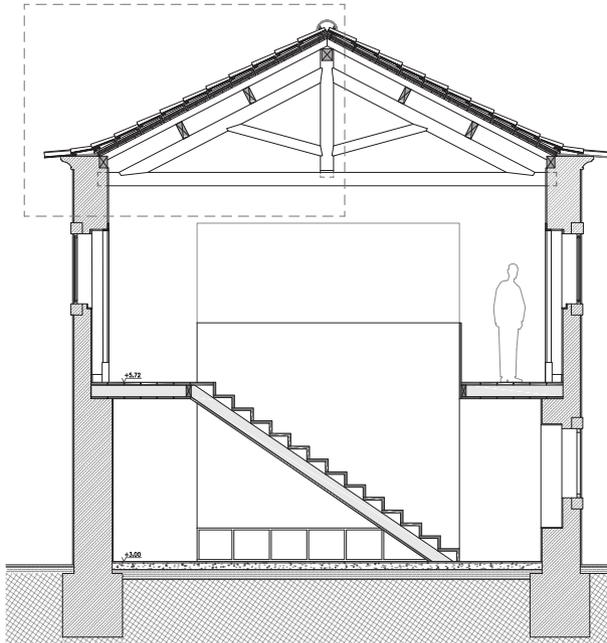


Alçado Sudeste



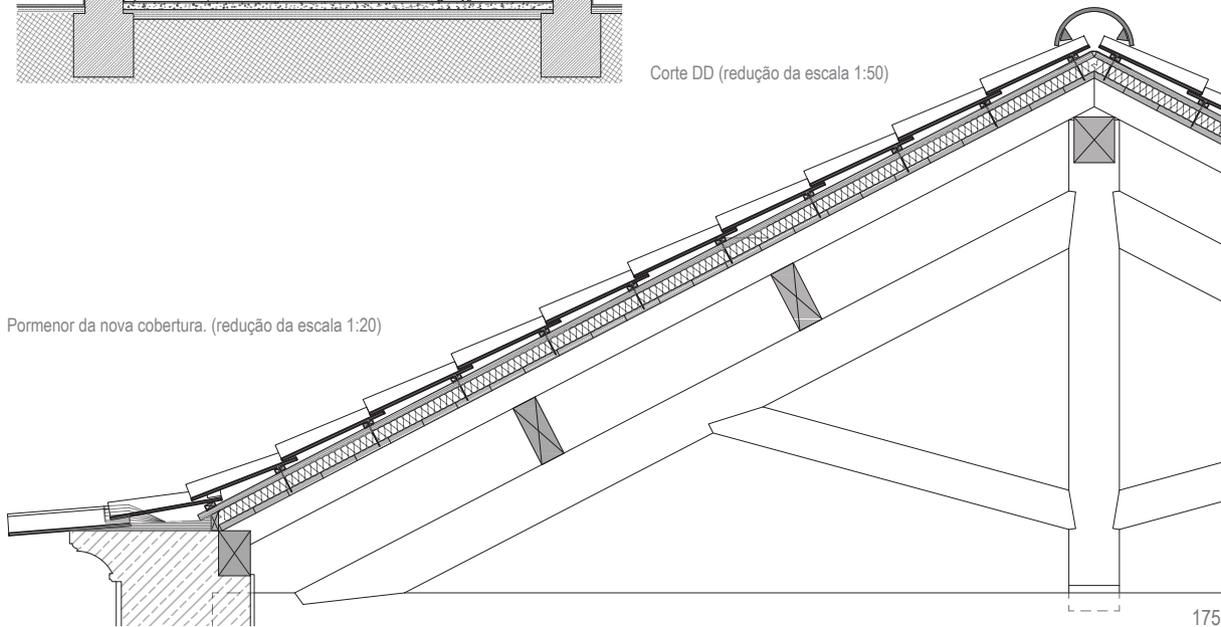


Pormenor área dos balneários (redução da escala 1:50)



Corte DD (redução da escala 1:50)

Pormenor da nova cobertura. (redução da escala 1:20)



II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posição geográfica de excelência de proximidade ao rio Tejo e à cidade de Lisboa, aliada a um sistema ancestral de infraestruturas de transporte, fez do eixo ribeirinho entre o rio Trancão e a Vala do Carregado o território ideal para a implantação da Indústria. A intensidade com que esta implantação ocorreu é proporcional à intensidade da metamorfose que a sua paisagem sofreu com o início da era pós-industrial. Rico em estruturas obsoletas, este passou a ser o seu principal traço identitário.

A hibridez da realidade criada pela obsolescência gera uma leitura que, ao mesmo tempo que se revela complexa e contraditória, remete para um imaginário de novas possibilidades de intervenção. Os edifícios industriais são parte fundamental deste imaginário.

Os locais obsoletos em estado de ruína têm a tendência para se tornar evocativos de espacialidades improváveis à medida que o seu estado de deterioração progride. Desde o período moderno que a ruína se transformou num lugar de engrandecimento das tensões resultantes do desenrolar da História. Aqui as fraturas históricas resolvem-se através da experiência estética.

A abstração inerente à produção de maquetes conceptuais permitiu isolar e potenciar estas singularidades espaciais.

As maquetes transpõem os traços gerais da espacialidade dos lugares de exploração, sem a reprodução exata da forma. A materialidade como observada no local foi suprimida, mas a escolha do cimento para a produção das maquetas permitiu

gerar uma noção de peso e robustez que é também ela experienciada nos edifícios industriais, devido à natureza dos seus elementos arquitetónicos.

A manipulação da escala para uma dimensão que encerra somente potencialidades evoca uma sublimidade distinta.

Os contrastes de luz e sombra são os aspetos da arquitetura obsoleta que melhor se conseguem trabalhar através destes modelos. Os estímulos incitados pela sua observação aumentam o número de hipóteses de intervenção no desenvolvimento do projeto.

O projeto para o clube náutico da Vala do Carregado integrou-se numa estratégia de grande escala que, tendo no rio Tejo um manifesto, procurou dar resposta à necessidade de regeneração das suas frentes ribeirinhas e áreas adjacentes, subvertendo o seu carácter descontínuo. A reconversão do núcleo dos armazéns da antiga Fábrica de Cerâmica da Lusitânia procurou dotar o espaço das condições necessárias ao desenvolvimento de novas dinâmicas e atividades, com base na investigação conceptual e empírica realizada ao longo da vertente teórica.

III. BIBLIOGRAFIA

- Academia das Ciências de Lisboa, Ministério da Educação and Instituto Camões** (2001) 'No Title', in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Amaral, F. do** (1966) *A industrialização em Portugal*. Lisboa.
- Baltazar, R. V. R.** (2011) 'Máquinas urbanas : a adaptação funcional dos grandes equipamentos em obsolescência'. Available at: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&site=eds-live&db=edsrca&AN=rcaap.portugal.10316.15821>.
- Beirante, M. Â.** (no date) 'O Tejo na construção do poder real na Idade Média Portuguesa - de D.Afonso I a D.João I', *Revista da Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa*.
- Branã, C. G.** (2005) *A Arquitectura da Indústria, 1925-1965*. Barcelona: Docomomo Ibérico.
- Burke, E.** (2015) *Uma Investigação Filosófica acerca da Origem das Nossas Ideias do Sublime e do Belo*. Lisboa: Edições 70.
- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira** (1996) *O Homem, o Trabalho e a Fábrica*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal.
- Custódio, J.** (1999) "'A Quinta da Fábrica: a Real Fábrica de Atanados de João Mendes de Faria e sucessores', *Boletim Cultural Xira*, 8, p. 219.
- Diderot, D.** (1963) *Salon de 1767*. Edited by J. Seznec and J. Adhémar. Oxford: Clarendon Press.
- Domingues, Á.** (2011) *Vida no Campo*. 1ª edição. Porto: Dafne Editora.
- Fernandes, J. M.** (2003) *Arquitectura e Indústria em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Secil.
- Fernandes, M. J.** (1993) 'Algumas considerações sobre a Indústria do Concelho', *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, nº6(Inventário do Património Industrial do Concelho de Vila Franca de Xira).

Fernandes, M. J. (1996) 'Alguns Aspectos da Arquitectura Industrial no Concelho', *O Homem, o Trabalho e a Fábrica - Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira*, pp. 141–151.

Figueira, J. and Milheiro, A. V. (2005) 'O fim da fábrica, o início da ruína', in *A arquitectura da indústria, 1925-1965*. Barcelona: Fundação Docomomo Ibérico.

Folgado, D. (2001) 'A Arquitectura Industrial em Vila Franca de Xira', in *Memórias de Pedra e Cal*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal.

Folgado, D. (2005) *Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos*. Available at: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71917> (Accessed: 10 January 2018).

Folgado, D. and Custódio, J. (1999) *Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial*. Lisboa: Livros Horizonte.

Gaspar, J. (1970) 'Os Portos Fluviais do Tejo', *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, pp. 153–204.

Hey, L. and Holloway, S. (eds) (2015) *Oxford Advanced Learner's Dictionary*. 9th edn. Oxford: Oxford University Press.

Huysen, A. (2006) 'Nostalgia for Ruins.', *Grey Room*, (23), pp. 6–21. Available at: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=21163804&site=eds-live>.

Kong, M. (2013) *Central Tejo: uma abordagem à arquitetura industrial*. Lisboa: Insidecity.

Kramer, H. (1997) 'Introduction', in *Abstraction and Empathy*. Chicago: Elephant Paperbacks, Ivan R. Dee, Inc.

Le Petit Larousse (1998). Paris: Larousse.

Lopes, D. S. (2016) *Melancolia e Arquitectura em Aldo Rossi*. Lisboa: Orfeu Negro.

Magalhães, F. (1995) 'Enquadramento geográfico - O rio Tejo e a região', in *Navegando no Tejo*. Lisboa: Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Mateus, J. (2007) 'Spreebogen 33-91-07', in *Vazios Urbanos, Trienal de Arquitectura de Lisboa*. Lisboa: 180

Trienal de Arquitectura de Lisboa e Caleidoscópio, pp. 13–15.

Moreira, I. (2014) 'Após a Fábrica: novas abordagens à ruína e aos fragmentos pós-industriais', *Arq.ª. - Arquitectura e Arte Contemporâneas*, 112(Ruínas Habitadas), pp. 118–121.

Pereira, J. de C. (1919) *Portugal Industrial: características, números, comentários*. Lisboa: Livraria Profissional.

Pinto, P. T. (2017) 'Aires Mateus - analogias, arquétipos e metáforas.', *Arq.ª. - Arquitectura e Arte Contemporâneas*.

Ramalho, J. A. and Lucas, M. M. (2001) 'Anacronias e Sincronias do Património Arquitectónico Concelhio - Para um Discurso da Identidade', in *Memórias de Pedra e Cal*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal.

Reis, C. M. dos S. (2016) *Entre margens: o Tejo enquanto plataforma de conhecimento do território*. Universidade Autónoma de Lisboa.

Ribeiro, O. (1945) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora.

Rodeia, J. B. (2007) 'Algumas considerações (muito)sumárias', in *Vazios Urbanos, Trienal de Arquitectura de Lisboa*, pp. 21–23.

Rodrigues, A. C. (2018) *O Rio Tejo*. Lisboa: CTT.

Rossi, A. (1982) 'The blue of the Sky', 52.

Rossi, A. (2013) *Autobiografia Científica*. Lisboa: Edições 70.

Ruskin, J. (1989) *The seven lamps of Architecture*. New York: Dover Publications.

Santos, J. M. P. dos (2013) 'Arquitetura industrial. Da obsolescência à reconversão.' FAUP. Available at: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&site=eds-live&db=edsrca&AN=rcaap.openAccess.10216.80316>.

Veiga, J. C. (1994) *Os mais belos rios de Portugal*. Lisboa: Verbo.

Vidal, V. M. (2005) 'Indústria: cidade e território; a geografia da indústria', in *A arquitectura da indústria, 1925-1965*. Barcelona: Fundação Docomomo Ibérico.

Worringer, W. (1997) *Abstraction and Empathy*. Chicago: Elephant Paperbacks, Ivan R. Dee, Inc.

ÍNDICE DE IMAGENS

IMAGEM 1 – CONJUNTO DE FOTOGRAFIAS DE AUTOR, 2017/2018.....	IX
IMAGEM 2 - GRAVURA DE ALBRECHT DÝRER, MELANCOLIA I (1514) EM LOPES, D. S. (2016) <i>MELANCOLIA E ARQUITECTURA EM ALDO ROSSI</i> . LISBOA: ORFEU NEGRO. PP.39	2
IMAGEM 3 – GRAVURA DE GIOVANINI BATTISTA PIRANESI, HADRIAN'S VILLA, VEDUTE DI ROMA (1768) EM . HUYSSSEN, A. (2006) 'NOSTALGIA FOR RUINS.', GREY ROOM, (23), PP.14, DISPONÍVEL EM: HTTP://SEARCH.EBSCOHOST.COM/LOGIN.ASPX?DIRECT=TRUE&DB=A9H&AN=21163804&SITE=EDS-LIVE.	2
IMAGEM 4 - GRAVURA DE GIOVANINI BATTISTA PIRANESI, CARCERI D'INVENZIONE , PLATE XVI (1760) (2ª EDIÇÃO), EM HUYSSSEN, A. (2006) 'NOSTALGIA FOR RUINS.', GREY ROOM, (23), PP.17, DISPONÍVEL EM : HTTP://SEARCH.EBSCOHOST.COM/LOGIN.ASPX?DIRECT=TRUE&DB=A9H&AN=21163804&SITE=EDS-LIVE.	2
IMAGEM 5 – DESENHO DE ETIENNE – LOUIS BOULLÉE, CÉNOTAPHE DONT LA PYRAMIDE EST RONDE (1781-1793) DISPONÍVEL EM HTTPS://GALLICA.BNF.FR/ARK:/12148/BTV1B77010175/F6.ITEM	2
IMAGEM 6. DESENHO DE ETIENNE – LOUIS BOULLÉE , CÉNOTAPHE DE NEWTON N° 14: [ÉLÉVATION GÉOMÉTRALE]: [PROJET N° 14]: [PLANCHE N° 7] (1784) DISPONÍVEL EM: HTTPS://GALLICA.BNF.FR/ARK:/12148/BTV1B53164597G?rk=64378;0	2
IMAGEM 7 - DESENHOS DO CEMITÉRIO DE SAN CATALDO, MODENA, ITÁLIA, DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.ARCHDAILY.COM.BR/BR/01-45884/CLASSICOS-DA-ARQUITETURA-CEMETERIO-DE-SAN-CATALDO-ALDO-ROSSI/Z-CEMETERIO-2/	2
IMAGEM 8 – FOTOGRAFIA DE LUIGI GHIRRI , CEMITÉRIO DE SAN CATALDO , MODENA, ITÁLIA, 1985, EM LOPES, D. S. (2016) <i>MELANCOLIA E ARQUITECTURA EM ALDO ROSSI</i> . LISBOA: ORFEU NEGRO. PP.185.....	2
IMAGEM 9 - FOTOGRAFIA DE FRANCESCO GALLI, LA BIENNALE DI VENEZIA. AIRES MATEUS , 2016, DISPONÍVEL EM : HTTPS://DIVISARE.COM/PROJECTS/318837-FRANCESCO-GALLI-15-BIENNALE-DI-VENEZIA-CENTRAL-PAVILION	2

IMAGEM 10 – FOTOGRAFIA DE DANIEL MALHÃO , CASA EM AZEITÃO , POTTUGAL, 2016, DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.ARCHDAILY.COM.BR/BR/794435/HOUSE-IN-AZEITAO-AIRES-MATEUS/57C76AE9E58ECEA1A900005A-HOUSE-IN-AZEITAO-AIRES-MATEUS-PHOTO	2
IMAGEM 11 – FOTOGRAFIA DE JOÃO GUIMARÃES, CASA EM MONSARAZ , PORTUGAL, 2018, DISPONÍVEL EM: HTTPS://JG.PHOTOGRAPHY/PROJECT/CASA-EM-MONSARAZ/	2
IMAGEM 12 – FOTOGRAFIA DA GRUTA DO IMPERADOR TIBERIUS, SPERLONGA, ITÁLIA. DISPONÍVEL EM: HTTP://SOUTHLAZIOITALY.COM/	2
IMAGEM 13 – PANORÂMICA DO CAIS DA RIBEIRA NOVA (1905) , LISBOA, PORTUGAL, ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA. ..	2
IMAGEM 14 – VALE DO RIO OCREZA , MAÇÃO, PORTUGAL, EM RODRIGUES, A. C. (2018) O RIO TEJO. LISBOA: CTT.PP 5.	2
IMAGEM 15 - ROCHA 2 DE CO BRAGANÇA , MAÇÃO, PORTUGAL, EM RODRIGUES, A. C. (2018) O RIO TEJO. LISBOA: CTT.PP 57.....	2
IMAGEM 16 - FOTOGRAFIA DO ESTÚDIO MÁRIO NOVAIS, CASTELO DE ALMOUROL , PRAIA DA RIBEIRA, PORTUGAL, 1933-1985, BIBLIOTECA DE ARTE DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN	2
IMAGEM 17 - CASTELO DE RODÃO , VILA VELHA DE RODÃO, POTUGAL, DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.GUIADACIDADE.PT/PT/POI-CASTELO-DE-RODAO-16893	2
IMAGEM 18 - COROGRAFIA DEL RIO TAJO 29 , 1641, DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.TOLEDO.ES/TOLEDO-SIEMPRE/CARTOGRAFIA-HISTORICA/COROGRAFIAS-DEL-RIO-TAJO/	2
IMAGEM 19 - COROGRAFIA DEL RIO TAJO 63 , 1641, DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.TOLEDO.ES/TOLEDO-SIEMPRE/CARTOGRAFIA-HISTORICA/COROGRAFIAS-DEL-RIO-TAJO/	2
IMAGEM 20 - COROGRAFIA DEL RIO TAJO 1 , 1641, DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.TOLEDO.ES/TOLEDO-SIEMPRE/CARTOGRAFIA-HISTORICA/COROGRAFIAS-DEL-RIO-TAJO/	2

IMAGEM 21 – FOTOGRAFIA DE DUARTE BELO, RIO TEJO , ROSMANINHAL, IDANHA -A- NOVA, PORTUGAL, 1995,DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.DUARTEBELO.COM/02-TRABALHOS/0202-TRABALHOS/0202_03-DBT0043-TEJO/02-NB1425-29A.HTML	2
IMAGEM 22 – VISTA AÉREA DO CAIS PALAFÍTICO DA ALDEIA AVIEIRA DA PALHOTA , CARTAXO, PORTUGAL EM RODRIGUES, A. C. (2018) O RIO TEJO. LISBOA: CTT.PP 57.....	2
IMAGEM 23 – FOTOGRAFIA DE DUARTE BELO, BAIXO TEJO , MAR DA PALHA, PORTUGAL, 1995, DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.DUARTEBELO.COM/02-TRABALHOS/0202-TRABALHOS/0202_03-DBT0043-TEJO/10-NB1476-19.HTML	2
IMAGEM 24 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VALA DO CARREGADO, 2017.	2
IMAGEM 25 - COMPANHIA INDUSTRIAL PORTUGUESA, PÓVOA DE SANTA IRIA, 1933-1983.	2
IMAGEM 26 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VILA FRANCA DE XIRA, 2018.	2
IMAGEM 27 - VISTA AÉREA DA FÁBRICA DA COMPANHIA VIDREIRA NACIONAL (COVINA) JUNTO À N10, SANTA IRIA DA AZÓIA, 1954.	2
IMAGEM 28 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, SOBRALINHO, 2018.	2
IMAGEM 29 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VILA DE POVOS, 2017.	2
IMAGEM 30 - ORTOFOTOMAPA DE LOCALIZAÇÃO DA REAL FÁBRICA DE ATANADOS DE VILA DE POVOS, 2018, GOOGLE MAPS.	2
IMAGEM 31 – VISTA PARCIAL DA FÁBRICA, VENDO-SE AO FUNDO O SOLAR MANDADO CONSTRUIR POR JOÃO MENDES FARIA, NO SÉ. XVIII , VILA DE POVOS, PORTUGAL, EM CUSTÓDIO, J. (1999) "'A QUINTA DA FÁBRICA: A REAL FÁBRICA DE ATANADOS DE JOÃO MENDES DE FARIA E SUCESSORES', BOLETIM CULTURAL CIRA, 8.	2
IMAGEM 32 – REAL FÁBRICA DE ATANADOS DA VILA DE POVOS/ QUINTA DA FÁBRICA, VISTA DE FACHADA EXTERIOR E ARCADAS , VILA DE POVOS, PORTUGAL, DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.MONUMENTOS.GOV.PT/SITE/APP_PAGESUSER/SIPAARCHIVES.ASPX?ID=092910CF-8EAA-4AA2-96D9-994CC361EAF1&NIPA=IPA.00024964	2
IMAGEM 33 - REAL FÁBRICA DE ATANADOS DA VILA DE POVOS/ QUINTA DA FÁBRICA, FACHADA EXTERIOR , VILA DE POVOS, PORTUGAL, DISPONÍVEL EM:	

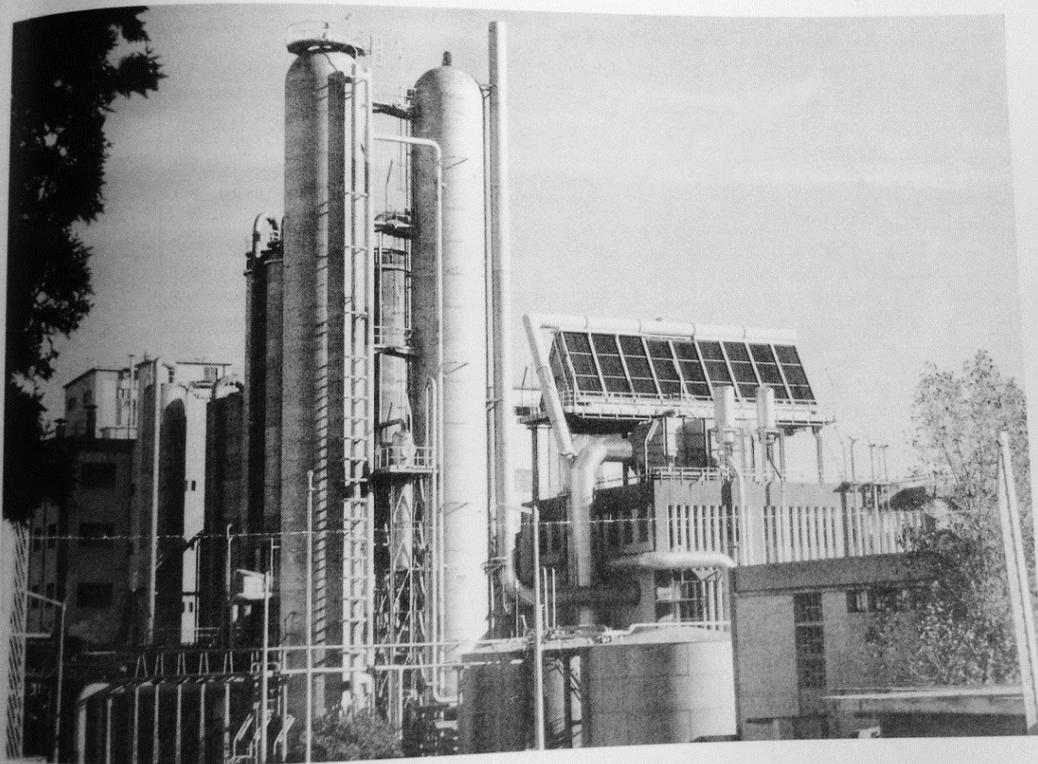
HTTP://WWW.MONUMENTOS.GOV.PT/SITE/APP_PAGESUSER/SIPAAARCHIVES.ASPX?ID=092910CF-8EAA-4AA2-96D9-994CC361EAF1&NIPA=IPA.00024964.....	2
IMAGEM 34 – REAL FÁBRICA DE ATANADOS DA VILA DE POVOS/ QUINTA DA FÁBRICA, INTERIOR : VISTA PARCIAL DE SALA, VILA DE POVOS, PORTUGAL, DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.MONUMENTOS.GOV.PT/SITE/APP_PAGESUSER/SIPAAARCHIVES.ASPX?ID=092910CF-8EAA-4AA2-96D9-994CC361EAF1&NIPA=IPA.00024964.....	2
IMAGEM 35 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VILA DE POVOS, 2017.	2
IMAGEM 36 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VILA DE POVOS, 2017.	2
IMAGEM 37 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VILA DE POVOS, 2017.	2
IMAGEM 38 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VILA DE POVOS, 2017.	2
IMAGEM 39 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VILA DE POVOS, 2017.	2
IMAGEM 40 – MANIPULAÇÃO DE IMAGEM DO AUTOR, 2018.	2
IMAGEM 41 – MANIPULAÇÃO DE IMAGEM DO AUTOR, 2018.	2
IMAGEM 42 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, 2018.	2
IMAGEM 43 - FOTOGRAFIA DO AUTOR, PÓVOA DE SANTA IRIA, 2017.....	2
IMAGEM 44 – ORTOFOTOMAPA DE LOCALIZAÇÃO DA FÁBRICA DOS MOINHOS DE STA. IRIA, 2015, FONTE: GOOGLE MAPS. .	2
IMAGEM 45 - FOTOGRAFIA DO AUTOR, PÓVOA DE SANTA IRIA, 2018.....	2
IMAGEM 46 - FOTOGRAFIA DE DEOLINDA FOLGADO, FACHADA NORTE DA FÁBRICA DOS MOINHOS DE STA. IRIA , PÓVOA DE STA. IRIA, PORTUGAL, EM <i>MEMÓRIAS DE PEDRA E CAL</i> . VILA FRANCA DE XIRA: MUSEU MUNICIPAL. PP198.....	2
IMAGEM 47 –MOINHOS DE STA. IRIA, VISTA PARCIAL DA FACHADA PRINCIPAL , PÓVOA DE SANTA IRIA, PORTUGAL, 1993, EM FERNANDES, MANUEL J. (1993) ‘ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA DO CONCELHO’, BOLETIM CULTURAL	

DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA, NO6(INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA)	2
IMAGEM 48 –FOTOGRAFIA DO AUTOR, PÓVOA DE SANTA IRIA, PORTUGAL, 2018.....	2
IMAGEM 49 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 2017.....	2
IMAGEM 50 - ORTOFOTOMAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS ARMAZÉNS DA FÁBRICA DE CERÂMICA DA LUSITÂNIA, 2015, FONTE: GOOGLE MAPS	2
IMAGEM 51 – ESTUDOS COROGRÁFICOS, FÍSICOS E HIDROGRÁFICOS DA BACIA DO TEJO COMPREENDIDA NO REINO DE PORTUGAL- 8ª PLANTA DESDE OS CAMPOS DE SALVATERRA ATÉ AO CARREGADO, 1861, DISPONÍVEL EM: HTTP://CATALOGO.BNPORTUGAL.PT/IPAC20/IPAC.JSP?PROFILE=	2
IMAGEM 52 - AMPLIAÇÃO DA IMAGEM 51 NA ZONA DA VALA DO CARREGADO, 1861.....	2
IMAGEM 53 - FOTOGRAFIA AÉREA DO VOO DE 1948, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 1948. FONTE: ARQUIVO DA DIREÇÃO – GERAL DO TERRITÓRIO.	2
IMAGEM 54 – FOTOGRAFIA AÉREA DA FÁBRICA DE CERÂMICA DA LUSITÂNIA, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 1948, FONTE: ARQUIVO DA DIREÇÃO – GERAL DO TERRITÓRIO.	2
IMAGEM 55 - FOTOGRAFIA AÉREA DOS ARMAZÉNS DA FÁBRICA DE CERÂMICA DA LUSITÂNIA, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 1948, FONTE: ARQUIVO DA DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO.....	2
IMAGEM 56 - FOTOGRAFIA AÉREA DOS ARMAZÉNS DA FÁBRICA DE CERÂMICA DA LUSITÂNIA, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 1988, FONTE: ARQUIVO DA DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO.....	2
IMAGEM 57 - FOTOGRAFIA AÉREA DA FÁBRICA DE CERÂMICA DA LUSITÂNIA, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 1988, FONTE: ARQUIVO DA DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO.....	2
IMAGEM 58 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ATUALMENTE DEMOLIDOS DA FÁBRICA DE CERÂMICA DA LUSITÂNIA, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 1955. FONTE: ARQUIVO MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA.	2
IMAGEM 59 - CORTE TRANSVERSAL DE UM DOS EDIFÍCIOS PRINCIPAIS JÁ DEMOLIDOS DA FÁBRICA DE CERÂMICA DA LUSITÂNIA, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL.FONTE: ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA.....	2

IMAGEM 60 – FOTOGRAFIA DA VISTA EXTERIOR DE UM DOS ANTIGOS EDIFÍCIOS DEMOLIDOS DA FÁBRICA DE CERÂMICA DA LUSITÂNIA, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL. CEDIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA.....	2
IMAGEM 61 – FOTOGRAFIA DO FORNO DO EDIFÍCIO PRINCIPAL JÁ DEMOLIDO DA FÁBRICA DE CERÂMICA DA LUSITÂNIA, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL. CEDIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA.....	2
IMAGEM 62 – ESQUEMA DO AUTOR, 2018.	2
IMAGEM 63 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 2017.	2
IMAGEM 64 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 2017.	2
IMAGEM 65 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 2018.	2
IMAGEM 66 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 2018.	2
IMAGEM 67 - FOTOGRAFIA DO AUTOR, VALA DO CARREGADO, PORTUGAL, 2018.	2
IMAGEM 68 – MANIPULAÇÃO DE IMAGEM DO AUTOR, 2018.....	2
IMAGEM 69 – MANIPULAÇÃO DE IMAGEM DO AUTOR, 2018.	2
IMAGEM 70 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, 2018	2
IMAGEM 71 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, 2018.....	144
IMAGEM 72 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, 2018	2
IMAGEM 73 – FOTOGRAFIA DO AUTOR 2018.	2
IMAGEM 74 FOTOGRAFIA DO AUTOR, 2018.....	2
IMAGEM 75 – FOTOGRAFIA DO AUTOR, 2018	2

ANEXO A

Fábricas
do Concelho Vila Franca de Xira - Séc. XVIII a XX



DATA	DESIGNAÇÃO	ACTIVIDADE
	FREGUESIA DE ALHANDRA	
1892 - 1965	Soc. Têxtil do Sul	Têxteis
1894-act.	Cimpor	Cimento
1920-34	Companhia Industrial de Alhandra	Alimentar
1932-1980/81	F.R. Maneira, Descasque de Arroz	Alimentar
1935-1980/81	A Ribatejana, S.A.R.L. – Descasque e Branqueamento de Arroz	Alimentar
1942-act.	Cimianto – Sociedade Técnica Hidráulica, S.A.	Cimento
1942-s.d.	Sapal – Fábrica de Produtos Tanantes, Júlio de Brito e Silva	Química
1945 – anos 60	Eugénio Gonzalez e C ^a , Filhos	Alimentar
1946 – s.d.	Sociedade Portuguesa de Azeitonas, Conserva de Prod Hortícolas	Alimentar
1947 – s.d.	Sociedade de Produtos Losol	Desconhecida
1947- s.d.	Fábrica de Pimentão A Alentejana	Alimentar
1952 - s.d.	Fábrica de Pigmentos Pavão Real	Química
1953 – s.d.	Save – Sociedade de Aglomerados para Construção	Construção
1956 – s.d.	Higino Mendes Cascalho, Estaleiro Naval	Metalomecânica
1962 – act.	Novaera – Fábrica de Plásticos e Metalúrgica, S.A.R. L	Metalúrgica
1964 – act.	Mola Moderna	Metalomecânica
1965 – act.	Copaz – Companhia Portuguesa de Azeites, S.A.	Alimentar
1969/70 – act.	Iberol – Sociedade de Oleaginosas	Alimentar
1980 – s.d.	Alu – Alumínios	Metalúrgica
	FREGUESIA DE ALVERCA	

1844-s.d.	Produtos Químicos da Verdelha	Química
1918-act.	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	Metalomecânica
1944 – s.d.	Destilaria do Ribatejo	Alimentar
1947 – s.d.	Ralha e Costa, Id ^a	Cerâmica
1947- s.d.	Concentração Industrial de Tintas e Alvaiades	Química
1947/48 - 1994	Soface – Sociedade de Fábricas de Cerâmica	Química
1949-1967	Jaime Pinto Camecelha, Ida	Têxteis
1951-1994	Sociedade Luso-Oriental de Tapetes	Metalomecânica
1952-act.	Mague – Construções Metalomecânicas – Grupo Senete	Mecânica
1953-act.	Inal – Indústria de Alverca, Ld ^a	Construção
1954 – 1963/64	Sociedade Construtora de Móveis Metálicos	Mobiliário
1956 – s.d.	Argibay, Sociedade de Construções Navais e Mecânicas	Metalomecânica
1956 – 1993/4	Ramiro Fernandes Hermano Ferreira	Cerâmica
1958 - 1969	Somecol, Sociedade de Obras Metálicas e Elementos de Construção	Metal - elétrica
1958-s.d.	Somapre – Sociedade de Material Pré-Esforçado	Construção
1960-1970/1	Sociedade Africana de Pólvora – Álcool de Éter	Química
1960-1979	Iberagar, Sociedade Luso-Espanhola de Coloides Marinhos	Química
1961 – s.d.	Imperial de Vidros, Ld ^a Fábrica de Pérolas	Vidreira
1961- s.d.	Empec – Empresa de Estudos e Construções, Ld ^a	Construção
1961- s.d.	Prefor – Construções de Betão Pré-esforçado	Construção
1962- s.d.	Infrex – Infraestruturas de Alvenaria	Construção
1962- act.	Anivite, Alimentação Animal	Alimentar
1962 – act.	Almeida e Ermete – Vinagres	Alimentar
1963 – s.d.	Panificação Central de Alverca	Alimentar
1963-act.	Porbal – Embalagens de Madeira	Madeira

1963-act.	Fortis – Ascensores, Ld ^a	Metalúrgica
1963/4 – 1971/2	Intento – Indústria e Representação para Construções	Construção
1964-act.	Construções Técnicas	Metalomecânica
1965 – s.d.	Propel – Produtos de Petróleo Lda.	Química
1967	Joaquim Silva e Outros	Tanoaria
1969/70 – s.d.	António Emiliano	Desconhecida
1969/70 – act.	Protasa – Produtos Tartáricos	Química
1970 -act.	Provimi – Portuguesa – Alimentos Compostos para Animais	Alimentar
1970- act.	Henkel Ibérica, S.A. – Detergentes e Produtos de Limpeza	Química
1970 – s.d.	Joaquim Jacques – Reparações Mecânicas	Mecânica
1973 - 1989	Luvex – Exportação de Luvas e Confecções	Confecção
1973 – act.	Fabrigimno – Material Gimnodesportivo	Desporto
1974 – 1993/4	ABB – Asea Brown Boveri, Eléctrica	Eléctrica
1974-act.	Fruçar – Indústria de Produtos Alimentares, Ld ^a	Alimentar
1974-act.	Unimaque – Maquinaria Industrial e Representações	Metalomecânica
1978-s.d.	Lamina – Indústria Transformadora de Embalagens, Ida	Metálica
1979-s.d.	José Lucas Machado e Outros	Desconhecida
1979 – s.d.	Saez Marino Portuguesa	Desconhecida
1980 – s.d.	Dartal, Indústria Metalúrgica, Ld ^a – Caixilharia	Metalúrgica
1980 – act.	Sanipeç	Alimentar
1980 -anos 90	Norprogel	Alimentar
1981 – s.d.	José Gonçalves Costa	Metálica
1981 - s.d.	Frimetal – Equipamento de Frio	Metalomecânica
1982 - act.	Sandometal – Conduatas de Ar Condicionado	Metalomecânica

1983 – s.d.	Friverca	Elétrica
1983 – act.	Dustrimetal	Metalúrgica
1985 - 1994	Minesota 3M Portugal	Química Transf.
1986 – act.	Aquapor	Aquários e acessórios
1986 – s.d.	Cristimetal	Metalomecânica
1986 – act.	Electro Portugal, Ld ^a	Elétrica
1987 – act.	Fatem – Maquinaria e Empilhadores Agrícolas	Mecânica
1988 – s.d.	Tecniferal	Desconhecida
1990 – act.	Electro – Indústria da Póvoa	Elétrica
s.d.	Jorge Duarte Correia	Desconhecida
s.d.	Sociedade Mineira de Castro Verde	Indústria extractiva
s.d.	Divulgotécnica	Metalomecânica
s.d.	Emilar – Fábrica de Móveis Decorativos	Mobiliário
s.d. - 1967	Luzanglo – Reparações Mecânicas	Mecânica
	FREGUESIA DE CACHOEIRAS	
1970 – s.d.	Cotai	Agro-Alimentar
	FREGUESIA DE CALHANDRIZ	
1976 -s.d.	Soagrival – Sociedade Industrial da Quinta da Várzea	Agro-Alimentar
1982 -s.d.	A.M. Silva Armeiros	Química

	FREGUESIA DA CASTANHEIRA	
1944-act.	Metal Portuguesa, Id ^a – Ferro Portugal	Química Transf.
1946 – act.	Idal - Indústria de alimentação Id ^a	Alimentar
1950 – act.	Tudor – Equipamento Elétrico/ Acumuladores	Elétrica
1953 – s.d.	Indústria Portuguesa de Zinco	Química Transf.
1955 – finais 80	Companhia de Fábricas Cerâmica Lusitâni, S.A.R. L	Cerâmica
1957 – s.d.	Convel	Agro-Alimentar
1958 s.d.	Derivados e Recuperados Metalúrgicos – Carbonato Chumbo	Metalúrgica
1962 – s.d.	Cipan	Química
1964 - 1979	Sociedade Imobiliária Valho, Ld ^a – Estaleiro de Construção Civil	Construção
1965 – act.	Sociedade de Hormonas Vegetais Aguiar	Química
1967 -s.d.	Atral – Companhia Industrial Produtora de Antibióticos, SA.	Química
1967 - 1977	Cucor – Cunhos e Cortantes de Portugal	Metalomecânica
1968 – s.d.	Seve, Sociedade Nacional de Vinhos, S.A.R. L	Alimentar
1973 – s.d.	Sonol, Sociedade Nacional de Óleos	Alimentar
1974 – s.d.	Seteram, Sociedade de Tratamento e Preservação de Madeiras	Madeiras
1974 -act.	Silva e Dias, Ld ^a Indústria de Compostos para Animais de Criação	Alimentar
1977 – s.d.	Sermague, Estruturas Industriais de Série, S.A.R. L	Metalomecânica
1977 – s.d.	Cintideal	Confecção
1978 – s.d.	Riotécnica	Desconhecida
1978 – 1981/82	Construções Navais Orion	Metalomecânica
1978 – act.	Equiporave – Equipamentos para Criação de Animais	Mecânica
1978 – act.	Quimagro – Química Agrícola Industrial	Química Transf.
1982 – s.d.	Kalu	Química Transf.
1987 - act.	Sociedade Agrícola Valle Flôr	Agro - Alimentar

1992 – act.	Secibetão – Companhia Geral de Cal e Cimento	Cimento
	FREGUESIA DE FORTE DA CASA	
1960-act.	Quimigal – Nitratos de Portugal	Química
s.d.	Indústria Portuguesa de Alimentação	Alimentar
	FREGUESIA DA PÓVOA	
1859 - 1884	Sociedade Geral de Produtos Químicos	Química
1884 - 1890	Companhia Real Promotora de Agricultura Portuguesa	Química
1890-déc. 1980	Moinhos de Stª Iria	Alimentar
1900 -1914	Henry Bachofen, Adubos Químicos	Química
1914-1934	Fábrica de Produtos Químicos - Lugan	Química
1914-1960	C.I.P Companhia Industrial Portuguesa	Química
1923 – s.d.	Sociedade Comercial Remus – Torrefação Café e Curtumes	Atanados
1934 – act.	Solvay Portuguesa	Química
1934 – act.	Cavan – Sociedade Portuguesa	Betão
1941 – s.d.	Sociedade de Conservas Íris, Idª	Alimentar
1942 – s.d.	Fundição de Stª Iria	Fundição
1947 – anos 70	Sapem – Sociedade Portuguesa de Embalagens Metálicas	Metalomecânica
1952 – s.d.	Fábrica de Fundição de Minérios, Renato Ascareli Maissai	Fundição
1952 - 1990	Evinel – Vidros Neutros	Vidreira
1954 – s.d.	Pedro Francisco Porto – Fábrica de Balanças e Básculas	Mecânica
1954 – act.	A Produtora de Sílica, Ldª	Minérios
1954 - 1994	Presmalte – Sociedade Portuguesa de Prensagem e Esmaltagem	Metálica
1959 – s.d.	Mário Augusto Cardoso Freire	Desconhecida

1960 – 1974/75	Quifabel – Produtos Químicos e Farmacêuticos	Química
1963 – s.d.	Panificação Central Povoense	Alimentar
1964- s.d.	Soc. Mouchão da Póvoa, Ld ^a	Agro-alimentar
1965 – anos 80	Icesa – Indústria de Construção e Empreendimentos	Construção
1967 – anos 90	Eurofil – Indústria de Plásticos e Filamentos	Química
1967 – anos 80	Itali – Fábrica de Massas Alimentícias	Alimentar
1967 – anos 80	Eurofina – Cerâmica de St ^a Iria	Cerâmica
1970 – act.	Somec, Sociedade Metropolitana de Construção	Metalomecânica
1970 – act.	Van Leer – Embalagens Metálicas	Metalomecânica
1970 – s.d.	Sincoral, Sociedade Industrial de Cosméticos, S.A.R.L	Química Transf.
1974 – act.	Anidas, Construções Metálicas, Lda.	Metalúrgica
1975 – act.	Interox Portuguesa – Produtos Químicos e Água Oxigenada	Química
1978 – act.	Dan Cake, Portugal	Alimentar
1979 – s.d.	Metálica – Companhia Internacional de Fundição e Laminagem	Fundição
1985 – act.	Panificação Floresta da Póvoa	Alimentar
s.d.	Sirimpal – Material Eléctrico	Eléctrica
	FREGUESIA DE SÃO JOÃO DOS MONTES	
1947 – déc.90	Cerâmica de S.J. Montes	Cerâmica
1956 – s.d.	Fernando Pereira Figueiredo	Cerâmica
1967/68 – s.d.	Sociedade Agrícola da Azibreira	Agro-alimentar
1973 – s.d.	Fábrica de Malas Ramalho	Confecção
1975 – s.d.	Refractécnica – Revestimentos Refractários	Cerâmica
1987 – act.	Isolaço	Metalomecânica
s.d.	Avícola de São João dos Montes	Alimentar

s.d.	Panificadora da Subserra	Alimentar
	FREGUESIA DO SOBRALINHO	
1892 - 1991	Empresa Nacional de Penteação de Lãs	Têxteis
1920/30 – act.	Vatel	Alimentar
1940/3 – act.	Macedo e Coelho, Id ^a	Alimentar
1956 - 1957	Instituto Português de Conservas de Peixe	Alimentar
1956-1993	Cima – Companhia Industrial de Madeiras Africanas	Madeiras
1957-1992	Sonadel, Detergentes líquidos e sólidos	Química Transf.
1959/9 - 93	Moagens Associadas, S.A.R. L	Alimentar
1963 - act.	Companhia Previdente – Ind. Metálicas	Metálica
1969 - act.	António Emiliano	Desconhecida
1969 /70 act.	Nova Moapão	Alimentar
1969/ 70 act.	Previnil – Preparação de Compostos Vinícolas	Química
1974 – 1993/4	Pregalva – Galvanização	Mecânica
1975 – s.d.	Betecna	Construção
1989 – act.	Prevemal – Fábrica de Embalagens Metálicas, S.A.R.L	Metalomecânica
1992 – act.	Colgate - Palmolive	Química Transf.
s.d.	Aerosil – Aerosóis	Química Transf.
	FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA	
1729 – séc. XX	Real Fábrica de Curtumes da Vila de Povos	Atanados
1896 - 1990	Fiação Nacional de Lãs, Ld. ^a	Têxteis
1921 – act.	Sociedade Industrial de Vila Franca de Xira	Alimentar
1943 – s.d.	António Fernandes dos Santos	Atanados
1943/50 – s.d.	António Vassalo e Irmão, Ferros e Aços	Siderurgia

1948 – s.d.	Companhia Portuguesa de Laminagem	Metalúrgica
1948 – s.d.	Socony	Desconhecida
1952/58 – s.d.	Fábrica de Discos Ibérica	Discos
1956 – s.d.	Progresso do Ribatejo	Metálica
1957 – s.d.	Carpintaria Mecânica Ribatejana, Ld. ^a	Mecânica